



Documento 1/51

024.4.51.O Sessão Ordinária - CD 05/03/2002-17:52

Publ.: DCD - 06/03/2002 - 6145 ANA CORSO-PT -RS

CÂMARA DOS DEPUTADOS PROPOSIÇÕES PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Apoio às denúncias formuladas pelo Deputado Orlando Desconsi contra o Deputado Darcísio Perondi, em razão dos cortes de emendas orçamentárias de bancada de iniciativa do Partido dos Trabalhadores. Transcurso do Dia Internacional da Mulher - 8 de março.

A SRA. ANA CORSO (PT-RS. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr.Sras. e Srs. Deputados, quero reafirmar as denúncias feitas pelo Deputado Orlando Desconsi em relação à atitude do Coordenador da bancada gaúcha, Deputado Darcísio Perondi, que teve o desplante de cortar as emendas coletivas de bancada ao Orçamento apresentadas pelos Parlamentares do PT, algo inédito na Casa.

Os Parlamentares da base governista nunca agiram dessa forma. As emendas contemplavam Municípios da Serra Gaúcha administrados pelo PMDB, pelo PTB e por outros partidos, e apenas um pelo PT. Apelaremos para o Conselho de Ética da Casa, porque não podemos aceitar essa atitude de um réu confesso, que afirmou aos jornais ter procedido assim por ordem do Governo.

Quero abordar outro assunto, Sr. Presidente. Aproxima-se o dia 8 de março, Dia Internacional da Mulher. Ainda são poucas as mulheres que passaram por esta



Casa, por isso apresentamos projeto de resolução que cria painel em homenagem às Deputadas que fizeram a história política do País. Peço aos nobres pares que aprovelem sua inauguração ainda neste mês de março.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, as manifestações do dia 8 de março estão explicitamente vinculadas às reivindicações femininas por melhores condições de trabalho, por mais dignidade, justiça e igualdade. Essa luta é antiga e contou com a participação de inúmeras mulheres, que nos vários momentos da história da humanidade resistiram ao machismo e à discriminação.

As mulheres passaram a atuar na sociedade de forma mais significativa, reivindicando a melhoria das condições de vida e trabalho, a participação política, o fim da prostituição, o acesso à instrução e a igualdade de direitos entre os sexos.

Não podemos esquecer o nome de mulheres como a francesa Olympe de Gouges, condenada à morte e guilhotinada em 3 de março de 1793, por "ter querido ser um Homem de Estado e ter esquecido as virtudes próprias do seu sexo" e que afirmava também que "se a mulher tem o direito de subir ao cadafalso, ela deve poder subir também à tribuna".

Como não lembrar de Clara Zetkin, famosa ativista pelos direitos femininos, propondo que o 8 de março fosse declarado como o Dia Internacional da Mulher, homenageando as tecelãs de Nova Iorque. E jamais podemos esquecer das 129 trabalhadoras tecelãs que, no dia 8 de março de 1857, foram violentamente reprimidas pela polícia e, acudadas, refugiaram-se nas dependências da fábrica, quando os patrões e a polícia trancaram as portas e atearam fogo. Asfixiadas, dentro de um local em chamas, as tecelãs morreram carbonizadas. Esse acontecimento constituiu um marco para o movimento de mulheres no mundo e em nosso País.

No Brasil, mulheres como Bertha Lutz; Veridiana Prado; Maria Tomazia Figueira de Lima, abolicionista; Carlota Queiroz, primeira mulher eleita Deputada Federal; Luciana de Abreu; Anita Garibaldi; Pagú; Margarida Alves, assassinada pelo latifúndio; Nisia Floresta; Heleoneida Studart; Irmã Dulce; Lélia Gonzales, fundadora do Movimento Negro Unificado; Ligia Lessa Bastos; Maria Clara



Machado, a dama do teatro brasileiro; em especial Raquel Calighari Grazziotin, professora, advogada, fundadora do Movimento de Mulheres em Caxias do Sul e que dedicou sua vida à defesa de despossuídos, excluídos, menores de rua, mulheres vítimas de violência e minorias na cidade de Caxias do Sul, a quem presto a minha homenagem como mulher caxiense e em nome das mulheres caxienses. A essas mulheres e a tantas outras anônimas faço minhas sinceras e profundas homenagens pelo transcurso do Dia Internacional da Mulher.

Nos últimos anos, o movimento de mulheres aprofundou a interlocução com o Legislativo e com o Executivo — em menor medida, também com o Judiciário —, tanto no sentido da regulamentação de dispositivos constitucionais quanto no sentido da implementação de políticas públicas que levem em conta a situação das mulheres e a perspectiva de equidade nas relações de gênero.

As mulheres brasileiras, na qualidade de integrantes e de representantes de organizações do movimento de mulheres, estão articuladas e sintonizadas com o movimento de mulheres internacional, particularmente o latino-americano e do Caribe. O Movimento de Mulheres participou e contribuiu nos grandes fóruns internacionais, a exemplo das conferências mundiais da ONU sobre Direitos Humanos (Viena/1993), População e Desenvolvimento (Cairo/1994) e Mulher, Igualdade, Desenvolvimento e Paz (Beijing/1995); e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher (Belém do Pará/1994), promovida pela Organização dos Estados Americanos — OEA.

Outra ação recente e de grande envergadura tem sido a Marcha Mundial das Mulheres, que tem agregado setores como o movimento autônomo de mulheres, os movimentos popular e sindical, rural e urbano na luta contra a pobreza e a violência contra as mulheres, sempre com forte ação feminista e anticapitalista na luta por igualdade, justiça, distribuição de renda, recursos e poder.

Neste Parlamento, poucas foram as representantes que por aqui passaram. No entanto, todas marcaram muita presença com suas atuações. É visível e necessário o crescimento da bancada feminina no Congresso Nacional desde as inesquecíveis presenças de Carlota Queiroz e Bertha Lutz.



Mais do que nunca precisamos "conquistar poder para garantir direitos", como diz o lema que comemora o dia 8 de março, numa campanha da bancada feminina no Congresso Nacional.

Tenho procurado dar minha contribuição nesta luta. Em menos de um ano de atuação, procurei desempenhar ações que visam conquistar e garantir os direitos das mulheres.

Inspirada no Relatório da CPI da Mortalidade Materna, apresentei projetos de lei criando os Comitês de Estudo e Controle da Mortalidade Materna, projeto que obriga hospitais, privados ou conveniados com o Sistema Único de Saúde, a atenderem as mulheres em trabalho de parto, independentemente de se tratar ou não de caso de alto risco. Apresentei também proposição que reserva cota mínima de 30% de cargos da Mesa e das Comissões permanentes da Câmara para mulheres. E, repito, apresentei também proposição, tramitando em regime de urgência, que cria no âmbito da Câmara dos Deputados painel permanente com as fotos das ex-Deputadas Federais, para que seja inaugurado ainda este mês, quando se comemora o Dia Internacional da Mulher. É uma homenagem que esta Casa não deixará de prestar às bravas mulheres que por aqui passaram.

Vamos à luta, pois ela continua e a vitória esta próxima.

Era o que tinha a dizer.



Documento 2/51

024.4.51.O Sessão Ordinária - CD 05/03/2002-15:18

Publ.: DCD - 06/03/2002 - 6078 LUIZA ERUNDINA-PSB -SP

CÂMARA DOS DEPUTADOS GRANDE EXPEDIENTE PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher - 8 de março. Discurso de posse das Juízas Maria de Fátima Zanetti, Rosa Zuccaro e Ana Contrucci, no Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo.

A SRA. LUIZA ERUNDINA (Bloco/PSB-SP. Pela ordem. Sem revisão da oradora.)

- Sr. Presidente, colegas Parlamentares, desejo registrar o início das comemorações do Dia Internacional da Mulher.

Nesta semana, sob a liderança da bancada feminina, a Câmara dos Deputados estará avaliando o resultado da luta que travamos por nossos direitos. E essa luta inspira-se em lema que é um estímulo à reflexão que faremos durante as comemorações dessa data: "Conquistar poder para garantir direitos".

Na avaliação que fazemos, nossos direitos estão subatendidos, porque não conseguimos conquistar mais amplamente poderes no sentido de influir na definição de políticas públicas e na legislação que deve assegurar esses direitos.

Aproveito a oportunidade, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, para homenagear três juízas que, no último dia 25 de fevereiro, tomaram posse no TRT de São Paulo, 2ª Região — Dra. Maria de Fátima Zanetti, Dra. Rosa Zuccaro e Dra. Ana Contrucci.



Permitam-me V.Exas. ler, do pronunciamento da Dra. Maria de Fátima Zanetti feito em nome das três juízas que tomaram posse na ocasião, trecho em que ressalta a oportunidade de se manifestar fora dos limites formais do exercício de suas funções como juíza.

Diz ela:

Pode parecer coisa de louco, quando, diante da proposta de liquidar com os Direitos Trabalhistas, conquistados ao longo dos últimos sessenta anos, pelos trabalhadores brasileiros, os Juízes que estiveram no Parlamento para acompanhar a votação, foram impedidos, num primeiro momento, pelos Seguranças, sob a justificativa de que o Presidente daquela casa determinou que se proibisse a entrada de baderneiros!!!

Por fim, Sr. Presidente, solicito a V.Exa. que a íntegra do pronunciamento da nobre juíza Maria de Fátima Zanetti seja transcrita nos Anais da Casa, como referência e constatação do quanto faz diferença quando as mulheres ocupam espaço de poder.

O discurso dessa juíza demonstra seu grau de independência e coragem, sua ousadia de se manifestar politicamente a respeito das condições objetivas que o País enfrenta em detrimento dos interesses da maioria e, ainda mais, o desrespeito com que as autoridades brasileiras vêm tratando os direitos e os interesses dos trabalhadores.

Muito obrigada.

PRONUNCIAMENTO A QUE SE REFERE A ORADORA



Documento 3/51

024.4.51.O Sessão Ordinária - CD 05/03/2002-16:54

Publ.: DCD - 06/03/2002 - 6102 PEDRO VALADARES (PRESIDENTE)-PSB -SE
CÂMARA DOS DEPUTADOS GRANDE EXPEDIENTE FALA DO PRESIDENTE
OU NO EXERCÍCIO DA PRESIDÊNCIA
FALA DO PRESIDENTE

Sumário

Aviso ao Plenário sobre realização pelo Congresso Nacional, dia 6 de março de 2002, às 10h, de sessão solene ao ensejo do transcurso do Dia Internacional da Mulher - 8 de março.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Valadares) Antes de dar prosseguimento à sessão, esta Mesa dá conhecimento ao Plenário do seguinte

Ofício nº 67 de 2002, do Congresso Nacional, datado de Brasília, em 5 de março de 2002:

Sr. Presidente, comunico a V.Exa. e, por seu alto intermédio, à Câmara dos Deputados, que esta Presidência convoca sessão solene conjunta, a realizar-se dia 6 do corrente, às dez horas, no Plenário da Câmara dos Deputados, destinada a comemorar o Dia Internacional da Mulher.

Na oportunidade, renovo a V.Exa. protestos de alta estima e consideração."

Assina o Presidente do Senado Federal, Senador Ramez Tebet.



Documento 4/51

024.4.51.O Sessão Ordinária - CD 05/03/2002-13:50

Publ.: DCD - 06/03/2002 - 6053 VANESSA GRAZZIOTIN-PCDOB -AM

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PEQUENO
EXPEDIENTE

DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher - 8 de março. Convite aos Parlamentares para a sessão solene do Congresso Nacional comemorativa da data. Anúncio de realização, na Câmara dos Deputados, de encontro para debate do tema "Mulheres na Elite Política Brasileira". Lançamento de livro de autoria da Profa. Lúcia Avelar a respeito do assunto. Encaminhamento de abaixo-assinado aos Presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal pela rejeição do Projeto de Lei 3982 de 2000, permissivo da demissão de gestantes e da proposta modificativa de dispositivo da Consolidação das Leis do Trabalho.

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB-AM. Sem revisão da oradora.) Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, companheiros e companheiras, na próxima sexta-feira, dia 8 de março, estaremos comemorando mais um Dia Internacional da Mulher. Obviamente, uma data tão importante para todo o mundo deve ser comemorada. Entretanto, nós, mulheres brasileiras, como grande parte das mulheres do mundo inteiro, entendemos que os dias que antecedem e os que seguem essa data devem constituir período de reflexão mais profunda sobre a situação da mulher na sociedade. Deve-se, então, procurar tornar mais



transparentes as dificuldades por que passam as mulheres de grande parte do mundo, principalmente as discriminações que sofremos, e apontar caminhos para a sua superação.

Sr. Presidente, como todos sabem, no Congresso Nacional temos Deputadas e Senadoras de diferentes partidos políticos, e nos organizamos na Bancada Feminina, que periodicamente se reúne para debater problemas relativos à questão de gênero e propor ações efetivas.

Como todos os anos, aprovamos, durante essas reuniões, um calendário de atividades, com debates, lançamento de livros etc., que irá até o final deste mês. Sem dúvida alguma o ponto central, a mais importante dessas atividades, acontecerá amanhã, às 10h, neste plenário, quando teremos uma sessão solene do Congresso Nacional em homenagem ao Dia Internacional da Mulher, que contará com a presença não apenas das Sras. Deputadas e Senadoras, mas dos Srs. Parlamentares. Esperamos que os Presidentes de ambas as Casas também se façam presentes e se pronunciem nessa importante sessão solene.

Ainda no dia de amanhã, após essa sessão solene, será entregue aos Presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal um abaixo-assinado com mais de 60 mil assinaturas, solicitando a não-aprovação do projeto de lei que modifica a CLT — sempre digo que o termo "modifica" deveria estar entre aspas, porque esse projeto de lei extingue direitos mínimos dos trabalhadores contidos na Consolidação das Leis do Trabalho.

No abaixo-assinado também se reivindica a não-aprovação do Projeto nº 3.982, de 2000. Trata-se de um projeto de lei perverso, que atinge não somente as mulheres brasileiras, mas a sociedade como um todo, pois prevê a possibilidade de demissão de trabalhadoras grávidas.

A maternidade não diz respeito somente à mulher, mas à sociedade; a maternidade é uma função social. Não admitiremos, em hipótese alguma, a retirada de qualquer proteção à maternidade.

Sr. Presidente, no dia 7 realizaremos ainda um debate, proposto pela Deputada Luiza Erundina, cujo tema será "Mulheres na Elite Política Brasileira". Em seguida,



ocorrerá o lançamento do livro da Prof.^a Lúcia Avelar, que trata do mesmo assunto.

Nós, da Bancada Feminina, estamos tentando realizar uma audiência com o Ministro Nelson Jobim, Presidente do TSE. Queremos levar até o Colegiado daquele Tribunal algumas sugestões, entre elas a de que, no período que antecede as eleições, o TSE promova uma maciça propaganda sobre a Lei de Cotas. Essa lei vigora em nosso País desde 1995, e previa, inicialmente, uma cota mínima de 20% para as candidaturas de mulheres nas chapas partidárias; nas eleições seguintes esse percentual foi de 25% e nas eleições de 2002 essa cota será de 30%. A sociedade brasileira precisa conhecer essa lei e cobrar dos partidos políticos que não deixem parte dessas vagas em aberto, conforme ocorreu nas últimas eleições.

Muito obrigada.



Documento 5/51

024.4.51.O Sessão Ordinária - CD 05/03/2002-15:50

Publ.: DCD - 06/03/2002 - 6087 CARLITO MERSS-PT -SC

CÂMARA DOS DEPUTADOS GRANDE EXPEDIENTE PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Artigo "Além da infâmia", de autoria do orador, sobre o transcurso do Dia Internacional da Mulher - 8 de março. Reação da Governadora Roseana Sarney, do Estado do Maranhão, à execução pela Polícia Federal de mandato de apreensão de documentos na empresa Lunus. Realização da V Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios.

O SR. CARLITO MERSS (PT-SC. Pela ordem. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, leio, para que conste dos Anais desta Casa, artigo que publicamos no jornal A Notícia, com referência ao Dia Internacional da Mulher.

Além da infâmia.

Carlito Merss.

A única coisa que considero impossível é deixar de sonhar — e, portanto, lutar. E meus sonhos não são poucos, tampouco pequenos. Mudar o mundo, superando as menores e as maiores pedras no caminho. Não consigo ver a injustiça, a fome, a miséria, a violência como coisas "normais". Não posso aceitar que a humanidade tenha um destino traçado.



Estou com o escritor Eduardo Galeano, que propôs, em texto para o 2º Fórum Social Mundial: "Que tal delirarmos um pouquinho? Vamos fixar o olhar num ponto além da infâmia para adivinhar outro mundo possível".

Sonhos, utopias. Nada disso, para mim, se parece com o inatingível. São palavras que traduzem esse olhar para além da infâmia, que vislumbram outra realidade e produzem energia para a ação transformadora. E é de ação que gosto de falar, quando abordo as mazelas deste mundo. Do contrário, seria só reclamação estéril. Ou discurso pronto e descartável, daqueles que muita gente usa e joga fora da própria memória.

Mudar a situação de discriminação e violência contra as mulheres está entre os principais fatores de transformação radical do mundo. Isso porque mexe com questões sociais, econômicas e culturais de forte enraizamento e que são decisivas para a manutenção do status quo. E não apenas em determinados países. Com maior ou menor grau de intensidade, a desigualdade é imposta às mulheres em todo o planeta.

Trata-se de uma luta, contudo, não somente das mulheres, mas sim de todos que querem de fato construir a paz, a justiça social e relações fraternas e solidárias entre os seres humanos. E mais: tais mudanças não passam somente pela transformação das leis e do Estado — uma urgência indiscutível —, mas pela atitude de cada cidadão e cidadã na sociedade, na família, entre os amigos, nas relações afetivas.

No Dia Internacional da Mulher — 8 de março — essa atitude deve se transformar em grande e marcante movimento coletivo pela paz e contra a discriminação.

Em Joinville, o Movimento de Mulheres prepara uma mobilização nas ruas — com a distribuição de folheto, com orientações sobre como enfrentar a violência, produzido em conjunto com nosso gabinete.

Antes, dia 5, o Fórum de Debates realizará atividades no Colégio Elias Moreira (14h30min), e na UNIVILLE (19 horas), com a socióloga Eliete Safioti, sobre violência contra a mulher e a criança.

Em Florianópolis, entidades promoverão um tribunal popular sobre assédio moral e sexual nas relações de trabalho, durante os dias 6, 7 e 8.



Em Blumenau, a Prefeitura estará à frente de iniciativas que se estendem até o dia 23 — lá, esse tipo de evento mobilizador e conscientizador, realizado nos últimos quatro anos, ajudou na conquista de espaços essenciais na busca pelos direitos da mulher, como o Fórum Permanente em Defesa das Pessoas em Situação de Violência Doméstica e Intrafamiliar; a Casa Abrigo para as mulheres e seus filhos vítimas de violência doméstica; além do Centro de Referência para Famílias em Situação de Violência Doméstica e Intrafamiliar.

Também a greve nacional, marcada pela CUT para o dia 21, como forma de pressão contra a flexibilização do art. 618 da CLT, se insere na defesa de direitos fundamentais para a mulher, como a licença-maternidade (que pode ser reduzida), creche e pré-escola para os filhos, além da própria licença-paternidade, que poderá ser extinta.

Seja onde e quando for, do ato aparentemente mais simples, em nossa casa, ao mais amplo e ousado — como querer mudar o mundo — , toda a atitude para alterar esse quadro infame significa darmos passos firmes em direção ao novo mundo que nossos olhos apontam.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, passo a abordar outro assunto. A candidata do PFL à Presidência da República revoltou-se com a ação da Polícia Federal na execução de mandato de apreensão no escritório da empresa Lunus, do Sr. Jorge Murad, seu marido e sócio.

Atendendo à requisição do Judiciário, a Polícia apreendeu documentação de empresa relacionada com as fraudes da SUDAM. Mais de 80 mandados desse tipo já foram emitidos, sendo que a consequência mais visível do desvio de verbas federais daquela superintendência foi a renúncia do ex-Presidente do Senado Federal Jader Barbalho.

A crise da Lunus ensejou uma retaliação do Ministro do Meio Ambiente, que precipitou sua saída do Governo. O PFL discute se abandona o barco do Presidente FHC, embora se torne constrangedora a situação do Vice-Presidente, Marco Maciel, e o uso de inúmeros cargos públicos ocupados pelo partido, sua influência e poder tornem esta decisão peça das negociações de composição eleitoral.



O que verdadeiramente chama a atenção nesse episódio, Sr Presidente, é a violência de reação da Sarney maranhense e o disparate de seus argumentos. É certo que uma overdose publicitária fabricou essa alternativa presidencial, especialmente diante de um vácuo momentâneo de candidaturas aptas a advogar o legado de FHC.

Devidamente maquiada e catapultada pelas pesquisas de opinião pública, essa alternativa tem tanta visibilidade como vazio de conteúdos e propostas. Sabe-se do legado social de seu reinado no Maranhão, com os piores índices de IDH do País, e do domínio político concentrado que a família Sarney detém, inclusive monopólio político e da mídia. Agora, a filha Sarney dizer que a ação foi uma orquestração contra sua candidatura, especialmente pelo fato de que é mulher, é simplesmente desviar a atenção pública do centro da questão, criar factóides destinados a acobertar a corrupção deslavada do uso de verbas da SUDAM.

Já dizia minha avó que onde há fumaça há fogo. Por que essa virulência em atacar as investigações judiciais, sonogando a possibilidade de elucidação dos fatos e utilizando-se de recursos vários para lacrar e impermeabilizar os dados da Lunus para a opinião pública?

O desequilíbrio da candidata pefelista, antes do que reivindicar apelos à democracia, indicia sua cumplicidade com a falta de transparência da ação dos órgãos federais daquela região e seu uso político.

Tem razão o jornalista Paulo Alceu, do jornal Diário Catarinense, quando comenta bate-papo das salas da Internet que defendem um reality show com os presidenciais. Talvez, como muito inteligentemente abordou Alceu, fosse mesmo necessário enclausurar os presidenciais numa casa, durante trinta ou quarenta dias, para que a população pudesse conhecer realmente cada um, o que pensam, suas contradições, seu comportamento humano.

Quanto mais se aproximam as eleições, mais certeza tenho da importância de um verdadeiro debate ético sobre o comportamento dos homens públicos, tanto do Presidente como dos Parlamentares. Chega de campanhas midiáticas que fabricam candidatos biônicos que dizem o que o povo quer antes das eleições e, depois de eleitos, fazem o que querem. É hora de a representação política



obedecer compromissos populares e representá-la efetivamente, com lisura e ética.

Sr. Presidente, passo a abordar outro assunto. Estamos recebendo em Brasília, nesta semana, a V Marcha em Defesa dos Municípios.

Já na manhã de hoje, tivemos a presença de inúmeros Municípios em sessão solene que homenageou o jornal A Notícia, de Santa Catarina, momento em que contamos com o prestígio de Prefeituras como Chapecó, Indaial, Porto União, Celso Ramos, Gaivota, Concórdia, Guaraciaba e inúmeras outras que estão participando da Marcha.

A pauta de reivindicações envolve a participação dos Municípios na repartição da CPMF; um novo encaminhamento para custeio da iluminação pública; as dificuldades que as exigibilidades dos precatórios provoca; o impacto tributário da incidência da atual legislação do ISSQN; a definição de responsabilidades na repartição dos custos do transporte escolar; a devolução de valores do FEF retidos; financiamento e isenção de IPI para compra de maquinários públicos; e o cumprimento da Lei do FUNDEF e a fixação da média nacional custo/aluno que atenda ao pleno financiamento do ensino fundamental, responsabilidade das Prefeituras.

Saúdo os Prefeitos do Brasil e de Santa Catarina que estão participando dessa manifestação democrática e reitero a compreensão de que é preciso uma reforma tributária que racionalize a arrecadação de impostos e uma reforma orçamentária que descentraliza a elaboração e a execução de verbas federais. Inúmeros problemas enfrentados pelos Municípios brasileiros devem-se exclusivamente à enorme concentração dos recursos públicos no caixa da União. Mesmo que algumas modalidades de repartição destinem recursos automaticamente para Estados e Municípios e alguns auxílios sociais federais sejam recebidos diretamente pelo beneficiário, é patente que a atual forma de financiamento dos Municípios peca pela falta de autonomia.

Por isso, além de reiterar que votamos favoravelmente, mas fomos derrotados, à emenda da CPMF que buscava institucionalizar a repartição dos recursos com os Municípios, reafirmo a disposição política de fortalecer o municipalista, tanto pelo



papel estratégico do poder local no contexto democrático como pela importância de que a organização social se estruture a partir das demandas imediatas da cidadania, com esferas participativas e inclusivas da população.

Parabéns aos organizadores da V Marcha. Esperamos que o contexto político pré-eleitoral vergue a intransigência do Governo Federal, possibilitando que as justas reivindicações sejam atendidas.



Documento 6/51

025.4.51.O Sessão Ordinária - CD 06/03/2002-14:16

Publ.: DCD - 07/03/2002 - 6507 FERNANDO ZUPPO-PSDC -SP

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PEQUENO
EXPEDIENTE

DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher - 8 de março.

O SR. FERNANDO ZUPPO (PSDC-SP. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, já vão longe os tempos em que se dizia que atrás de todo grande homem existe uma grande mulher.

O País sofreu sensíveis mudanças nos últimos trinta anos e hoje já se diz com segurança que ao lado de um grande homem se encontra uma grande mulher. Diria mais, essa mulher, além de companheira, é dinâmica, batalhadora, com idéias próprias e não corresponde mais àquele modelo submisso de meados do século passado.

A mulher, razão e sensibilidade combinadas, não pode ser afastada dos processos de crescimento da sociedade. Sua força e capacidade de luta vêm tornando menos penosos os caminhos para um Brasil mais justo e solidário. Não se trata de saber quem é mais inteligente ou capaz, a ciência já nos provou que essa discussão já está ultrapassada e que as diferenças somam-se para formar um conjunto mais harmônico.



O Dia Internacional da Mulher nos remete a uma reflexão a respeito das conquistas que o sexo feminino alcançou. E não têm sido poucas.

Nosso País pode ainda não ter se dado conta da grandeza desse contingente de cidadãs produtivas que busca constantemente igualdade de condições no mercado de trabalho e nos destinos da Nação. Entretanto, se ainda não amplamente avaliado esse potencial nas décadas passadas, hoje a realidade vem se impor pacificamente sobre os modelos ultrapassados de submissão e inferioridade.

As mulheres têm conquistado cada vez mais postos de trabalho ao lado do homem em todos os setores produtivos de nossa sociedade. São indiscutível força de trabalho nas indústrias, no comércio e na prestação de serviços. Assumem com tranqüilidade postos de comando nos mais diversos setores de nossa economia, estando à frente de grandes instituições, bancos. São juízas, advogadas, presidentes, coordenadoras, diretoras, policiais, delegadas, trabalhando pela produção e enriquecimento do Brasil.

Não há mais um setor de produção que não conte com a participação efetiva da mulher. Ela se encontra nos campos, nas cidades, onde quer que exista algo acontecendo. Na política, temos visto sua atuação crescer de forma gradual e coerente. As representantes eleitas pelo voto popular têm-se mostrado diligentes, conscientes e atuantes nos destinos da Nação. São formadoras de opinião e chefes de família construindo o futuro.

Cumprimento as mulheres brasileiras nessa data significativa. Já deixamos para trás os protestos manchados de sangue que abriram espaço nos Estados Unidos, como o massacre de trabalhadoras numa fábrica durante um protesto por melhores condições de trabalho e de remuneração, e que vieram alavancar a luta pela igualdade de direitos e de condições. Ainda resta muito a fazer, mas somos um País vitorioso, porque não alijamos a mulher do processo de crescimento rumo ao desenvolvimento com justiça social. Ela se faz cada vez mais atuante, dando aquele toque de sensibilidade e força às nossas conquistas.

Vamos refletir sobre a condição feminina. Vamos proporcionar à mulher os meios de fazer-se mais presente nos destinos do Brasil. E façamos dessa data um



evento a ser comemorado e não lamentado, conscientes de que somente lado a lado homens e mulheres brasileiros vão tornar nosso País mais forte perante as outras nações.

Muito obrigado.



Documento 7/51

025.4.51.O Sessão Ordinária - CD 06/03/2002-14:06

Publ.: DCD - 07/03/2002 - 6502 SIMÃO SESSIM-PPB -RJ

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PEQUENO
EXPEDIENTE

DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher - 8 de março.

O SR. SIMÃO SESSIM (PPB-RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, há 145 anos, teve lugar aquela que terá sido, em todo o mundo, umas das primeiras ações organizadas por trabalhadores do sexo feminino: 129 operárias têxteis, de Nova Iorque, iniciaram uma marcha em protesto contra os baixos salários, exigindo redução de jornada e melhores condições de trabalho. Lamentavelmente, o movimento, então pacífico e democrático, terminou em tragédia, porque, como todo mundo sabe, para reprimir as grevistas a polícia e os patrões atearam fogo à fábrica, após terem trancado as portas, matando, de forma cruel e desumana, todas as operárias.

Por tudo isso e muito mais, Sr. Presidente, o Dia Internacional da Mulher, comemorado a cada 8 de março pelas Nações Unidas, é, sem dúvida alguma uma referência e um reflexo de todo um movimento em prol da igualdade de direitos, embora entendamos que ainda hoje prevaleça, de alguma forma, a desigualdade de gênero.



Nada mais justo, portanto, a sessão conjunta que esta Casa e o Senado realizaram hoje, sob o lema "Conquistar poder para garantir direitos", tão bem escolhido pela bancada feminina, de forma a orientar os trabalhos deste ano, que contam também com o apoio do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher.

Eu, particularmente, Sr. Presidente, me sinto bem à-vontade para prestar esta singela homenagem a todas as mulheres do meu País, do meu Estado do Rio de Janeiro, da minha querida Baixada Fluminense e, especialmente às mulheres de Nilópolis. Só lamento, Sr. Presidente, já não mais dispor do privilégio que Deus havia me concedido ao longo de mais de 40 anos de vida e de muitas felicidades, de, numa data tão bonita como esta, poder abraçar e beijar a mulher companheira, a esposa, a amante, a amiga, a mãe dos meus filhos, a avó dos meus netos queridos, a vida e paixão que tanto amei neste mundo. Há pouco tempo, ela se foi, deixando no fundo do meu coração uma saudade imensa. Mas deixou também uma bela referência deste ser maravilhoso, que nos trás à luz, que nos ilumina, que nos acalenta e nos protege sempre e sempre, até quando não pode mais, porque aí Deus a chama para ficar a seu lado, certamente em algum lugar, onde reina a paz eterna.

Por outro lado, não podemos, da mesma forma, esquecer que o século XX, que também se foi, ficará marcado na história como um marco fundamental na emancipação da mulher. Aliás, a emancipação da mulher moderna tem raízes no Evangelho de Cristo, que exalta a maternidade, enaltece a pessoa da mulher virtuosa e estabelece os princípios fundamentais da dignidade humana, sem distinção de sexo.

É bem verdade que muita coisa ainda precisa ser feita no sentido de garantir direitos plenos à mulher. A Constituição de 1988 trouxe avanços nesse sentido, garantindo, por exemplo, o princípio fundamental da não-discriminação, a igualdade na família e no trabalho etc. Mas muita coisa ainda precisa acontecer para se estabelecer o processo democrático no relacionamento envolvendo homens e mulheres.

Eu quero terminar esta manifestação de amor à causa da mulher, confessando de público a emoção que invade o meu coração, neste momento, e desejando a



todas essas guerreiras maravilhosas um mundo cheio de felicidades, de alegrias, bem melhor e mais justo!



Documento 8/51

003.4.51.N Sessão Extraordinária - CN 06/03/2002-00:00

Publ.: DCN - 07/03/2002 - 744 NAIR XAVIER LOBO (PRESIDENTE)-PMDB -GO
CONGRESSO NACIONAL HOMENAGEM FALA DO PRESIDENTE OU NO
EXERCÍCIO DA PRESIDÊNCIA
FALA DO PRESIDENTE

Sumário

Homenagem às mulheres afegãs pelo transcurso do Dia Internacional da Mulher;
Indicação ao Presidente da República no sentido de envio de Mensagem ao
Secretário-Geral da ONU, Kofi Annan, solicitando a participação das mulheres
afegãs nas negociações em torno da formação do novo governo do Afeganistão.

A SR^a PRESIDENTE (Nair Xavier Lobo) Sr^{as} Senadoras, Sr^{as} Deputadas, Sr^{as} e
Srs. presentes nesta sessão solene em homenagem ao Dia Internacional da
Mulher, eu pediria a atenção de V. Ex^{as} para, antes de conceder a palavra à
próxima oradora inscrita, Deputada Iara Bernardi, do PT, ler e consignar na Ata o
pesar e a solidariedade das mulheres brasileiras às mulheres afegãs.

Existe uma indicação, da minha lavra, que sugere ao Poder Executivo - porque só
ele pode incumbir-se dessa tarefa - o envio de mensagem ao Secretário-Geral da
ONU, o Sr. Kofi Annan, solicitando a participação das mulheres afegãs nas
negociações de seu país. Nessa indicação, faço um relato que considero
relevante, razão pela qual deixo registrado nos Anais desta Casa.



As mulheres afegãs temem reações de milicianos da Aliança do Norte. Elas têm medo de que alguns talebans estejam infiltrados nas colunas aliancistas ou mesmo que os próprios soldados retornem às cidades e restaurem o governo opressor. Muito se fala na opressão contra mulheres no Afeganistão, onde as mulheres, se não estivessem acompanhadas de um parente próximo, eram detidas pelos guardas ao saírem de casa. Elas não podiam trabalhar e algumas vezes morriam de fome porque não podiam sair de casa para comprar alimentos. Eram escravizadas sexualmente. O Taleban executava as mulheres se elas fossem acusadas de manter relações sexuais extraconjugais, mesmo que a denúncia partisse de terceiros e não tivesse qualquer comprovação. Muitas foram consultar ginecologistas homens (a lei do Taleban proíbe) e morreram. As mulheres e homens suspeitos de homossexualidade eram colocados contra uma parede e apedrejados até a morte. Os talebans prenderam e mataram muitas mulheres. Em 1998, os talebans tomaram a cidade de Mazar-i-Sharif e mataram mais de 2 mil pessoas, a maioria da etnia hazara. Em 1999, seqüestraram mais de 2 mil mulheres não-pertencentes à etnia pashtu.

Nessa linha, sugerimos que a Presidência da República, no dia de hoje, sinta a reafirmação das mulheres deste Parlamento e estude, o mais rapidamente possível, a possibilidade do envio ao Secretário-Geral da ONU da mensagem, para que as mulheres afegãs possam sentir, a nossa solidariedade, o nosso pedido para que elas participem nas negociações.

Era exatamente isto o que eu gostaria de deixar consignado neste dia: a solidariedade do Brasil, país imensamente hospitaleiro, gentil e solidário a essas mulheres.



Documento 9/51

025.4.51.O Sessão Ordinária - CD 06/03/2002-13:20

Publ.: DCD - 07/03/2002 - 6488 ENIO BACCI-PDT -RS

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PEQUENO
EXPEDIENTE

DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher - 8 de março. Valorização da mulher para um mundo melhor.

O SR. ENIO BACCI (Bloco/PDT-RS. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, comemora-se esta semana, precisamente no dia 8 de março, o Dia Internacional da Mulher. Uma data para ser festejada, celebrada. Mas tenho certeza de que na maioria dos lares brasileiros não haverá muitos motivos para comemorações, pois ainda é muito grande o número de mulheres que não podem sustentar suas famílias por pura distorção de valores financeiros, eis que elas ganham menos 40%, em média, do que os homens. No nosso País ainda há muita discriminação em cima da mulher. Mulheres não podem fazer isso ou aquilo. "Isso é coisa de mulher!" E por aí vai o preconceito. Acho que o mundo seria bem melhor se houvesse mais mulheres em cargos de direção. As mulheres são gentis, falam com o coração, expressam-se através dos sentimentos e sabem dizer não com a ternura de uma mãe. A mulher, por sua natureza, é nobre, é fina e elegante.



Não só no Brasil, mas em todo o Planeta Terra as mulheres são alijadas das mudanças necessárias para um mundo melhor. Pergunte a uma mulher como se poderia administrar um país, que ela responderá: "Da mesma forma que administro minha casa, meu lar."

A mulher é simples e tem soluções fenomenais, sempre dentro de uma razão que só a mulher pode entender.

Na minha opinião, o Dia Internacional da Mulher é todo dia; vinte quatro horas é pouco para a grandeza da manifestação e comemoração que ela merece. A mulher tem a serenidade do nascer de um novo dia, traz consigo o brilho dos primeiros raios de sol e, quando a noite vem, traz o clarão da lua mais cheia do mundo espelhada em seu olhar, mostrando que ela, somente ela, é constituída de um amor celestial!

Uma mulher traz com ela a certeza da esperança, pois uma mulher tem confiança no futuro, no trabalho, na força do realizar. Ela não se curva para o destino; o destino ela mesma faz, e constrói com sua próprias mãos um futuro melhor para a humanidade.

Tenho certeza de que a mulher ainda dominará o mundo. Não um domínio fascista ou ditatorial, mas um domínio de criatividade e puros sentimentos. Creio na mulher, acredito na capacidade plena na observância do mundo e espero com ansiedade que o mundo ainda se curve à sapiência e aos sentimentos das mulheres.

Quero daqui, com muita emoção, mandar os parabéns a uma mulher que para mim é a mais bela e guerreira do mundo: minha querida mãe, Edith Bacci, que nunca mediu esforços para que eu me tornasse um homem de bem, de caráter ilibado e com uma formação superior.

Que doravante essa data seja comemorada em alto estilo, com reais motivos de comemorações e muita alegria! Caminhamos para uma real emancipação da mulher, mas ainda há muito que fazer e construir, para chegarmos ao ápice da glória, fazendo justiça a quem sempre proporcionou ao mundo carinho, serenidade e ternura.



Documento 10/51

025.4.51.O Sessão Ordinária - CD 06/03/2002-14:16

Publ.: DCD - 07/03/2002 - 6508 PAULO ROCHA-PT -PA

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PEQUENO
EXPEDIENTE

DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher - 8 de março.

O SR. PAULO ROCHA (PT-PA. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parece meramente simbólica a data que remonta ao martírio das operárias americanas queimadas durante a ocupação de uma fábrica em 1857. Mas o registro no calendário é apenas mais um marco de uma luta por grandes transformações sociais. Um discurso é pouco para assinalar ou mesmo homenagear a trajetória feminina num mundo que sempre lhe foi hostil e opressor. As mulheres nunca tiveram tantas conquistas como nos últimos 100 anos, com grandes e pequenas vitórias.

Esteoreotipadas como Amélias e queimadas como bruxas no passado, as mulheres, com muita garra e determinação, conquistaram seu espaço. Hoje, ocupam 51% das vagas no mercado de trabalho, são maioria nas universidades e invadem guetos masculinos exercendo profissões como policiais, vigias e eletricitas.

Mas se está longe o tempo em que mulher não podia usar calças compridas e não assinava o próprio nome, hoje temos outras formas de opressão, exploração e



humilhação. E a violência doméstica é o lado mais gritante dessa luta. Perdeu-se o sentido da dominação, que se travestia de dependência financeira. Mas a força bruta ainda persiste.

As agressões, no Brasil, se repetem em intervalos de apenas quatro minutos — 23% das mulheres brasileiras estão sujeitas a algum tipo de violência doméstica, e, ironicamente, o companheiro a quem dá afeto é o seu principal algoz.

Se na matemática geográfica a mulher impôs-se numericamente, quando se materializa em Anas, Madalenas, Marias e Joanas, ainda permeia a zona dos excluídos. Nos parlamentos é minoria e representa hoje apenas 5,7% do total dos Prefeitos eleitos e 11,61% dos Vereadores. Ganha menos que os homens, com remuneração até 41,3%, mas, ao mesmo tempo, cumpre uma jornada mais pesada e permanece no topo do ranking da informalidade e do desemprego.

Nesse nosso mundo de tantas violências e injustiças, a palavra-chave ainda parece ser a igualdade, o fim da exploração e da humilhação; o direito a uma gestação feliz e assistida; creche, escola, lazer, esporte e educação para os filhos e a manutenção de direitos trabalhistas permanentemente ameaçados no Governo FHC.

Estas reivindicações não são novidade. Há mais de sessenta anos, numa quarta-feira de julho de 1936, a então Deputada Bertha Lutz disse, ao tomar posse como uma das primeiras representantes femininas no Parlamento brasileiro:

A mulher é a metade menos favorecida da população. Seu labor no lar é incessante e anônimo; seu trabalho profissional é pobremente remunerado e as maioria das vezes seu talento é frustrado quanto às oportunidades de desenvolvimento e expansão.

Hoje temos exemplo da força e coragem dessas mulheres. Mais de vinte mil mulheres trabalhadoras rurais vão estar mobilizadas em 24 Estados brasileiros, nos próximos três dias, para comemorar o Dia Internacional da Mulher, com o lema "Trabalhadoras Rurais gerando vida, semeando a terra, construindo a nova sociedade". Estas mulheres, mais uma vez, vão comemorar a data cobrando ações do Governo, que vão desde seus direitos até o não-pagamento dos juros da dívida externa. Reivindicam, por exemplo, a atenção integral à saúde da mulher



pelo sistema público e programas efetivos de apoio às mulheres vítimas de violência. E pedem também que seja revogado o Decreto nº 3.048, de 08 de maio de 1999, e as portarias e ordens de serviço que impedem e dificultam a concessão de benefícios previdenciários. Exigem também um novo julgamento para os assassinos da trabalhadora rural e líder sindical Margarida Alves e, no setor agrícola da economia nacional, cobram a reforma agrária, integral e democrática e uma política de renda agrícola, que dê suporte financeiro aos agricultores familiares em caso de estiagem ou queda na cotação dos produtos.

Sr. Presidente encerro meu pronunciamento parabenizando nossas companheiras Deputadas, Vereadoras, lideranças sindicais, lideranças do movimento popular e trabalhadoras de todas as categorias e profissões, pela coragem, pela luta e pela beleza. Bertha Lutz dizia:

Minha profissão é a fé. O lar é a base da sociedade, e a mulher estará sempre integrada ao lar; mas o lar não cabe mais no espaço de quatro muros — lar também é a escola, a fábrica, a oficina. Lar. Sr. Presidente, é acima de tudo, o parlamento, onde se votam as leis que regem a família e a sociedade humana.

Que a partir de agora possamos construir um futuro de homens e mulheres mais livres. O século que passou foi de luta. Que o próximo seja o da igualdade e do respeito aos direitos de todos.

Era o que tinha a dizer.



Documento 11/51

025.4.51.O Sessão Ordinária - CD 06/03/2002-13:26

Publ.: DCD - 07/03/2002 - 6489 SOCORRO GOMES-PCDOB -PA

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PEQUENO
EXPEDIENTE

DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher - 8 de março. Conveniência de destinação da madeira de mogno apreendida no Pará à construção de moradias para famílias paraenses de baixa renda.

A SRA. SOCORRO GOMES (Bloco/PCdoB-PA. Sem revisão da oradora.) Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ao aproximar-se o Dia Internacional da Mulher (8 de março), quero prestar minhas homenagens, somar-me ao que foi dito na sessão conjunta das duas Casas realizada hoje pela manhã, e falar da real necessidade de darmos uma resposta à profunda desigualdade de que é vítima a mulher.

A maior injustiça cometida nos últimos séculos contra a mulher, que aprofunda a violência e a desigualdade entre os sexos, é o fato de a mulher ser despossuída dos bens que lhe garantam a sobrevivência. A maioria dos casos de violência — um dos problemas mais chocantes enfrentados — não é apurada por ausência de denúncia, devido à dependência econômica da mulher. Em meu Estado, 40% das mulheres são chefes-de-família. Somando-me à luta pela emancipação da mulher, dei entrada nesta Casa a projeto que garante a destinação de 30% das habitações



construídas para famílias de baixa renda a mulheres chefes-de-família, para o qual peço o apoio dos Srs. Deputados.

Solidarizo-me com as Parlamentares que defendem a necessidade de aprovação dos projetos que combatem a violência contra a mulher. A melhor homenagem que a Câmara pode prestar a essa metade feminina do Brasil é enterrar de vez a chaga da violência, da discriminação e do preconceito existente nessa sociedade extremamente injusta e desigual!

Sr. Presidente, registro ainda o escândalo do contrabando de mogno no Estado do Pará. Milhões de dólares em mogno estão sendo contrabandeados; madeira rara, retirada de forma ilícita. A nossa floresta encontra-se em processo de destruição.

Pela sua resistência à água e ao cupim e pela sua durabilidade, o mogno é considerado mundialmente como madeira nobre. O chamado "Rei do Mogno", além dos saques às terras públicas e às reservas indígenas, tem criado aeroportos clandestinos, causando destruição sem precedentes no Estado do Pará, bem como em várias localidades na Amazônia.

Toneladas de mogno apreendido estão no Estado à espera de destinação pelo Programa Comunidade Solidária.

Sr. Presidente, os responsáveis pela destruição da floresta e pelo contrabando do mogno devem ser punidos, pois o meu Estado não pode perder duas vezes: uma, com a destruição da floresta e com o contrabando, deixando de receber divisas; outra, com a destinação a outros Estados do mogno apreendido. Estamos encaminhando projeto para garantir que a madeira apreendida no Estado do Pará seja utilizada na construção de casas populares — até por ser excelente madeira para a construção de moradias. Somos o Estado campeão em falta de moradias, em favelização, em casas irregulares, em desacordo com as necessidades humanas.

Espero, portanto, que esse mogno apreendido seja destinado à resolução dos problemas sociais de moradia no meu Estado. Vamos lutar por isso!



Documento 12/51

025.4.51.O Sessão Ordinária - CD 06/03/2002-17:26

Publ.: DCD - 07/03/2002 - 6563 DR. BENEDITO DIAS-PPB -AP

CÂMARA DOS DEPUTADOS GRANDE EXPEDIENTE PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher - 8 de março.

O SR. DR. BENEDITO DIAS (PPB-AP. Pela ordem. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, no próximo dia 8 de março, o mundo vai comemorar o Dia Internacional da Mulher. E, para mim, é profundamente significativo falar desta tribuna daquela que, nos conceitos sociológicos, é a mais bela das criaturas, a mais delicada, a mais criativa e — por que não dizer? — a grande progenitora matriarcal de todos nós, humanos; a mulher, ser bem-aventurado, segundo as Escrituras, de cuja madre nasceu Jesus Cristo, o Salvador do mundo.

Tenho razões palatáveis, Sr. Presidente, nobres Deputados, para prestar minha singela homenagem à mulher e abraçá-la pelo seu dia. Dentre essas razões destacaria três, as quais julgo mais importantes.

A primeira é porque sou filho de uma mulher que, para mim, foi um dos maiores exemplos de humanidade que já conheci. Quero homenagear neste momento a minha querida mãe, D. Adair Dias de Carvalho, mulher de luta, filha de português, radicada na Amazônia, mulher que sabia o que queria para seus filhos. Deus a recolheu. Tenho saudades dela. Entretanto, sei que ela está em bom lugar.



A segunda razão, Sr. Presidente, é o fato de ser eu médico especialista em ginecologia e obstetrícia, profissão que, graças à ajuda das mulheres do meu Estado, minhas pacientes e amigas, tenho conseguido compatibilizar com o mandato de Deputado Federal. Não posso abandoná-la. Preciso cuidar da saúde e da vida dessas mulheres.

Sr. Presidente, as mulheres são parte da minha vida profissional. Como profissional da saúde e homem público, tenho grande respeito, amor carinho pelas mulheres, principalmente pelo dever de ser médico. No dia-a-dia do meu consultório, na sala de cirurgia, no partido, nas ruas, na minha cidade durante minhas andanças na política, sempre posso contar com a presença afetuosa, incentivadora e imprescindível das mulheres do meu Estado do Amapá.

Quero aqui homenagear, de coração, as mulheres amapaenses, bravas mulheres amazônidas. Meu abraço às mulheres jovens, às mulheres negras, às mulheres brancas, às morenas e até às aborígenes. Sem distinção étnica, social e de religião, sois a beleza humana sem par que transcende e enobrece a vida do nosso querido povo do Amapá.

A propósito, Sr. Presidente, a terceira razão que destaco nessa merecida homenagem que presto ao Dia Internacional da Mulher é o fato de ter sido, em 1998, o Deputado Federal mais votado da história política do meu Estado e ter, estatisticamente, residente no eleitorado feminino o quantitativo maior dos meus votos. Devo isso às minhas pacientes e grandes amigas que lutaram pela minha eleição para a Câmara Federal.

Feliz Dia Internacional da Mulher! É o que desejo.

Sr. Presidente, não poderia deixar de estender meu amplexo, neste Dia Internacional da Mulher, às minhas queridas colegas de Parlamento. São poucas, porém, personalidades respeitadas, amadas e admiradas por seus pares. Representam, nesta Casa, a presença da mulher no poder; conquista suada, empreendida com heroísmo e galhardia por essas mulheres notáveis, próceres nessa corrida desigual pela igualdade de direitos.

A mulher tem, sim, que ocupar espaços na vida política deste País. Quem sabe seu sucesso não estaria na sensibilidade, visão da vida e sabedoria que possui?



Não se admite mais a idéia de que a mulher é o sexo frágil. Pelo contrário, ela é muito mais forte do que imaginamos.

Para finalizar, cito declaração da Presidenta Nacional dos Direitos da Mulher, Sra. Orenil Andrade, que, em recente conferência, disse: "A mulher não é frágil; é feminina".

Desta tribuna, presto minha homenagem à mulher, pelo seu dia, que será comemorado em 8 de março, extensiva a todas as mulheres do Amapá e do Brasil.



Documento 13/51

025.4.51.O Sessão Ordinária - CD 06/03/2002-13:20

Publ.: DCD - 07/03/2002 - 6489 ARMANDO ABÍLIO-PSDB -PB

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PEQUENO
EXPEDIENTE

DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher - 8 de março. Solidariedade ao Ministro da Justiça, Aloysio Nunes Ferreira. Preocupação com a greve dos professores e funcionários da Universidade Estadual da Paraíba.

O SR. ARMANDO ABÍLIO (PSDB-PB. Sem revisão do orador.) Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, inicialmente, quero associar-me às comemorações realizadas em todo o Brasil em homenagem ao transcurso do Dia Internacional da Mulher — 8 de março. Em especial, congratulo-me com o Congresso Nacional pela realização da sessão solene em homenagem às mulheres.

Sr. Presidente, na condição de membro do PSDB, quero hipotecar minha solidariedade ao Ministro Aloysio Nunes Ferreira. Tive oportunidade de conviver com S.Exa. antes de ele assumir os cargos de Secretário da Presidência e, atualmente, o de Ministro da Justiça. S.Exa. exerceu todas essas funções com seriedade, com competência, com eficiência e, acima de tudo, com honestidade.

Sr. Presidente, a Universidade Estadual da Paraíba — UEPB encontra-se em greve há 120 dias.



A UEPB é composta de 4 campi, estando os mesmos situados nas seguintes cidades: Campus I, em Campina Grande; Campus II, em Lagoa Seca; Campus III, em Guarabira; e Campus IV, em Catolé do Rocha.

A Universidade Estadual da Paraíba, por demais conceituada, é composta de 11.200 alunos, 700 funcionários, 800 professores, com mais de 80 salas de aula e 24 cursos superiores, havendo, na área de saúde, os Cursos de Odontologia, Psicologia, Fisioterapia, Enfermagem e Educação Física. Na área de Ciências e Tecnologia, os Cursos de Química, Física, Engenharia e Matemática. Na área de Educação, os Cursos de História, Geografia, Pedagogia e Letras. Na área de Ciências Sociais, os Cursos de Serviço Social, Comunicação Social, Administração de Empresas, Contabilidade e Direito, sendo estes cursos todos sediados no Campus I, na cidade de Campina Grande.

Nos Campus II, em Lagoa Seca, e no Campus IV, em Catolé do Rocha, estão instalados os Colégios Agrícolas, enquanto no Campus III, com sede em Guarabira, funcionam os Cursos de Direito, História, Geografia e Letras.

Sr. Presidente, quero fazer um apelo ao Magnífico Reitor da Universidade Estadual da Paraíba, Prof. Sebastião Guimarães Vieira, aos professores e funcionários, para que cheguem a um consenso, no sentido de terminarem com a greve na UEPB, uma vez que estão sendo prejudicados aproximadamente 800 alunos concluintes do ano letivo de 2001, de todos os cursos da Universidade. Também faço um apelo ao Governo do Estado, para que se sente à mesa de negociações com os segmentos envolvidos na questão e encontre solução para o impasse. Essa greve não pode continuar, pois está prejudicando a sociedade universitária paraibana.



Documento 14/51

025.4.51.O Sessão Ordinária - CD 06/03/2002-16:22

Publ.: DCD - 07/03/2002 - 6550 MARIA LÚCIA-PMDB -MG

CÂMARA DOS DEPUTADOS GRANDE EXPEDIENTE PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher – 8 de março.

A SRA. MARIA LÚCIA (PMDB-MG. Pela ordem. Pronuncia o seguinte discurso.) -
Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a maioria das abordagens referentes ao
presente tema padecem de dois equívocos.

O primeiro é desculpável e explica-se até por uma necessidade didática. Estamos
sempre buscando explicação e esclarecimento sobre a situação da mulher através
de estatísticas e percentuais. Lançando mão de números e séries históricas,
procuramos demonstrar, em nossas análises, invariavelmente sempre a mesma
coisa: o quanto a situação da mulher no Brasil e no mundo evoluiu e o quanto
ainda pode evoluir, considerando a modesta participação percentual da mulher
nos cargos de poder da administração pública. Dessa forma, começamos nossas
falas dizendo que há vinte anos a mulher simplesmente não tinha peso estatístico
em qualquer contagem de cargos eletivos em todo o Brasil. Continuamos dizendo
que, hoje, a situação evoluiu muito. É verdade, mas as mulheres ocupam somente
7% das cadeiras na Câmara dos Deputados; 7,4% no Senado Federal; 6% nas
Prefeituras e 12% nas Câmaras Municipais.



Afirmamos que isso é um erro, porque tal análise esconde um fato que o bom senso indica como inescusável seu esquecimento: quantidade não indica qualidade. Além disso, e mais importante ainda, é forçoso admitir que a não participação em determinado segmento de atuação profissional, como a política por exemplo, não significa, necessariamente, incapacidade. Pode ser, simplesmente, falta de interesse. Por que não? Ora, as afinidades eletivas da mulher, relacionadas com profissão e carreira, não devem ser obrigatoriamente iguais às dos homens. Nem tampouco devemos supor que a importância da mulher cresce na medida em que ela se parece com os homens, ocupando cargos antes tradicionalmente ocupados por eles. Isto é machismo disfarçado, que as próprias mulheres cometem. A mulher deve ser valorizada por si mesma, por fazer ver à sociedade seu ponto de vista, sua atuação, sua análise e suas conclusões. Sobretudo, deve fazer valer sua contribuição, seja ela em que campo for. A mulher não é mais importante quando se parece com os homens, este é o erro. A mulher deve ser respeitada, independente do que faça e de onde esteja. Se associamos o desempenho político e o sucesso econômico à importância da participação feminina, estaremos repetindo um erro crasso de uma sociedade de consumo desigual e desumana, que só atribui importância ao poder, seja ele econômico ou político.

Tal pensamento é nitidamente ideológico e conservador, pois reproduz a valorização do sucesso, a qualquer custo, como único modo de vida. Se o aceitarmos, estaremos, em síntese, trazendo para as diferenças entre sexos a luta entre classes, de forma tola e insensível. Será isto o que queremos? Creio que não.

O novo milênio está a indicar que novos valores devem prevalecer na sociedade, como o valor da preservação ambiental, da solidariedade, da convivência pacífica e da diminuição das diferenças sociais. Assim sendo, as diferenças objetivas entre homens e mulheres devem ser superadas. Por exemplo, não deve haver salário diferente para trabalho igual, somente pelo fato de um ser homem e outro ser mulher. Mas isso não significa que as mulheres devem se masculinizar. Lutemos pelo fim das diferenças objetivas, mas pelo respeito às diferenças subjetivas, de



modo a aceitar a mulher como tal, sempre. Ademais, não subsiste qualquer dúvida quanto à capacidade da mulher, especialmente quando vemos as mulheres ocupando a maioria das vagas da universidade e efetivamente ocupando postos de comando em searas antes proibidas, como na Polícia e nas Forças Armadas. O que subsiste, infelizmente ainda, não é o preconceito contra a capacidade da mulher, mas o preconceito contra sua natureza feminina, vista como frágil e inadequada. Com todo o respeito, frágil e inadequada é a visão que preconiza o uso da força como solução dos problemas e das dificuldades.

Voltando aos números, e exemplificando nosso argumento, devemos considerar e avaliar outros aspectos da participação feminina na sociedade. Mais importante que o número de Vereadoras ou Deputadas é o fato pouco divulgado de que, segundo o IBGE, mais de um quarto das famílias brasileiras são chefiadas por mulheres. Fator ainda mais relevante é aquele que indica que, em mais de um terço dessas famílias "femininas", o arranjo familiar é mais solidário, pois convivem sob o mesmo teto outros parentes, ao contrário do que se nota nas famílias tradicionais. Isto nos mostra o coração feminino em ação, mais aberto e sempre pronto a acolher, mesmo nas situações de penúria e dificuldade. Por que não valorizar e divulgar essa realidade, essa solução feminina para diminuir a desagregação familiar?

Outro equívoco, também comum nessa seara da qual nos ocupamos, é a desvalorização da ação social, considerando-a política pública secundária. Não vamos nos alongar na crítica a este fato. O erro é de uma evidência mais que óbvia e dispensa maiores comentários. Evidenciamos apenas que atualmente ação social significa emprego e renda, qualificação profissional, educação, cultura, esporte e, sobretudo, representa o exercício da solidariedade, que resgata muito mais a dignidade e a humanidade de quem dá do que de quem recebe. Essa é a chave da compreensão desta atividade. Ação social, que fazemos com devoção, não é caridade, é esforço de criação de novos cidadãos, é a confiança na capacidade humana de exercer, ainda que timidamente, o amor e a doação desinteressada, atributos divinos que nos aproximam do criador.

Era o que tinha a dizer.



Documento 15/51

025.4.51.O Sessão Ordinária - CD 06/03/2002-15:18

Publ.: DCD - 07/03/2002 - 6529 REINALDO GRIPP-PL -RJ

CÂMARA DOS DEPUTADOS GRANDE EXPEDIENTE PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher - 8 de março.

O SR. REINALDO GRIPP (Bloco/PL-RJ. Pela ordem. Pronuncia o seguinte discurso.) Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, a bancada feminina no Congresso Nacional realiza e apóia esta semana uma série de eventos para marcar mais um 8 de março, o Dia Internacional da Mulher. Nossas companheiras já estiveram hoje, no plenário, durante a sessão solene para marcar a data, destacando a história do movimento de defesa dos direitos das mulheres, apontando suas principais conquistas e chamando atenção para os problemas que ainda afligem essa parcela da população e as respectivas soluções.

Parabenizo as mulheres com assento neste Congresso Nacional e, através delas, todas as mulheres que no dia-a-dia buscam, conquistam e comprovam capacidade para ocupar espaços.

É impossível, Sr. Presidente, falar atualmente sobre o desenvolvimento do Brasil se não for levado em conta o papel exercido pela mulher brasileira na vida nacional e a contribuição que tem dado para os debates e soluções dos problemas que o País enfrenta.



Não há como ignorar a grande revolução do século findo e sua importância neste que se inicia e que foi a emancipação da mulher, em todo o mundo e no Brasil, em particular, a partir dos movimentos em defesa do voto feminino. Não há como ignorar o peso da participação feminina na construção da nossa riqueza — no trabalho ou no lar, executando suas tarefas laborais e sustentando a instituição familiar; no fortalecimento do processo democrático, participando ativamente e cada vez mais da vida política nacional; na consolidação de melhores condições para o efetivo exercício da cidadania feminina, denunciando, debatendo e apontando caminhos para uma sociedade mais justa.

São sinais dos avanços da luta da mulher.

Entretanto, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ainda é necessário que exista um dia internacional da mulher, porque, apesar de tudo que foi conquistado, a sociedade ainda não respeita de fato os direitos da população feminina. Se fosse diferente, a presença de mulheres nesta Casa seria muito maior e não precisaríamos ter editado uma legislação para reservar cotas no sentido de garantir maior acesso das mulheres a cargos eletivos; as delegacias de atendimento especializado não registrariam tantas ocorrências de violência, principalmente por aqueles a quem devotam sua maior confiança, os companheiros de vida; o número de óbitos femininos por complicações durante a gestação ou no parto, aborto clandestino, câncer de mama e cérvico uterino, com certeza seria inferior aos que registram as estatísticas oficiais; e as condições de vida de boa parte das famílias brasileiras seria melhor, porque o que se verifica é que as mulheres, atualmente chefiando mais de 40% das famílias brasileiras, embora exercendo funções semelhantes, ganham salários inferiores aos dos homens, o que significa dizer que são as mulheres as maiores vítimas da desigualdade social no Brasil. Enfim, se fosse diferente, estaríamos vivendo em uma sociedade efetivamente democrática e justa para todos os seus cidadãos.

Portanto, congratulo-me com as nobres Parlamentares pela mobilização permanente, pois estou convencido de que a consolidação da democracia no Brasil e a afirmação do País entre as nações desenvolvidas passa obrigatoriamente pela luta das mulheres, em favor da igualdade, respeitadas as



diferenças. Ao fazê-lo, também manifesto meu apoio a essa luta, neste Parlamento e na lide diária, como cidadão comum.

Era o que tinha a dizer.



Documento 16/51

025.4.51.O Sessão Ordinária - CD 06/03/2002-15:58

Publ.: DCD - 07/03/2002 - 6543 DOLORES NUNES-PMDB -TO

CÂMARA DOS DEPUTADOS GRANDE EXPEDIENTE PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher - 8 de março.

A SRA. DOLORES NUNES (PMDB-TO. Pela ordem. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, desde 1975, o dia 8 de março é comemorado pelas Nações Unidas como o Dia Internacional da Mulher. A história registra que em 8 de março de 1857, na cidade de Nova York, foi realizada a primeira greve de mulheres. Eram 129 operárias têxteis que exigiam aumento de salário, redução da jornada de trabalho de 16 para 8 horas diárias e licença maternidade.

A manifestação foi violentamente dispersada pela polícia. A data é utilizada para reflexão de todos os que buscam a igualdade de direitos.

Como mulher, mãe e Parlamentar, gostaria de, nessa data, refletir com todas as mulheres, com as Sras. Deputadas e com nosso Parlamento sobre o novo papel da mulher nos dias atuais.

Não podemos negar os resultados positivos de nossas lutas, as conquistas alcançadas e o papel exercido hoje pela mulher na sociedade. Ainda existem discriminações, maus-tratos e violência contra a mulher, que são atenuadas, em parte, pelo papel que conquistamos e ocupamos.



O debate e a reflexão que quero propor a nós, mulheres, Sr. Presidente, é justamente nosso papel na nova sociedade globalizada. Já participamos do poder em todas as esferas, conquistamos direitos e garantias e hoje já temos canais e voz para defender aquelas que por muitas vezes ainda são discriminadas.

Acredito, Sr. Presidente, que não cabe a nós a disputa com os homens, a tão famosa "Guerra dos Sexos" e, sim, a união a eles. Temos que ser parceiros e não inimigos para consolidar nosso papel na sociedade e dividir com os homens a responsabilidade de construir um País melhor.

Neste Parlamento, Sras. e Srs. Deputados, temos que aprofundar o debate sobre a violência contra a mulher, a equidade de salários e tantos outros assuntos importantes para assegurar a posição que conquistamos, posição essa que se consolidará no momento em que estivermos lado a lado com os homens exercendo nossa cidadania com responsabilidade e vontade. Cabe a nós, legisladores, discutir esse novo desafio. É a reflexão que trago nesta data.

Encerro meu discurso, Sr. Presidente, homenageando as mulheres que com sua luta e ideal ajudaram e ajudam a construir um País melhor e mais digno: D. Zilda Arns, Maria do Barro, Irmã Dulce, Ceci Cunha, Viviane Senna, Raquel de Queiroz, Chiquinha Gonzaga, Cristina Tavares, Dorcelina Folador, Lucinha Araújo, Zuzú Angel. No meu Estado gostaria de homenagear Emília Alves Rodrigues, que preside a Associação das Mulheres Quebradeiras de Coco do Bico do Papagaio, e Raimunda Gomes da Silva, Presidenta do Conselho Nacional das Mulheres Extrativistas.

Deixo minha homenagem também a todas as mulheres anônimas que fazem e engrandecem nosso Brasil.



Documento 17/51

025.4.51.O Sessão Ordinária - CD 06/03/2002-17:40

Publ.: DCD - 07/03/2002 - 6608 TELMA DE SOUZA-PT -SP

CÂMARA DOS DEPUTADOS PROPOSIÇÕES PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Apoio às manifestações dos Deputados Luiz Sérgio e Paulo Delgado sobre a política protecionista dos Estados Unidos da América, em relação ao aço produzido no Brasil. Transcurso do Dia Internacional da Mulher - 8 de março.

A SRA. TELMA DE SOUZA (PT-SP. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, em primeiro lugar, corroboro as palavras dos Deputados Luiz Sérgio e Paulo Delgado sobre o protecionismo dos Estados Unidos aos produtos americanos, em detrimento de produtos brasileiros. A ALCA, com certeza, representa perigo para o País.

Sr. Presidente, nós, mulheres desta Casa, antecipamos a comemoração do dia 8 de março. No ano que vem, em Porto Alegre, no III Fórum Social Mundial, teremos, mais uma vez, um fórum internacional de mulheres discutindo a violência cultural, material e pessoal de que somos vítimas.

Escolher palavras que exprimam minha saudação comemorativa ao Dia Internacional da Mulher representa uma tarefa árdua e delicada, ao mesmo tempo. Múltiplos aspectos emergem nessa hora, na ansiedade de não me esquecer de abordá-los, uma vez que cada um tem seu grau de importância.



Por exemplo, mencionar a longa e histórica trajetória de lutas empreendidas pelas mulheres contra a discriminação, quer na esfera privada quer na esfera pública, significa, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, atribuir sua origem a um passado, sem que esse tempo decorrido esgote questões primárias que já deveriam minimamente estar encaminhadas em nosso País. O direito a constituir uma família, lastreada em condições dignas de sobrevivência, é um privilégio cada vez mais restrito, em uma realidade sociopolítica na qual a busca das garantias sociais é, equivocadamente, deslocada para o indivíduo.

A proposital palidez das políticas sociais faz com que alcancem, com dificuldades e de forma pulverizada, parte dos segmentos sociais mais vulneráveis, situados na linha da miséria, além de serem políticas desprovidas de olhar totalizador de gênero que dê conta das demandas específicas da mulher.

Os dados revelam, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, que uma em cada quatro famílias é sustentada pela mulher, sem contar aquelas onde sua renda pesa no orçamento familiar. Como transformar em números o sofrimento advindo das múltiplas discriminações que se somam em seu cotidiano? Assim, a diferença de remuneração pelo trabalho em relação aos homens, o tratamento desumano que recebem nos serviços de saúde, o assédio moral e sexual no local de trabalho são alguns dos elementos perversamente presentes em seu dia-a-dia, banalizados pela rotina e pela indiferença dos responsáveis pelas políticas públicas.

Por ocasião do II Fórum Social Mundial, realizado em Porto Alegre, no início de fevereiro último, a discussão a respeito da violência doméstica contra as mulheres foi objeto de uma conferência, conduzida por membros da Marcha Mundial de Mulheres, pertencentes a diferentes países, com a participação da Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais (ABONG) e tendo como debatedor Jurandir Freire Costa (UFRJ). Fica claro que as mulheres são vítimas da violência (em seu sentido mais amplo) em todas as classes sociais, religiões, culturas e territórios mundiais, assumindo diferentes formas conforme a realidade. Resulta da soma de dois sistemas que se combinam mutuamente: o patriarcado e o processo de globalização capitalista, ancorado no ideário neoliberal. O primeiro



sistema mantém a pretensa idéia da inferioridade natural das mulheres, aliada à suposta subalternidade do papel feminino. Por outro lado, a globalização se apóia na divisão sexual do trabalho, entre outros aspectos, o que potencializa desigualdades adicionais entre homens e mulheres, para além do agravamento da desigualdade social. Conjugados, esses elementos fertilizam um contexto favorável ao aumento da violência e da manifestação de formas específicas contra as mulheres, quer na esfera conjugal, quer na esfera institucional pública.

Diversas alternativas de enfrentamento foram apresentadas. Destacam-se: o aprimoramento de legislações que efetivamente reprimam a totalidade das violências a que são submetidos os povos e as mulheres; a responsabilização estatal na condução de políticas efetivas de combate à violência; o fortalecimento de movimentos sociais, para que integrem em suas agendas lutas a favor dos direitos das mulheres e de combate à cultura da violência. A responsabilidade coletiva dessa batalha requer o posicionamento conjunto de homens e mulheres, o que resgata o sentido primeiro do conceito de gênero.

A luta conjunta contra a violência passa também pela realização de um tribunal internacional sobre as violências contra as mulheres, proposta para o III Fórum Social Mundial.

As senhoras e os senhores podem estar se perguntando por que considero importante trazer essas informações a este Plenário. Entendo que elas ilustram as dificuldades e os desafios que ainda temos que enfrentar, mas são dificuldades e desafios plenos de esperança pelas conquistas que nós, mulheres, já obtivemos. Conquistas alcançadas, cujo combustível maior tem sido a perseverança na crença de utopias e o desejo de um mundo docemente melhor para todos nós.

Sr. Presidente, solicito a V.Exa. autorize a divulgação deste pronunciamento através dos meios de comunicação desta Casa, especialmente o programa A Voz do Brasil.



Documento 18/51

025.4.51.O Sessão Ordinária - CD 06/03/2002-17:40

Publ.: DCD - 07/03/2002 - 6599 JOÃO GRANDÃO-PT -MS

CÂMARA DOS DEPUTADOS PROPOSIÇÕES PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher - 8 de março.

O SR. JOÃO GRANDÃO (PT-MS. Pela ordem. Pronuncia o seguinte discurso.) Sr. Presidente, no dia 8 de março, sexta-feira, é comemorado o Dia Internacional da Mulher. É uma data que nos remete ao século XIX e provoca profunda reflexão sobre a realidade e vislumbra no futuro um mundo mais justo e fraterno.

Creio que nunca é demais salientar que essa data relembra a saga das operárias têxteis de Nova Iorque que, em 1857, morreram queimadas durante um movimento por melhores condições de trabalho e a luta das mulheres russas por paz, pão e terra. Na história está registrada a luta das mulheres contra a discriminação, a violência e outras mazelas de uma sociedade machista e covarde.

Mas a passagem do dia 8 de março também é uma oportunidade para refletirmos e tomarmos medidas para resgatar a dignidade e o lugar da mulher na sociedade.

As entidades representativas das mulheres, com apoio de várias vertentes da sociedade civil organizada, através de reuniões, encontros, plenárias, seminários, projetos alternativos entre outras ações fundamentais contra o preconceito e a



violência, vêm cada vez mais destacando a importância daquelas que são, sem sombra de dúvida, o esteio da família e da sociedade.

Mas muitas injustiças contra as mulheres ainda são latentes e precisam ser corrigidas, como a violência física e moral, limitações no mercado de trabalho e salários diferenciados para baixo.

Se, por um lado, as coisas vão avançando no sentido de se corrigir desigualdades e injustiças, por outro, existe a iminência de retrocesso, como as mudanças que FHC quer impor na CLT com anuência da bancada governista, que, se aprovadas, permitirão, inclusive, a demissão de gestantes de postos de trabalho. Um absurdo, uma aberração camuflada nos meandros da lei. É um ataque, um acinte aos direitos já conquistados pelas mulheres.

Faço aqui este apelo à bancada governista: não penalize ainda mais o trabalhador e as mulheres brasileiras votando favoravelmente a um projeto que somente atende aos interesses das elites hipócritas e do capital internacional.

Também apelo à totalidade dos membros desta Casa apoio à proposta de emenda constitucional, apresentada pela Deputada Luci Choinacki, do Partido dos Trabalhadores de Santa Catarina, que garante a aposentadoria às donas de casa. O sistema previdenciário, assim como está, não é nada solidário. Não podemos fechar os olhos diante da significativa contribuição de todas essas mulheres para o progresso econômico do País, seja dirigindo assuntos domésticos, seja garantindo à família o suporte material e emocional.

Volto a repetir do alto desta tribuna que também não tenho dúvidas de que um mundo mais fraterno e solidário passa necessariamente pela igualdade dos direitos dos cidadãos, sem distinção de sexo, credo religioso ou convicções políticas.

Finalizado, Sr. Presidente, em nome de todas as mulheres deste mundo, quero parabenizar as seguintes entidades pela luta e exemplo nesta nobre causa: Conselho Nacional dos Direitos da Mulher; Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadora Rurais; Núcleo das Mulheres do PT; Movimento Popular da Mulher de Dourados e Coordenadoria de Políticas Públicas para a Mulher, de Dourados.



Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.



Documento 19/51

025.4.51.O Sessão Ordinária - CD 06/03/2002-17:34

Publ.: DCD - 07/03/2002 - 6565 ARNALDO FARIA DE SÁ-PTB -SP

CÂMARA DOS DEPUTADOS GRANDE EXPEDIENTE PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher - 8 de março.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.)
Sr. Presidente, aproveitando a comemoração do Dia Internacional da Mulher,
cumprimento todas as pensionistas e esposas de aposentados, que passam por
grandes dificuldades devido ao tratamento dispensado pelo Governo.

Lamentavelmente, esta Casa parece desconhecer a realidade dessas milhares de
brasileiras.

Muito obrigado, Sr. Presidente.



Documento 20/51

026.4.51.O Sessão Ordinária - CD 07/03/2002-14:08

Publ.: DCD - 08/03/2002 - 6931 CARLOS NADER-PFL -RJ

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PEQUENO
EXPEDIENTE

DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher - 8 de março.

O SR. CARLOS NADER (PFL-RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, em 8 de março de 1857, a cidade de Nova Iorque foi palco da primeira greve conduzida por mulheres de que se tem conhecimento.

Cento e vinte e nove trabalhadoras do setor têxtil, exigindo aumento de salários, redução da jornada de trabalho para 8 horas diárias, melhores condições de trabalho e licença-maternidade, fizeram um movimento que entrou para a história mundial.

O movimento terminou em tragédia: para reprimir a greve, forças policiais e patrões atearam fogo na fábrica onde estavam concentradas as trabalhadoras.

Esse episódio é sempre lembrado no transcurso do Dia Internacional da Mulher e tornou-se referência e convite à reflexão sobre igualdade de direitos, embora ainda hoje a desigualdade prevaleça.

A banalização da violência sofrida pelas mulheres foi o que de pior poderia ter acontecido, conjeturando-se que, a respeito desse assunto, tudo já se sabe e que,



muitas vezes, a violência contra as mulheres, aliada ao comportamento do Estado, que nunca dispõe de recursos suficientes para agir com políticas públicas de peso contra o impacto dessa violência, leva a maioria a sensação de impotência nas questões de igualdade entre homens e mulheres.

O século passado será visto como aquele que marcou a emancipação da mulher. Mesmo reconhecendo o longo caminho que ainda precisa ser percorrido para que se possa chegar a uma verdadeira igualdade entre homens e mulheres, os avanços da mulher devem ser enaltecidos. E eles ocorreram em quase todos os países do mundo.

No Brasil, especificamente, há quarenta anos a mulher representava menos de 20% da mão-de-obra no mercado, porque, então, ela trabalhava arduamente em casa. Hoje, esse percentual está próximo de 50%. A Constituição Federal garante o princípio da não-discriminação, e a legislação brasileira prevê os direitos políticos da mulher, a igualdade na família e no trabalho, os direitos previdenciários, a proteção à maternidade, a assistência à saúde e o direito à não-violência. Temos, enfim, uma legislação avançada.

Na prática, porém, as mulheres ainda sofrem com a discriminação, sobretudo social. Homens e mulheres nasceram uns para os outros. Portanto, nada justifica qualquer discriminação.

Nesta data, Sr. Presidente, quero parabenizar todas as mulheres brasileiras e, em especial, registrar um exemplo de mulher dentro do meu partido, o PFL: Roseana Sarney. A Governadora do Maranhão é uma prova concreta do espaço que a mulher ocupa na vida nacional. A administração da Governadora Roseana tem contribuído para elevar a qualidade de vida num Estado de condições sociais reconhecidamente difíceis. Mas não tem faltado à nossa Governadora empenho e disposição para inverter o quadro e conduzir o povo maranhense ao almejado desenvolvimento.

Muito obrigado, Sr. Presidente.



Documento 21/51

026.4.51.O Sessão Ordinária - CD 07/03/2002-13:04

Publ.: DCD - 08/03/2002 - 6913 PAULO PAIM-PT -RS

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PEQUENO
EXPEDIENTE

DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher - 8 de março.

O SR. PAULO PAIM (PT-RS. Pronuncia o seguinte discurso.) Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, não poderíamos deixar de fazer um pronunciamento especial no transcurso do Dia Internacional da Mulher, não só para homenagear, mas para referendar papel que consideramos inquestionável em nossa sociedade.

O dia 8 de março é comemorado desde 1975 pelas Nações Unidas como o Dia Internacional da Mulher. Esta comemoração simboliza não só a batalha pela igualdade de direitos, mas a essência de uma luta que não é nova, mas que atravessa a história dos povos e tem como ideal a conscientização de toda a sociedade para a percepção do verdadeiro lugar da mulher.

É muito mais do que a conquista de um espaço, embora saibamos da distância entre a situação ideal e a situação real. Uso as palavras do jurista Hugo de S. Victor, pronunciadas no século XII — "Nem senhora, nem serva, mas sócia" — para fazermos uma reflexão acerca do verdadeiro lugar da mulher.

As mulheres são hoje expressiva parcela da força de trabalho no Brasil: 31 milhões de trabalhadoras, o que corresponde a 41% da população



economicamente ativa (PEA). Elas chefiam 30% das famílias brasileiras, em contrapartida, porém, ganham em média cerca de 65% do salário dos homens.

As mulheres enfrentam problemas de violência e discriminação em todos os espaços, em distintas classes sociais. E a situação das mulheres negras no Brasil é ainda mais grave — afinal, estas recebem, em média, metade do salário e dos rendimentos percebidos pelas brancas.

Apesar de tudo isso, a mulher representa papel que estrutura e movimenta toda a sociedade. Não conseguimos sequer imaginar o funcionamento da política, da economia e da sociedade sem a atuante presença da mulher.

Poesia que escrevemos diz:

Os próprios deuses do Olimpo já definiam o feminino como o belo, o majestoso...

Dizem que os mares são importantes, mas não são nada sem as águas, as cachoeiras, e as chuvas...

O rei nunca existirá se não souber dividir o seu reinado com ela, a rainha.

Ela tem o toque mágico que o povo gosta. Cleópatra, Evita Perón, Joana D'Arc, Anastácia, Chica da Silva, Pretinha, Roseli, Paula, Maria ou simplesmente mulher...

Os homens poderiam ir muito mais além se tivessem a humildade e a sabedoria de caminhar e aprender com ela...

Esta poesia reflete o nosso pensamento. Perceber a importância da mulher é abrir espaço, é deixá-la mostrar o seu potencial nos postos de trabalho, no Poder Público, nos cargos políticos e executivos. É reconhecer a distância que precisamos percorrer para alcançar uma sociedade em que ela realmente se torne "nem senhora, nem serva, mas sócia", como disse o jurista Hugo de Silva Vitor.

Muito obrigado, Sr. Presidente.



Documento 22/51

026.4.51.O Sessão Ordinária - CD 07/03/2002-13:20

Publ.: DCD - 08/03/2002 - 6920 NELSON PELLEGRINO-PT -BA

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PEQUENO
EXPEDIENTE

DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher - 8 de março. Encaminhamento, à Comissão de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos, de denúncia sobre a violência contra políticos no Brasil. Necessidade de reforma do Poder Judiciário e do setor de segurança pública.

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT-BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, inicialmente presto nossa homenagem às mulheres brasileiras por ocasião do Dia Internacional da Mulher, que será comemorado amanhã, 8 de março. Nessa data realizam-se manifestações contra a violência que ainda sofrem as mulheres, numa luta pela afirmação da igualdade de oportunidades e direitos e pela convivência com os homens de forma parceira.

O dia 8 de março é histórico. Foi escolhido para marcar a data em que mulheres norte-americanas que faziam greve foram aprisionadas dentro de uma fábrica que depois foi incendiada. Elas morreram queimadas. Então, decidiu-se lembrar nesse dia a luta das mulheres pelo conjunto dos seus direitos.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, no próximo dia 12 estarei em Washington representando a Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados, para,



em conjunto com o ex-Presidente da Comissão, Sr. Hélio Bicudo, atual Vice-Prefeito de São Paulo, fazer uma denúncia à Comissão de Direitos Humanos da OEA sobre a situação da violência no País. Nossa denúncia aborda principalmente a violência cometida contra políticos. Levo à Comissão de Direitos Humanos da OEA um dossiê desses casos, a maioria ainda sem solução.

Alguns casos merecem destaque. Primeiro, o seqüestro e assassinato do Vereador Ariomar Oliveira Rocha, do Município de Jaguarari, interior do Estado da Bahia, até hoje sem elucidação, mas com graves indícios de que teria como mandante intelectual o então Prefeito Municipal, que vinha sendo fiscalizado pelo Vereador. Como o suspeito tem ligações com forte grupo político do Estado da Bahia, o crime até hoje está impune.

Outro caso tem como vítima um militante do Partido Verde, Natur de Assis, assassinado por dois irmãos, um deles ex-Prefeito pelo PFL, Ivan Eça Menezes. Os dois foram presos por determinação judicial, mas já estão em liberdade. Ao menos houve uma punição.

Crimes como o assassinato de Ademir Federicci, o Dema, no Estado do Pará, o assassinato do Prefeito de Campinas, o Toninho, e tantas ameaças de morte, intimidações e atentados até hoje não foram esclarecidos. A Polícia dá por elucidado o assassinato do Prefeito de Santo André, Celso Daniel, mas ainda há aspectos que precisam ser aclarados, como o que motivou a execução — a informação que se tem é de que houve a determinação de libertar o Prefeito.

A denúncia que farei à Comissão de Direitos Humanos da OEA tem o objetivo de iniciar o debate sobre o a violência contra políticos no Brasil. Eu mesmo fui vítima de ameaças quando era Deputado Estadual e Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa do meu Estado, porque estava enfrentando grupos de extermínio.

Mas temos alguma idéia do porquê de tanta violência. Ela é fruto da intolerância política, da impunidade, de um sistema de segurança pública enormemente atrelado aos poderes oligárquicos estaduais, da omissão da União e das dificuldades que enfrenta o nosso Poder Judiciário.



A União Federal, que responde perante a Comissão de Direitos Humanos pelo Estado brasileiro, até mesmo no que diz respeito a violências e omissões cometidas pelos Estados, tem de adotar uma postura mais decidida na promoção da reforma da segurança pública e na reforma do Judiciário, hoje praticamente paralisada no Senado Federal.

Na denúncia que faremos, cobramos a responsabilidade do Estado brasileiro pela violência cometida contra os políticos brasileiros, principalmente os de esquerda, como é o caso do Partido dos Trabalhadores, que já teve vários de seus representantes atingidos. Mas não é o PT a única vítima. O Partido Verde e outros também estão sendo atacados.

Sr. Presidente, espero que a Comissão de Direitos Humanos da OEA cobre do Estado brasileiro a solução desse problema.

Obrigado.



Documento 23/51

026.4.51.O Sessão Ordinária - CD 07/03/2002-15:12

Publ.: DCD - 08/03/2002 - 6951 LINCOLN PORTELA-PSL -MG

CÂMARA DOS DEPUTADOS GRANDE EXPEDIENTE COMO LÍDER
DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher - 8 de março.

O SR. LINCOLN PORTELA (Bloco/PSL-MG. Como Líder. Sem revisão do orador.)
Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, dizem que o povo tem memória curta. Mas, no universo feminino, este dito popular não é verdadeiro. A participação ativa das mulheres em todas as atividades não tem deixado fugir da nossa memória o quanto as mulheres são vitoriosas. Ao longo dos anos minimizadas em seus direitos básicos, elas reagiram às adversidades, mas — amanhã comemoraremos mais um Dia Internacional da Mulher — podemos dizer, sem temor, que ainda existem inúmeras barreiras a serem vencidas.

Se, por um instante, ousamos esquecer as injustiças e as violências cometidas contra as mulheres, as canções populares, que são o reflexo da estrutura sociocultural da nossa gente, retratam-nos um passado doloroso.

As melodias que tratam das mulheres-submissas-sofredoras, tais como "Terezinha" e "Mulheres de Atenas", de Chico Buarque; "Emília", de Wilson Batista e Haroldo Lobo; "A mulher que é mulher", de Armando Cavalcanti e Klecius Caldas; "Mulher de malandro", de Heitor dos Prazeres e, a mais citada, "Amélia", de Aaulfo Alves e Mário Lago, devem ser trocadas por versos que nos remetem



às mulheres-musas (lindas), às mulheres-dos-sonhos (verdadeiras e companheiras), às mulheres-do-sertão (fortes e destemidas), às mulheres-cantoras (ternas e harmoniosas), às mulheres-do-Brasil (participativas, lutadoras e competentes) e, finalmente, às mulheres-de-fé-e-oração.

Neste 8 de março de 2002, a segunda comemoração do Dia Internacional da Mulher do século XXI, um século novo, mas com os velhos problemas, evocamos a luta de muitos anos pela igualdade de direitos e de oportunidades entre homens e mulheres.

É hora de dizer um basta àqueles que, ainda arcaicos "machistas", não reconhecem o caminho que devemos seguir para alcançar uma sociedade equânime, justa e humana.

É hora de valorizar a dimensão humana do trabalho, os direitos e a importância do papel e do contributo das mulheres em todas as esferas da vida nacional. É hora de adotar políticas eficazes e articuladas que dêem concretização ao princípio da igualdade de oportunidades.

É hora de fazer cumprir as normas legais e contratuais em vigor relativas à maternidade e paternidade, punindo os que discriminam as mulheres no emprego em razão da maternidade.

É hora de promover uma efetiva conciliação entre a vida profissional e familiar, com redução dos horários de trabalho — sem redução dos salários — , e de incentivar a criação de estruturas sociais de apoio às crianças e aos idosos.

É hora de dar um basta à violência, em todas as suas formas, contra a mulher.

Era o que tinha a dizer.



Documento 24/51

026.4.51.O Sessão Ordinária - CD 07/03/2002-13:04

Publ.: DCD - 08/03/2002 - 6914 LUIZ ALBERTO-PT -BA

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PEQUENO
EXPEDIENTE

DISCURSO

Sumário

Considerações acerca do artigo "Sob Paulo Renato, escola cria bolsa-avacalhação", de Josias de Souza, publicado na Folha de S.Paulo. Conveniência da anulação, pelo Ministro Paulo Renato de Souza, da Educação, do processo referente à nomeação da direção do Centro Federal de Ensino Tecnológico, do Estado da Bahia. Preterição da Profa. Aurina Oliveira Santana, indicada pela comunidade escolar em processo eleitoral interno. Transcurso do Dia Internacional da Mulher - 8 de março.

O SR. LUIZ ALBERTO (PT-BA. Sem revisão do orador.) Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, no último domingo, dia 3 de março, o jornal Folha de S. Paulo publicou artigo assinado pelo jornalista Josias de Souza, com o título "Sob Paulo Renato, escola cria o bolsa-avacalhação".

O jornalista Josias de Souza levanta uma série de informações concluindo que, a partir do Programa Bolsa-Escola e de outras formas utilizadas para deslocar recursos públicos do Ministério da Educação, cerca de 5 milhões e 764 mil reais foram desviados para um conjunto de ações promovidas por funcionários do alto escalão do Ministério da Educação.



Segundo o jornalista, tudo começa com uma articulação do Sr. Ruy Berger, Secretário de Ensino Médio e Tecnológico do MEC e muito ligado ao Ministro Paulo Renato. No dia 29 de dezembro de 1999, pingou um depósito de 5 mil reais na conta do Sr. Ruy Berger. Procurado pelo jornal, o Sr. Ruy Berger disse que, em princípio, não era para ter nada em sua conta, mas que iria verificar. O Sr. Manoel Mendes, subordinado de Berger, também recebeu, de março de 1998 a junho de 1999, três repasses que somam 8 mil reais. Procurado pelo jornal Folha de S. Paulo, não quis falar a respeito.

Sr. Presidente, uma senhora chamada Maria Auxiliadora Gomes Araújo, Chefe de Gabinete da Direção do CEFET/PA, onde se deu esse processo articulado para desviar dinheiro público, recebeu em sua conta 225 mil 830 reais. Procurada pelos jornais disse apenas: "Não sei nada disso". Depois, a Sra. Pedrina Wânia Mesquita Gomes, irmã de Maria Auxiliadora, recebeu em sua conta 48 mil 168 reais e 97 centavos. Procurada pelo jornal, a Sra. Wânia disse não ter conhecimento do fato.

O Prof. Francisco Solano Rodrigues Neto também recebeu em sua conta 73 mil, 574 reais e 40 centavos em treze depósitos. Ao jornal, disse apenas: "Você me pegou de surpresa. Preciso averiguar."

O Sr. Wilson Tavares Von Paumgartten recebeu mil reais — esse foi talvez o menor depósito — e respondeu ao jornal: "Não sei disso".

Fiz a leitura parcial do editorial do Sr. Josias de Souza para mostrar como se articula, no Ministério da Educação, esse processo sob o comando do Sr. Ruy Berger, que foi suspenso por dois meses do cargo pelo Ministro Paulo Renato. Esse senhor articulou no interior do Ministério da Educação a inviabilização do nome de Aurina Oliveira Santana, do CEFET/BA, indicada duas vezes em processo eleitoral interno para dirigir aquele centro.

A esse respeito, chegamos à conclusão de que o motivo que levou o Sr. Ruy Berger a impedir a indicação da Profa. Aurina tem a ver com o fato de ela ser mulher e negra, pois era a única a concorrer àquela nomeação pela comunidade da escola.



Pois bem, Sr. Presidente. Por chegar a essa mesma conclusão, a Profa. Aurina Oliveira Santana procurou o Conselho Nacional Contra a Discriminação, criado pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso para investigar casos de discriminação contra a raça negra.

A reunião do Conselho sobre o assunto foi presidida pelo Dr. Paulo Sérgio Pinheiro, que, entendendo constituir aquele ato discriminação de gênero e raça, comprometeu-se a encaminhar documento ao Ministro Paulo Renato relatando o episódio. Mas, para surpresa nossa, a assessoria do Ministro nos informou que jamais teve acesso a esse documento.

Faço, portanto, um apelo ao Ministério da Educação no sentido que anule o processo de indicação do segundo colocado para dirigir o CEFET/BA e que reconheça a vontade da comunidade daquele centro tecnológico.

A movimentação feita pelo Sr. Ruy Berger não se resume a um único processo. Há vários outros tramitando no TCU, e é preciso que um Ministro reconheça que o processo referente ao CEFET/BA encontra-se sob suspeição e deve ser anulado, respeitando-se a vontade democrática e majoritária da comunidade de estudantes, funcionários e professores daquele centro.

Feito o registro do editorial do jornalista Josias de Souza e do caso da Profa. Aurina, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero homenagear as mulheres pela passagem do dia 8 de março, Dia Internacional das Mulheres.

A luta de emancipação das mulheres é permanente e cotidiana. Por isso, não pode ser lembrada apenas num único dia do ano. Amanhã será comemorado em todo o mundo o Dia Internacional da Mulher, e, no transcurso desta data, merece de nós, homens, maiores reflexões o desafio da igualdade de gênero.

As mulheres representam 51% da população mundial. Apesar disso, ainda não existe equidade na distribuição do poder político, econômico e social entre mulheres e homens. No Brasil, a representação feminina na política ainda é muito pequena diante do percentual de mulheres na sociedade. No Senado Federal, dos 81 Senadores, apenas 6 são mulheres; na Câmara dos Deputados, entre os 513 Parlamentares, apenas 29 são mulheres. O que significa 7,41% e 5,65% respectivamente. Na Bahia, a Assembléia Legislativa do Estado possui 63



Deputados, apenas oito são mulheres. Já na Câmara Municipal, temos 33 Vereadores e apenas duas Vereadoras.

As mulheres sofrem discriminação específica. Além da discriminação de classe, estão submetidas à discriminação de sexo, o que estabelece rígida divisão sexual de trabalho, de papéis sociais, que, por sua vez, determina e define as atividades das pessoas de acordo com seu sexo biológico. Assim, dividem-se mulheres e homens nos seus respectivos papéis hierarquizados: dominadas e dominadores. Por isso, a eliminação das discriminações praticadas contra as mulheres não pode ser conquistada apenas no combate ideológico, mas exige o desenvolvimento de políticas específicas que ataquem diretamente as causas e manifestações da opressão e discriminação impostas às mulheres.

A discriminação é ainda mais perversa quando analisamos a situação da mulher negra. Esta, reconhecidamente, a mais discriminada na disputa pela inserção no mercado de trabalho. A diferença salarial entre mulheres negras e brancas é de 35%, já a média salarial das mulheres negras está na faixa de 289 reais para 40 horas de trabalho, representando 39,8% dos rendimentos do grupo padrão, dos homens, que é de 726 reais e 89 centavos. Assim, a baixa qualificação, a dificuldade de inserção no mercado de trabalho e a discriminação racial fazem deste grupo o mais penalizado entre as mulheres.

Em Salvador, cerca de 1.500 mulheres trabalhadores do MST estão acampadas na Universidade Federal da Bahia e exigem do Estado maior atenção para com suas reivindicações, principalmente aquelas relacionadas às mudanças na estrutura fundiária no Brasil e, em especial, aquela que ampara e assegura os direitos humanos da mulher. A mulher do campo sabe da necessidade da família no contexto rural e questiona justamente os papéis sociais do homem e da mulher, convencida de que o sistema patriarcal impede a superação das desigualdades de gênero.

Tenho acompanhado a luta das mulheres no Brasil e vejo que, somente com a implementação de políticas específicas que venham a garantir efetivamente os direitos fundamentais das mulheres e a instituição de políticas públicas na busca da superação da discriminação de gênero, por meio de medidas políticas, legais,



orçamentárias e administrativas, serão viáveis as transformações necessárias a que alcancemos uma plena relação de igualdade no exercício dos direitos entre homens e mulheres.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.



Documento 25/51

026.4.51.O Sessão Ordinária - CD 07/03/2002-13:18

Publ.: DCD - 08/03/2002 - 6917 REINALDO GRIPP-PL -RJ

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PEQUENO
EXPEDIENTE

DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher - 8 de março.

O SR. REINALDO GRIPP (Bloco/PL-RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, público presente, meus cordiais cumprimentos, que também são os cumprimentos do povo da minha terra, à querida Baixada Fluminense.

Como é do conhecimento de todos, no próximo dia 8 estaremos celebrando o Dia Internacional da Mulher, data que ficou marcada por repugnante episódio na história da humanidade, ocorrido em 8 de março do ano de 1857. Naquele dia, 129 operárias de uma indústria têxtil, nos Estados Unidos, realizaram ato de greve, exigindo que seus salários fossem igualados aos dos homens que exerciam a mesma função na empresa, bem como a redução da jornada de trabalho ali praticada, que era de 14 horas diárias.

Lideradas por Clara Zetkin, feminista e militante social-democrata, essas mulheres resistiram a tudo, até o momento em que os patrões, em represália, atearam fogo na fábrica. Todas morreram.



Sensibilizado pelo espírito de luta dessas mulheres e conhecedor das batalhas travadas por inúmeras outras, brasileiras, anônimas e igualmente fortes, Sr. Presidente, trago, da querida Baixada Fluminense, texto de um poeta local que, em seus versos, tenta traduzir a força feminina, mas, sobretudo, render-lhe uma homenagem à altura.

Eis o poema, Sras. e Srs. Deputados:

Vitória

Vitória

Mulher Vibrante

Nervos de aço

E sem deixar cruzar os braços

Num gesto incessante

Conquista o espaço e vai adiante

Proclama o levante

Repensa a história

Transforma o tempo

És, luta, és glória

És pura Vitória a todo o momento.

Vitória

Mulher decidida

Empreendedora

Seu projeto de vida

É ser vencedora

És fibra, és garra

És grande Vitória encantadora.

Vitória

Mulher na essência

Não perde seu porte

E sem violência consegue ser forte

Seja no Sul

Seja no Norte



Seja aonde for

És Vitória, em Vitória

A Vitória que supera a dor.

Vitória

É mulher

É menina

É mãe

E é filha

É uma história

Uma outra bandeira

É a branca

É a negra

É a nossa Vitória

A mulher brasileira.

Ler este texto de autoria do poeta e jornalista da minha terra Almeida dos Santos foi a forma singela que encontrei de render as minhas homenagens às mulheres, este ser a quem devemos, após Deus, agradecer a nossa existência.

Por fim, Sr. Presidente, solicito a V.Exa. seja este pronunciamento divulgado em todos os meios de comunicação da Casa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Delgado) V.Exa. será atendido nos termos regimentais.



Documento 26/51

026.4.51.O Sessão Ordinária - CD 07/03/2002-15:44

Publ.: DCD - 08/03/2002 - 6964 DARCÍSIO PERONDI-PMDB -RS

CÂMARA DOS DEPUTADOS COMUNICAÇÕES PARLAMENTARES COMO
LÍDER

DISCURSO

Sumário

Elogio de representante da Organização das Nações Unidas, em visita ao Brasil, ao Projeto Alvorada, destinado às populações carentes. Transcurso do Dia Internacional da Mulher - 8 de março.

O SR. DARCÍSIO PERONDI (PMDB-RS. Como Líder. Sem revisão do orador.) -
Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero abordar dois assuntos.

O Alto Comissário da ONU, em visita ao Brasil, elogiou o Programa Bolsa-Alimentação, implantado pelo Ministério da Saúde dentro do Projeto Alvorada. Levado, pela Comissão de Direitos Humanos da Casa, a diversos supermercados, ele comprou, com os 15 reais dados pelo programa, um bom rancho, concluindo apenas que uma família com quatro pessoas precisaria de um pouco mais.

Perguntado pelos Deputados daquela Comissão se considerava essa quantia uma esmola, como disseram muitos, ele respondeu que não. O Governo Federal tem, de fato, uma política alimentar, com recursos voltados para o combate à pobreza, que hoje engloba 50 milhões de brasileiros, dos quais 20 milhões na indigência. É preciso fazer mais, entretanto estamos no caminho certo para diminuir a subnutrição e a fome no País.



Sr. Presidente, o outro tema que me traz à tribuna é o Dia Internacional da Mulher, a ser comemorado amanhã.

Em 1837, foram assassinadas 120 mulheres que faziam movimento por melhores condições de trabalho. Hoje, no Brasil, a mulher compõe mais da metade da população, representa 40% da população economicamente ativa, ocupa 44% dos postos da administração pública — basta olhar os funcionários no plenário — e abrange quase 50% do contingente eleitoral brasileiro. Além disso, ela participa cada vez mais da política nacional.

A mulher tem dois capitais: o emocional e o social. Ela comanda a casa, engravida, dá à luz, amamenta, embala e consola quando a filha, por exemplo, perde o namorado; além disso, trabalha fora. O capital emocional é exclusivo da mulher; o homem não o tem. Quanto ao capital social, a mulher representa 40% da população economicamente ativa do País, como disse, e ocupa, cada vez mais, os espaços no mundo do trabalho, como uma força poderosa para termos um Brasil mais solidário, mais humano e mais cristão.

Entretanto, a cada quatro minutos uma mulher sofre violência domiciliar. Precisamos agir sobre isso. Sabemos também que, do ponto de vista de rendimentos, o salário da mulher brasileira é em média 65% menor do que o do homem. Essa é outra discriminação.

Sr. Presidente, afirma Norberto Bobbio, grande cientista e sociólogo europeu, no seu livro "A Era dos Direitos", que o movimento feminino foi a mais silenciosa e conseqüente revolução do século XX. Também estou convicto de que essa revolução mexeu profundamente com a alma masculina, que descobriu na mulher sua parceira mais solidária. Isso é um começo. Precisamos de mais. Nós, homens, temos que ver a mulher como parceira, como agente poderosa, porque ela tem esse duplo capital: o emocional e o social.

As mulheres unidas, com o apoio dos homens, na política, no trabalho, farão com que o Brasil continue crescendo, avançando, e as políticas em solidariedade à mulher e à criança vão continuar crescendo.

Para encerrar, a melhor homenagem que se faz àquela que mais sofre, a mulher pobre, é o cartão da bolsa-escola. A Presidência da República dá o cartão da



bolsa-escola não para o homem, mas para a mulher. Mais de 5 milhões de mães vão todo mês à Caixa Econômica Federal retirar 15, 30 ou 45 reais para manter seus filhos na escola. Ela é um agente para a melhoria da família, da comunidade e do Brasil.

Parabéns às mulheres pelo dia 8 de março.



Documento 27/51

026.4.51.O Sessão Ordinária - CD 07/03/2002-14:04

Publ.: DCD - 08/03/2002 - 6931 GILMAR MACHADO-PT -MG

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PEQUENO
EXPEDIENTE

DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher - 8 de março. Apresentação do Projeto de Resolução nº 182, de 2001, sobre criação da Comissão Permanente de Relações Étnicas, de Gênero e de Orientação Sexual.

O SR. GILMAR MACHADO (PT-MG. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero saudar as mulheres do meu País, especialmente as minhas colegas Deputadas Federais pela determinação, coragem e capacidade de mobilização e luta por direitos.

Destaco também o relevante papel das companheiras militantes do Partido dos Trabalhadores, das nossas Prefeitas, das mulheres que integram a equipe da Liderança do PT e dos nossos gabinetes parlamentares, as funcionárias da Casa, as servidoras da limpeza, as educadoras, radialistas, jornalistas e as comunicadoras comunitárias que prestam relevantes serviços, levando cidadania pelas ondas dos rádios e das tevês.

Parabéns às mulheres de todos os acampamentos de sem terras e às mulheres das nações indígenas que resistem pela posse da terra.



Às companheiras desempregadas pela política econômica neoliberal excludente de FHC, a nossa solidariedade e a firme certeza de que estaremos juntos no começo da transformação dessa injusta realidade com a eleição do companheiro Lula para a Presidência da República. Saúdo as operárias, servidoras públicas, poetisas, artistas, donas de casa e todas as mulheres que lutam pela vida, contra todas as formas de discriminação e preconceito.

Também lembro a memória das mulheres assassinadas pelo latifúndio, entre elas a sindicalista Margarida Alves e a sem-terra Rose. Outras vítimas da violência do sistema capitalista foram as 129 operárias de uma fábrica de tecidos de Nova Iorque, queimadas vivas no dia 8 de março de 1857. Elas fizeram uma greve pela redução da jornada de trabalho, que era de 16 horas, por igualdade de salários, licença-maternidade e melhores condições de vida e trabalho. Essas mulheres semearam a esperança, a utopia e deixaram uma grande lição para todos nós: mostraram que a construção de uma sociedade socialista é possível no dia-a-dia. Nesse sentido, quero compartilhar importantes conquistas das companheiras do movimento de mulheres da minha cidade, Uberlândia. Já começaram as obras da primeira Casa Abrigo para Mulheres Vítimas de Violência. O nosso esforço na busca de recursos no Orçamento da União de 2000 e 2001 resultou na conquista de 200 mil reais. Já foram liberados mais de 100 mil, por meio de convênio entre o Ministério da Justiça e a Divisão dos Direitos da Mulher e Política de Gênero, da Secretaria de Desenvolvimento Social da Prefeitura de Uberlândia. Nessa gestão do Prefeito Zaire Rezende, são desenvolvidas políticas afirmativas de raça e gênero, para fortalecer a cidadania e a auto-estima das mulheres de Uberlândia. Outra boa notícia: Uberlândia será o primeiro Município do Brasil a ter um Centro de Referência da Cultura Negra. Nesse espaço, que está em obras, serão desenvolvidos projetos para a população afrodescendente. Homens e mulheres negros terão oportunidade de refletir, realizar intercâmbio cultural, formar-se, propor e debater políticas afirmativas para esse importante e estratégico Município de Minas Gerais. A iniciativa só foi possível por meio de um convênio com a Fundação Cultural Palmares e a Prefeitura.



Informo, ainda, que apresentamos, em parceria com outros colegas Deputados petistas, o Projeto de Resolução nº 182/2001, que cria a Comissão Permanente de Relações Étnicas, de Gênero e de Orientação Sexual. Nessa Comissão, a sociedade civil poderá contribuir na elaboração de propostas concretas para o aperfeiçoamento da legislação.

Essas iniciativas, somadas a milhares de outras em desenvolvimento nas comunidades, em organizações não-governamentais, Legislativos, Prefeituras e Governos democráticos e populares, são pilares das transformações que sonhamos e que serão realizadas por mulheres e homens unidos na solidariedade, no respeito aos direitos humanos e na construção da paz.

Muito obrigado.



Documento 28/51

026.4.51.O Sessão Ordinária - CD 07/03/2002-13:56

Publ.: DCD - 08/03/2002 - 6929 DR. HELENO-PSDB -RJ

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PEQUENO
EXPEDIENTE

DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher - 8 de março.

O SR. DR. HELENO (PSDB-RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, volto a ocupar a tribuna desta Casa para registrar, com muito orgulho, mais uma passagem da Semana Internacional da Mulher, culminando com a sua data magna, que é o seu dia, 8 de março.

Este Parlamentar, pela sua natureza, não poderia ficar alheio a essas justas homenagens, uma vez que, durante mais de 12 anos, foi juiz de paz na querida Cidade de Duque de Caxias, no Estado do Rio de Janeiro, e nas milhares de celebrações que realizou, sempre enfocou a figura da mulher como um sólido esteio, um verdadeiro pilar para aquela família que naquela oportunidade se formava.

Minha visão esteve voltada sempre para a passagem de uma energia positiva ao casal, destacando sempre a importante função da mulher como cellula matter para a formação familiar. A nossa formação cristã também é responsável pela edificação dessa célula familiar, na qual a mulher exerce destaque ímpar.



Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero neste instante dedicar a minha primeira homenagem à mulher-mãe, àquela que, no dia-a-dia e ombreando com o seu companheiro, luta sempre por um futuro melhor para a sua prole.

Quero parabenizar também aquelas que ainda lutam para conseguir chegar ao atual estágio cultural da mulher brasileira, a despeito de suas culturas, tradições e liberdade de expressão.

Sempre foi comum ouvirmos um dito popular que enfatizava o seguinte: "por trás de um grande homem há sempre uma grande mulher". Hoje, porém, os tempos são outros. A mulher se faz presente em quase todos os campos de atividade — da limpeza urbana à enfermagem, do magistério à segurança pública, do jornalismo à assistência social. Muitas lideram, além da família, também a vida comunitária. Algumas têm luz própria na Administração Pública pela sua real competência. Na realidade, a mulher nunca esteve por trás de um homem, mas sim sempre ao seu lado, como companheira, amiga e amante, além de ser-lhe reservada a mais sublime função, qual seja a maternidade.

Gostaria de destacar, Sr. Presidente, que a mulher brasileira, ao longo de toda nossa história, reuniu uma gama de conquistas, as quais, degrau por degrau, levaram-na à posição que ocupa hoje, que, a meu ver, ainda não traduz a sua importância no contexto nacional.

Muito ainda precisa ser feito, e as suas representantes nesta Casa têm uma oportunidade ímpar de deixarem seus nomes na história, e estou certo de que isso há de acontecer, trabalhando para que esse débito seja corrigido. A luta tem sido árdua, mas a fibra da mulher brasileira, por várias vezes já provada, há de vencer todas essas barreiras.

As grandes conquistas já conseguidas como: o direito ao voto; o grande avanço em trabalhar em diversas profissões, antes exclusivas do homem; a sua igualdade de direitos e obrigações ao lado do seu marido, desaparecendo aquela figura patriarcal do senhor que a escravizava, em muitas oportunidades, deve ser motivo de ânimo para futuras lutas.

Sr. Presidente, por essas e outras razões é que desejo destacar essa importante data e parabenizar, mais uma vez, a figura da mulher brasileira, grande partícipe



de nossa história no passado e que escreverá ainda páginas importantes de nosso futuro.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.



Documento 29/51

026.4.51.O Sessão Ordinária - CD 07/03/2002-14:36

Publ.: DCD - 08/03/2002 - 6943 ENIO BACCI-PDT -RS

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PEQUENO
EXPEDIENTE

DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher - 8 de março.

O SR. ENIO BACCI (Bloco/PDT-RS. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr.Sras. e Srs. Deputados, a despeito dos desastrosos acontecimentos que imperam em nosso dia-a-dia e povoam o âmbito de nossas preocupações — seqüestros, violência, corrupção, estatísticas de miséria, descontrole da dengue, injustiças sociais, bandidos desafiando os Poderes Públicos, homens públicos a quem foram confiados um mandato sendo presos e desmascarados, opressão a crianças, mulheres, pobres, negros etc. — , por incrível que pareça temos algo a comemorar nesta semana.

Neste discurso quero esquecer as mazelas e frustrações que hoje tomam conta da vida dos cidadãos brasileiros para homenagear uma grande figura que não se tem intimidado diante dessa desordem conjuntural, dando-nos uma lição de luta, de garra, de otimismo e de maturidade.

Hoje a minha homenagem sincera é à mulher brasileira.

Não é necessário relacionar os percalços de uma era marcada por preconceitos que durante décadas tiranizaram e tolheram e verdadeira mulher. Percalços que,



no entanto, não foram empecilhos e acabaram por impulsionar a mulher a desgarrar-se de seus opressores. Hoje é possível perceber no Brasil mudanças impressionantes em relação aos espaços conquistados no mundo pessoal, profissional, econômico, social e político, onde a credibilidade da mulher pode ser constatada através de sua expressão forte e marcante, tornando-se imprescindível à sociedade.

Apenas como exemplo e prova do seu valor vou citar uma matéria publicada há poucos dias pela revista Veja.

Até há pouco tempo as mulheres levavam desvantagem no mercado de trabalho. Hoje, muitas empresas registram índice de 60% de mulheres entre os recém-contratados. Há duas décadas, esse número não passava de 20%. Áreas como Arquitetura, Medicina e Direito tiveram aumento de 300% na participação feminina, nos últimos 10 anos. No Brasil, dos 10,1 milhões de postos de trabalho abertos nos últimos 10 anos, quase 7 milhões foram ocupados por mulheres. Ou seja, sete em cada dez novas vagas no mercado são preenchidas por profissionais femininas. Grande parte dessa evolução tem a ver com a mudança da visão retrógrada e preconceituosa de que o lar, o marido e os filhos seriam empecilhos. Hoje, esse fator, antes tido como negativo, é encarado como uma qualidade. O mercado de trabalho atual exige profissionais polivalentes, que é uma das principais características femininas.

O mercado de trabalho é apenas uma das grandes conquistas femininas e também uma das mais significativas para o seu processo de crescimento.

Hoje a mulher não tem mais medo de "cara feia" e sua luta é por objetivos sociais, abrangentes e não-egoístas. No seu perfil conjuntural, o outro é sempre parte dos seus projetos, sem falar no seu senso de versatilidade e responsabilidade.

Quero dizer, Sr. Presidente, que nós todos e a sociedade de modo geral ganhamos infinitamente com a descoberta feminina do seu próprio eu, assumindo corajosamente postos e situações para os quais jamais acreditaria ter capacidade. Graças à ousadia e à competência femininas, temos hoje um Brasil mais justo, mesmo que ainda muito precise ser feito para chegarmos ao ápice da evolução, até porque essa responsabilidade não é apenas dela. Mas a luta e a garra para



diminuir as injustiças sociais são marcantes nas mulheres que se unem para facilitar e melhorar a vida de desfavorecidos e desafortunados. Quem negaria a iniciativa e a presença constante da mulher, mesmo sem muitos recursos, nos mais diversos programas assistenciais envolvendo crianças carentes e abandonadas, famílias desestruturadas, jovens marginais e viciados, comunidades pobres etc.?

Como exemplo, não poderia deixar de mencionar e homenagear a médica Zilda Arns, pelos seus reconhecidos trabalhos de generosidade e competência à frente da Pastoral da Criança, organismo de ação social da CNBB, guardiã de mais de 1,5 milhão de crianças menores de 6 anos e de 74 mil gestantes, única indicação oficial do Governo brasileiro, em todos os tempos, a um Prêmio Nobel.

Passando para a esfera política, muito me honra a convivência com dedicadas mulheres que não se amedrontaram diante das complicações e dos obstáculos das urnas e têm provado sua importância no mundo do poder. Um poder que não contamina, Sr. Presidente, e não desvia o rumo das ações políticas por caminhos tortuosos e interesseiros. Essa é uma característica, queridas Deputadas, que muito me causa admiração.

A mulher no poder tem sido exemplo de honestidade, de dedicação e de enfrentamento. A mulher Deputada não se tem deixado influenciar pelo brilho do poder ou pelos benefícios secundários de sua imagem popular. A mulher política diz a que veio, dá a "cara a tapas", enfrenta adversários, não tem "papas na língua" e raramente quer tirar vantagens pessoais do cargo.

Quem dera, Sr. Presidente, se mais representantes femininas tivéssemos nesta Casa para equilibrar as relações com bom senso, justiça, honestidade e competência.

Desta tribuna, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, trago a minha manifestação de reconhecimento e profundo louvor à mulher brasileira pela sua força, sua garra e sua sensibilidade. A mulher brasileira é parte integrante e imprescindível no processo de desenvolvimento deste País.

Minha sincera gratidão a todas as mulheres, independentemente de idade, cor, profissão ou status social.



É esta a minha singela homenagem.

Muito obrigado, Sr. Presidente.



Documento 30/51

026.4.51.O Sessão Ordinária - CD 07/03/2002-13:18

Publ.: DCD - 08/03/2002 - 6914 MARÇAL FILHO-PMDB -MS

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PEQUENO
EXPEDIENTE

DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher - 8 de março.

O SR. MARÇAL FILHO (PMDB-MS. Pronuncia o seguinte discurso.) Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ocupo a tribuna deste Parlamento nesta tarde para discorrer sobre o Dia Internacional da Mulher, que se comemora amanhã.

No dia 8 de março de 1857, 129 operárias de uma fábrica têxtil foram incineradas por reivindicarem, para funções iguais, salários iguais aos percebidos pelos homens. Sim, porque eles ganhavam mais. A partir de então, o mundo enfim começou a reconhecer o que hoje é motivo de triunfos e conquistas. Assim foi consagrado o Dia Internacional da Mulher. A voz das mulheres pôde ser ouvida, e revelou-se a força feminina para lutas infindas, para sentir como somente elas sabem e, por fim, vencer, vencer a todos e a tudo que lhes for imposto.

Ao longo dos anos, mesmo depois de algumas conquistas, as mulheres ainda continuam provando ao mundo sua força. Continuam elas a exercer funções domésticas, com a diferença de que agora, além de dona de casa, mãe, filha, avó e esposa, tiveram de ser funcionárias, empresárias, responsáveis por seu próprio



sustento, quando não pelo sustento de outros. Muitas delas inclusive são arrimos de família, seja dos filhos ou dos pais.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, as mulheres no Brasil representam mais da metade da população. Infelizmente não podemos ainda dizer que a batalha travada por aquelas 129 mulheres há mais de cem anos foi vencida. Existem ainda muitas mentes a serem esclarecidas, muitos direitos a serem conquistados, muita violência contra a mulher a ser detida. Para resolvermos isso, não é necessário apenas que a mulher continue lutando, mas que todos nós nos conscientizemos de que ainda há muito a aprender sobre esse fascinante e misterioso enigma que é a mulher.

Registro minhas homenagens às mulheres brasileiras, em especial às mulheres de meu Estado, Mato Grosso do Sul, lembrando não só as mulheres de hoje, mas todas aquelas que fizeram história pelo mundo e pelo tempo afora, constituindo famílias, sociedades, lutando sempre por um mundo de igualdade para todos, sem distinções de cor, raça, religião ou sexo.

Parabéns a você, mulher!

Por fim, Sr. Presidente, peço a autorização de V.Exa. para que este pronunciamento seja divulgado pelos órgãos de comunicação da Casa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Delgado) V.Exa. será atendido nos termos regimentais.



Documento 31/51

028.4.51.O Sessão Ordinária - CD 08/03/2002-09:58

Publ.: DCD - 09/03/2002 - 7144 INOCÊNCIO OLIVEIRA-PFL -PE

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PEQUENO
EXPEDIENTE

DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher - 8 de março.

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA (PFL-PE. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, comemora-se hoje o Dia Internacional da Mulher. Quero renovar, desta tribuna, o meu apoio à luta pela emancipação política, que, no âmbito da cidadania, significa a igualdade civil em todos os campos. A voz da mulher ainda é pouco ouvida. Alguns países simplesmente a desconhecem como cidadã, envoltos nas brumas da Idade Média.

Somente a partir de 1865 é que o movimento político das sufragettes ganhou corpo na Inglaterra, de onde partiram os primeiros sinais de emancipação civil da mulher em busca do direito de voto, de acesso ao sufrágio universal, para, a partir daí, afirmar-se plenamente como cidadã.

Custa acreditar que um político da dimensão intelectual de um Gladstone se tenha oposto ao movimento das sufragettes inglesas. A própria Rainha Vitória não via com simpatia esse grupo de mulheres emancipadas, cuja atuação política repercutiria em toda a Europa e na América.



Stuart Mill defendeu-as e, em 1918, o direito de voto foi dado às mulheres com mais de 30 anos. Em 1928, reduziu-se para 28 anos a idade mínima para os votantes.

Nos Estados Unidos, esse direito só foi conquistado em 1920. E, na França, em 1944. Mas, a essa altura, a mulher já estava, no Ocidente, em todos os campos de atividades. Foi um longo percurso para que ela pudesse sair do gineceu, na Grécia antiga, chegar ao ponto de ter o direito de falar no Fórum romano e, superada a Idade Média, conquistar seu lugar no Renascimento. No Século das Luzes — o século XVIII — veio ao primeiro plano, culminando com os movimentos de sua emancipação política, no século XIX.

No século XX, e após ter provado até mesmo nas trincheiras suas habilidades militares, teve de lutar nas empresas e no serviço público pela igualdade salarial, pelas promoções e pelo acesso à carreira profissional. A França, país da inteligência e da vanguarda intelectual no Ocidente, só em 1946, no preâmbulo de sua nova Constituição, coloca o princípio da igualdade de direitos entre homens e mulheres em todos os domínios. No Brasil, o direito de voto somente foi concedido às mulheres em 1934.

Hoje, praticamente todos os países civilizados concedem às mulheres o direito de plena participação na vida pública, reconhecendo que elas constituem metade da população mundial, embora representem ainda 70% dos pobres e dois terços dos analfabetos.

Estamos, felizmente, longe daqueles dias em que, nos Estados Unidos, a feminista Susan Anthony foi condenada a pagar 100 dólares de multa por ter votado nas eleições presidenciais norte-americanas. Foi um longo caminho percorrido pela mulher profissional desde fins do século XIX, quando se lhe abriram as portas dos bancos, do comércio, das companhias de seguros, das empresas privadas em geral, das universidades, do serviço público. Era, enfim, chegado o momento da sua afirmação intelectual no mundo, em todos os setores onde antes só se sobrepunham os homens: Madame Curie, na ciência; Eleanor Roosevelt, na política; Gertrude Stein, Virginia Woolf, Gabriela Mistral, Rachel de



Queiroz — já no século XX — , na literatura; Maria Montessori, na educação; Marguerite Yourcenar, também na literatura.

No Brasil de hoje, temos, na disputa presidencial, essa personalidade admirável da Governadora do Maranhão, socióloga Roseana Sarney, com todas as condições de ser eleita a primeira mulher Presidente da República do Brasil. Mas não vamos esquecer mais brasileiras que deram seu contributo à história da luta pela emancipação da mulher neste País: Bertha Lutz, Carmem Silva, Danda Prado, Rosiska Darcy de Oliveira, Eva Blay, Rose Marie Muraro, Carlota Pereira de Queiroz, entre tantas outras.

A mulher tem provado, em todos os campos da sociedade, que está preparada para um papel maior no Brasil e no mundo. Justamente por não terem chegado até aqui de graça, pois tiveram de lutar pelos seus direitos, negociar sua voz, sua liberdade, seu lugar ao sol, é que as mulheres têm uma grande capacidade de negociação, que pode ajudar a resolver os complicados problemas do mundo de hoje. Quando se precisa tanto de uma nova ordem e de negociação, a visão feminina pode acrescentar muito.

Vale ressaltar que, em junho de 1999, o Partido da Frente Liberal, reconhecendo a evolução da sociedade brasileira, aprovou a Resolução nº 234, que alterou os estatutos e instituiu três órgãos de ação partidária: o PFL Mulher, o PFL Trabalhista e o PFL Jovem. A iniciativa representou um importantíssimo passo em favor da retomada das mais caras tradições liberais.

Em menos de três anos, o PFL Mulher atingiu o objetivo de tornar-se um relevante instrumento de ação partidária. Seus comitês estão instalados em 1.200 Municípios de 21 Estados do Brasil. No comando dessa estrutura está a Senadora Maria do Carmo Alves, de Sergipe, que conduz o PFL Mulher com competência e dedicação, ao lado das líderes e militantes do PFL em todo o País.

A participação da mulher na vida política é, certamente, uma conquista das próprias mulheres, mas nem por isso a contribuição dos líderes liberais, na história do PFL, na história do Brasil e na história de outros países, deve ser ignorada.

Em lugar do pessimismo, das idéias negativas, o PFL defende a democracia e a livre iniciativa, além do fim das dificuldades econômicas e sociais da família



brasileira. A luta pela efetiva igualdade entre homens e mulheres é compromisso do partido. O PFL condena "a exploração do corpo da mulher, a banalização do sexo e o livre acesso da criança a programas inapropriados na televisão", conforme exposto na publicação Cartilha da Mulher.

É certo que a condição feminina ainda está sujeita a inúmeros constrangimentos em países da África, da Ásia e do Médio e Próximo Oriente, subordinada a rígidos ditames de fundamentalismos religiosos e a culturas que degradam o papel da mulher na sociedade. Numerosas organizações internacionais têm denunciado essa situação, inclusive as mutilações físicas sofridas em alguns países.

Ainda que tenha conquistado no mundo da política, das artes, das ciências, da literatura, posição de extraordinário relevo, a mulher continua com a sua imagem de companheira natural do homem, completando-o na construção da família, que permanece o núcleo social sobre o qual se fundam as sociedades humanas desde tempos imemoriais.

Concluindo, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, reafirmo recente declaração segundo a qual a presença da mulher na política vem fortalecer a atividade e, ao mesmo tempo, consubstanciar na prática a igualdade entre os dois sexos. A presença de uma mulher na Executiva Nacional garante ao PFL o conhecimento sobre todos os assuntos relacionados ao fortalecimento de políticas públicas e sociais voltadas para as mulheres.

Muito obrigado.



Documento 32/51

028.4.51.O Sessão Ordinária - CD 08/03/2002-10:58

Publ.: DCD - 09/03/2002 - 7154 HÉLIO COSTA-PMDB -MG

CÂMARA DOS DEPUTADOS GRANDE EXPEDIENTE GRANDE EXPEDIENTE
DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher - 8 de março. Homenagem à atriz Patrícia Pillar e à viúva do Promotor de Justiça Francisco Lins do Rego, Juliana Ferreira Lins do Rego. Participação feminina em setores profissionais tradicionalmente masculinos. Apoio à candidatura de Itamar Franco à Presidência da República.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB-MG. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ocupo hoje esta tribuna privilegiada para falar da liderança de que o Brasil precisa, que espera ter e que vai buscar nas eleições para Presidente da República, Governadores, Deputados Federais e Estaduais e Senadores este ano.

Antes, porém, quero, em nome do Governador Itamar Franco e em meu próprio, fazer uma saudação muito especial às mulheres em seu dia.

Hoje, 8 de março, o mundo comemora o Dia Internacional da Mulher, e eu não poderia deixar de dizer algumas palavras em homenagem àquelas que são mães, esposas, amigas, companheiras, mestras, trabalhadoras das mais diversas áreas. As mulheres já são maioria entre os trabalhadores brasileiros. Embora, lamentavelmente, ainda ganhem em média menos do que os homens, elas já vêm



conseguindo vencer essa batalha da desigualdade, caminhando para a justiça do pagamento igual para ambos os sexos.

Hoje eu teria muito a falar sobre as mulheres do Brasil inteiro, mas quero fazer duas homenagens especiais. Eu quero homenagear a mulher brasileira na pessoa de Patrícia Pillar, por sua coragem, por sua determinação de vencer as adversidades, de superar as circunstâncias com garra e coragem. E à mulher mineira, em particular, faço uma homenagem, muito justa e apropriada, neste Dia Internacional da Mulher, na pessoa da jovem Sra. Juliana Ferreira Lins do Rego, viúva do jovem Promotor de Justiça de Minas Gerais brutal e covardemente assassinado, há cerca de um mês, em Belo Horizonte, quando lutava para desvendar os mistérios de uma máfia que se embrenhou na Capital do nosso Estado. Presto, portanto, esta homenagem à mulher mineira na pessoa da viúva do ilustre Promotor Francisco Lins do Rego, que deu sua vida pelo trabalho de limpar a sociedade de bandidos.

E volto ao tema principal da minha fala, Sr. Presidente: liderança, a liderança de que necessita o Brasil.

Todos os partidos já apresentaram seus candidatos. Estão todos postos: Senador José Serra, pelo PSDB, um homem de bem; Luiz Inácio Lula da Silva, representante do Partido dos Trabalhadores, com sua determinação; Antony Garotinho, Governador do Rio de Janeiro, a juventude na política nacional; Roseana Sarney, que precisa ser julgada por seus atos políticos, e não por manobras eleitoreiras de última hora; e Ciro Gomes, que volta a ser a esperança na eleição deste ano.

Pergunto: por que o maior partido do País, o PMDB, representado em todos os mais de cinco mil Municípios brasileiros, não pode ter seu candidato à Presidência da República?

No último domingo fizemos em São Paulo a Convenção do PMDB, partido que não apóia o Governo Federal, que não está atrelado ao Palácio do Planalto, o PMDB de Itamar Franco e Pedro Simon, fundadores do antigo MDB, que deu origem ao PMDB.



Na Convenção Nacional do PMDB, em São Paulo, estabelecemos as regras para as prévias do dia 17 de março, quando vamos, sim, indicar nosso candidato a Presidente da República.

É importante lembrar que na Convenção Nacional do PMDB de setembro do ano passado 98% dos convencionais peemedebistas, reunidos em Brasília, pediram, aprovaram, reclamaram uma candidatura própria do partido.

O PMDB possivelmente tem o mais experiente, o mais capaz, o mais limpo e o mais sério de todos os possíveis candidatos. Mais de um até: Pedro Simon, ex-Governador do seu Estado, Senador da República, brilhante na oratória, homem da maior seriedade, da maior dignidade, e Itamar Franco, um Presidente da República que resolve crises, um homem que chegou ao Palácio do Planalto em meio à mais séria crise institucional do País, depois do impeachment de um Presidente, um homem que chegou ao posto mais alto da Nação em meio a uma conturbação nacional e conseguiu, em menos de dois anos, recuperar a dignidade do cargo de Presidente da República e ajustar a economia nacional, quando a inflação estava em quase 40% ao mês.

Esse é o homem que resolve crises, que dá segurança, garantia, dignidade ao cargo de Presidente da República, e coloca nos eixos uma economia que estava em frangalhos. Fez o Plano Real, deu uma moeda forte ao Brasil, respeitada lá fora, nos mercados internacionais, e recolocou o Brasil no contexto das grandes nações. Essa é a liderança de que precisamos.

Itamar Franco é o líder de que precisamos, um líder capaz de resolver de crises. Sras. e Srs. Deputados, ainda agora, na crise de energia pela qual passou este País nos últimos meses, quem foi que se antecipou ao apagão? Quem foi que apresentou a solução dois anos antes de o problema surgir? Minas Gerais, que responde por 43% de toda a energia produzida no Brasil, já estava à frente dessa crise, já se antecipava, iniciando a construção de nove usinas hidrelétricas e uma termelétrica para garantir cerca de 70% da produção de energia elétrica do País, energia sem a qual não temos desenvolvimento, não temos progresso, não temos indústria nem emprego. Pois foi Itamar Franco que se antecipou a esse problema energético, que apresentou a solução, que deu ao Brasil a esperança de superar



uma crise que poderia jogar-nos, nesta era globalizada, numa situação quase de insolvência. Essa é a liderança de que o Brasil precisa.

É por essa razão que o PMDB precisa ter candidatura própria, é por essa razão que Itamar Franco se apresenta como candidato, ao lado de Pedro Simon. É por isso que o PMDB tem de apresentar o seu nome. Foi por essa razão que nos reunimos legalmente em São Paulo, numa convenção convocada pelo Diário Oficial da União, como manda os estatutos do partido. Nessa Convenção, por decisão da maioria absoluta dos convencionais presentes, decidiu-se pela candidatura própria do PMDB, e na discussão legal a Justiça, no seu mais alto escalão, pede que se confirme a decisão da nossa Convenção do domingo passado. Mas ainda há tempo.

O que nos propomos a fazer hoje aqui em Brasília, Sr. Presidente, nesse novo encontro do PMDB, chamando os convencionais do nosso partido para que venham reafirmar o que já está decidido, o que se pede que os peemedebistas façam eles já o fizeram em setembro do ano passado na Convenção de Brasília, quando 98,2% pediram que o PMDB tenha candidato próprio.

A Convenção do dia 3 em São Paulo representou um marco decisivo para o nosso partido, porque ele tem o candidato mais qualificado, mais preparado e com maior experiência. Ao sair do Governo, Itamar Franco obteve 87,2% da aprovação popular. Qual foi o Presidente que ao deixar o Palácio do Planalto obteve a aprovação do povo do Brasil inteiro, que acompanhou seu trabalho de recuperação da economia e a seriedade imposta por ele ao cargo de Presidente da República, a sua dignidade, com sua vida inteira dedicada à causa pública, uma vida absolutamente irretocável, intocável?

Sr. Presidente, não é possível entender que um partido forte como o PMDB se proponha a ser o que nós chamamos nos casamentos de garçon d'honneur, ou seja, aquele garoto bonitinho e simpático que vai segurando a cauda do vestido da noiva. O PMDB não precisa fazer esse papel. O PMDB tem competência, nome e história, uma história que contou com Ulysses Guimarães, Tancredo Neves e outros que fizeram este País. O PMDB, portanto, não precisa ser um acessório do



partido do Governo, que deve mostrar competência para sozinho, se quiser, chegar à Presidência da República.

Mas precisamos de um pleito limpo, sem ameaças, sem maracutaias, sem tramóias, sem surpresas. Precisamos de um pleito que possibilite ao povo ir às urnas escolher seus candidatos e eleger seu Presidente de acordo com sua vontade, de acordo com aquilo de que precisa, aquilo que espera e quer para o Brasil. Essa liderança o PMDB pode oferecer.

Estamos vivendo um momento de globalização, ainda mais agora, com nova crise ameaçando a estabilidade econômica do nosso País. Ainda esta semana, o Presidente dos Estados Unidos decidiu impor quotas à importação do aço brasileiro. E por que nós, mineiros, sentimo-nos diretamente e muito mais atingidos do que vários outros Estados? Porque Minas responde por 50% da produção do aço brasileiro. A USIMINAS, a AÇOMINAS e a ACESITA produzem e exportam 50% de todo o aço deste País, e Espírito Santo, Rio de Janeiro e São Paulo os outros 50%. Juntos, esses Estados são responsáveis por um segmento importantíssimo da economia nacional.

Pouca gente sabe disso, mas o aço brasileiro representa apenas 3% do aço que os Estados Unidos importam. Ainda assim, querem impor condições às nossas exportações! O que querem os Estados Unidos?

E por que estou falando sobre esse assunto? Porque é o Presidente da República quem tem de se impor e não permitir que essas coisas aconteçam. Por isso precisamos de um Presidente forte, capaz de enfrentar essas situações fora do País, como Itamar Franco fez várias vezes.

Essa situação faz-me lembrar que os americanos sempre pediram que modernizássemos nossa indústria, que competíssemos. Por essa razão, a indústria do aço foi privatizada e modernizada no Brasil, à custa de milhares de empregos. Quantos trabalhadores perderam seus empregos em Minas Gerais porque a indústria do aço teria de ser competitiva? Agora, porque estão querendo nivelar por baixo, querem que demos um passo atrás, para que não sejamos tão competitivos! Ora, fomos além do que pediram. Estamos produzindo melhor, e por um preço menor. É por isso estão impondo-nos quotas para não exportarmos.



Isso faz-me lembrar também o Comandante Fidel Castro, figura não muito amiga dos Estados Unidos, que dizia: "Para trás, nem para tomar impulso". Mas é o que estão pedindo ao Brasil, que dê um passo para trás e nivele-se à indústria siderúrgica americana, atrasada, sem condições de competir, uma vez que não se modernizou para enfrentar o mercado globalizado.

E não é só isso. No ano que vem, precisaremos de um Presidente que possa discutir a questão da Área de Livre Comércio das Américas e saiba conduzir os destinos deste País. Precisaremos de um Governo forte, que não abaixe a cabeça, porque senão seremos massacrados, como já estamos sendo. Os Estados Unidos representam 70% do Produto Interno Bruto do hemisfério — do Alasca até à Patagônia — , enquanto o Brasil representa 7%. Essa assimetria do poder econômico chega a dar medo. Como vamos competir? E, na América Latina, a comparação das economias é assim: a economia do Uruguai, por exemplo, pode ser comparada à da cidade de Santo André, do nosso saudoso Prefeito Celso Daniel; a do Paraguai inteiro pode ser comparada às de Uberlândia e Uberaba juntas. Vejam os senhores, 70% de tudo que se faz neste hemisfério estão nas mãos dos Estados Unidos! Nas nossas mãos estão apenas 7%, nas da Argentina apenas 3% — nem sei se agora são 2%. O resto, somado, não chega a 10%!

E os subsídios que dão? Olhem como é curioso: querem impor quotas ao nosso aço, mas só em 2001 o Governo americano injetou 40 bilhões — com "b" — de dólares de subsídios na agricultura, tornando praticamente impossível negociar na agricultura com os Estados Unidos! É dessa forma que querem fazer uma Área de Livre Comércio?

Precisamos de um Governo forte, de liderança ativa. Itamar Franco enfrenta essas situações, seja como Presidente da República, seja como Governador de Minas Gerais. Somos testemunhas disso. Quando ele assumiu o Governo, encontrou o Estado quebrado, dilacerado, com uma dívida imediata de 4 bilhões de reais a pagar, e uma ainda maior, de 5 bilhões, que em 4 anos passou para 27 bilhões de reais. Como se consegue transformar uma dívida de 5 bilhões em 27 bilhões? E o Governador olhou esses números e disse: "Como vou pagar essas



contas? Preciso de 90 dias, no máximo". Imediatamente, o Presidente do Banco Central vai a Nova Iorque e diz: "Minas Gerais não vai pagar suas contas; não é um bom lugar de investimento". Ainda recentemente, conversei com o Presidente do Banco Central, que estudou nos Estados Unidos e conhece inglês tão bem quanto eu — modéstia à parte — , e sabe o que significa default: não vou pagar de jeito nenhum, esqueça o que devo. Agora, quando um Governador sério e competente diz que precisa de 90 dias para arrumar a casa e poder pagar, isso não é moratória.

Precisamos, sim, desse Presidente, que assume a responsabilidade de seu Estado e cumpre suas obrigações. Minas Gerais é hoje um dos poucos Estados da Federação que paga em dia todas suas dívidas com o Governo Federal, que, nos últimos meses, nem deixava o Estado receber, pois retinha o dinheiro. Tudo que se compra em Minas Gerais hoje, sob o Governo de Itamar Franco, paga-se à vista. Não se contrai mais um tostão de dívidas.

Itamar Franco é o homem que precisamos levar novamente à Presidência da República, pois está comprometido com a seriedade, a honestidade, a competência, a firmeza. O PMDB pediu a Itamar Franco que permaneça em seus quadros, pois precisa dessa liderança, desse homem preparado, qualificado, experiente, que já passou por todos os tipos de dificuldades como Presidente da República e que a cada dia mostra sua força, seu caráter, sua seriedade. O povo brasileiro quer votar na seriedade, na honestidade, na firmeza de caráter.

Esse é o homem que Minas Gerais tem a oferecer como candidato, mas hoje mesmo o PMDB planeja dizer que não sabe se deve ter candidato próprio e prefere esperar a convenção de junho. Ora, nós já decidimos: o PMDB quer, sim, ter candidato. Temos de assumir a nossa responsabilidade! O Brasil precisa de um homem capaz, competente e íntegro como Itamar Franco na Presidência da República.

Uma ala do PMDB prepara-se para hoje à tarde dizer "não". Mas podem mudar de idéia e dizer "sim", somando-se ao grupo que pretende cumprir a determinação da convenção de setembro passado, quando 98% dos convencionais disseram "sim, eu quero ter candidato próprio à Presidência da República". É simples: se não



quiserem Itamar Franco — e acho que deveriam querer — , que o candidato seja o Senador Pedro Simon, tão competente, tão capaz, tão probo.

Não entendo como o PMDB pode abrir mão de duas opções rigorosamente corretas, prontas, preparadas e experientes para assumir o Governo Federal.

Meus amigos, neste Dia Internacional da Mulher, deixo nosso abraço carinhoso a todas brasileiras, especialmente às do meu Estado, Minas Gerais, sempre prestigiadas pelo Governador Itamar Franco, que nomeou mulheres para ocupar dois dos mais importantes postos do Estado: Ângela Pace para a Secretária de Justiça e a Dra. Carmem Lúcia para a Procuradoria-Geral do Estado.

Sr. Presidente, encerro meu pronunciamento na esperança de que, na convenção desta tarde, o PMDB junte-se àqueles que defendem a candidatura do Governador Itamar Franco. O Brasil precisa dessa liderança para defender os interesses nacionais; caso contrário, com este regime globalizado em que vivemos, não teremos como evitar uma crise.

Precisamos de homens como Itamar Franco.

Era o que eu tinha a dizer.



Documento 33/51

028.4.51.O Sessão Ordinária - CD 08/03/2002-11:24

Publ.: DCD - 09/03/2002 - 7158 RITA CAMATA-PMDB -ES

CÂMARA DOS DEPUTADOS GRANDE EXPEDIENTE COMO LÍDER
DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher - 8 de março. Defesa do financiamento público das campanhas eleitorais.

A SRA. RITA CAMATA (PMDB-ES. Como Líder. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero nesta manhã dar ressonância às várias manifestações feitas no decorrer da semana em homenagem à mulher no dia que lhe é internacionalmente dedicado, 8 de março.

Saúdo neste momento todas as profissionais desta Casa, e estendo estes cumprimentos a todas as mulheres brasileiras, operárias, donas de casa, mães, trabalhadoras rurais, executivas, políticas, todas.

Que este não seja apenas mais um dia de celebração das nossas conquistas legais, embora valha ressaltar que a legislação brasileira é das mais avançadas, em termos de coibição da discriminação.

Desde o Brasil Colônia, a mulher sempre desempenhou papel extremamente importante, porém considerado secundário: era a responsável pela formação e pela educação dos filhos. Sabemos que esse processo é extremamente nobre e dignificante, mas deve ser compartilhado com o companheiro. A educação dos filhos e o exemplo de vida é atribuição tanto do homem como da mulher.



O século passado foi o século da mulher, e temos de celebrar isso. Mas esse fato não se deu por acaso. Foi uma conquista dura, difícil, em que a mulher se viu desafiada a ser não só a responsável pela formação dos filhos e pela administração doméstica — muitas vezes dispendo para isso de poucos recursos, providos pelo companheiro — , mas também a mantenedora do equilíbrio na família.

Se prevalecesse nos governantes o olhar feminino — feminino sem ser feminista, porque homens e mulheres têm de estar lado a lado — , teríamos uma sociedade mais justa e mais pacífica. Este País não estaria abrigando mais de 50 milhões de pessoas com uma renda incompatível com as suas necessidades básicas e mais de 30 milhões situados abaixo da linha de pobreza, sem dinheiro nem para comer. Sr. Presidente, não é preciso estar preso para conhecer a necessidade dos presidiários. Não é preciso ser negro para saber da discriminação que eles sofrem, nem é preciso ser pobre para imaginar as necessidades cotidianas de quem vive na miséria. O olhar feminino tem uma sensibilidade que o olhar do homem não alcança. Não os condeno por isso, mas a percepção não é a mesma. A mulher, até em razão da condição biológica, como aquela que dá à luz os filhos, tem mais capacidade de se doar.

No Brasil, de cada quatro famílias, uma é chefiada por mulheres. Eu pergunto: que facilidades tem a mulher na obtenção de crédito? Que políticas públicas de renda mínima ou de bolsa-escola privilegiam a mulher chefe de família em nosso País? Nenhuma. A política é isonômica, não faz distinção.

Temos de ressaltar as diferenças entre homens e mulheres e assegurar um tratamento condizente com essas diferenças. Precisamos de uma política de creches, para que a mulher possa ir trabalhar tranqüila, certa de que seu filho estará sendo bem cuidado. O Brasil tem um vergonhoso déficit de creches e pré-escolas, e todos os estudos demonstram que a primeira infância é a fase mais importante no desenvolvimento do cidadão.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parabênzo a mulher pela sua competência e abnegação, pela sua capacidade de se neutralizar e às vezes até de se anular pelo bem dos filhos e do marido. Hoje as mulheres estão em maior



número no ensino fundamental, no ensino médio e na universidade. Foram muitas as conquistas, mas a mulher ainda não tem, por exemplo, o mesmo salário que o homem, quando ambos exercem a mesma função. São ranços, heranças perversas de um passado, de uma realidade que temos de inverter.

Preocupa-me também a violência doméstica. Pesquisas demonstram que a cada quinze minutos uma mulher é violentada no âmbito familiar. Isso é um crime que se comete contra as mulheres do Brasil e do mundo. Precisamos definir políticas públicas que dêem visibilidade ao problema. No momento em que temos o diagnóstico, temos também o dever de buscar a solução. Para inverter esse quadro, temos de fazer com que os brutamontes que ainda acreditam que a mulher é um saco de pancadas paguem por seus atos e sejam responsabilizados pela violência que cometem contra suas companheiras e esposas.

Encerro meu pronunciamento cumprimentando novamente as mulheres. Do fundo do meu coração, desejo que elas, todos os dias, e não somente hoje — pois todos os dias são nossos — , sintam-se fortalecidas, enriquecidas, capazes de buscar mais respeito e dignidade e serem consideradas pessoas que decidem com competência.

Neste sentido, faço uma convocação: estamos em ano eleitoral; no Congresso Nacional, as mulheres representam apenas 6% do universo de Deputados e Senadores, enquanto representam mais de 50% da população e 48% do eleitorado brasileiro. As mulheres devem apresentar-se aos partidos políticos para disputar cargos das Assembléias Legislativas, da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

Eu sei que a grande dificuldade que enfrentam é a falta de cultura e de poder. Esta é outra observação que faço: as campanhas eleitorais têm custos cada vez mais elevados, e a mulher não tem acesso aos recursos, muito menos facilidade para angariá-los. Portanto, o apelo que faço aos partidos políticos é no sentido de que aprovelem os projetos em tramitação na Casa que tratam do financiamento público de campanhas. Sem dúvida alguma esse será um instrumento



extremamente importante para assegurar à mulher participação no processo eleitoral.

Que as idéias, os compromissos e o olhar da mulher prevaleçam quando da escolha do eleitor no próximo pleito eleitoral.

Repito: os partidos políticos deveriam analisar com carinho e prioridade, na agenda política brasileira, o financiamento público da campanha para a disputa eleitoral. É preciso que no processo haja o mínimo de igualdade, já que o espaço é tradicionalmente masculino. A justa distribuição dos recursos destinados à campanha é um dos passos importantes para a efetiva participação da mulher.

Tenho orgulho de ser mulher. Quero que este País respeite a mulher, dando-lhe oportunidade não por benevolência, mas por sua competência, sua capacidade, sua garra, sua determinação, sua força. É preciso que isso faça diferença em nossa sociedade.

Muito obrigada, Sr. Presidente.



Documento 34/51

028.4.51.O Sessão Ordinária - CD 08/03/2002-10:28

Publ.: DCD - 09/03/2002 - 7150 GERALDO MAGELA-PT -DF

CÂMARA DOS DEPUTADOS GRANDE EXPEDIENTE GRANDE EXPEDIENTE
DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher - 8 de março. Anúncio de decisão em breve do Supremo Tribunal Federal sobre ação direta de inconstitucionalidade, ajuizada por associação de bancos, contra medidas de proteção aos usuários preconizadas no Código de Defesa do Consumidor.

O SR. GERALDO MAGELA (PT-DF. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, aproveito esta oportunidade para fazer uma homenagem especial às mulheres.

Hoje se comemora o Dia Internacional da Mulher. Na verdade, esta comemoração deve-se à luta que as mulheres empreenderam no mundo inteiro pela conquista dos seus direitos. Mas temos de transformar todos os dias em momentos de luta contra a discriminação e o preconceito, pela igualdade dos direitos e das oportunidades. Sem dúvida, temos de transformar o 8 de Março em dia de protesto contra o que ainda há de preconceito e discriminação contra a mulher, principalmente a mulher trabalhadora.

Portanto, minhas primeiras palavras são de saudação às mulheres lutadoras, guerreiras, que buscam dia a dia a superação das barreiras e dificuldades, a conquista de um mundo melhor.



Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, gostaria também de abordar outro assunto que considero da maior importância. O Supremo Tribunal Federal deverá decidir, nos próximos dias, sobre ação direta de inconstitucionalidade impetrada por associação de bancos brasileiros, se não me engano, ou seja, pelos banqueiros, questionando o Código de Defesa do Consumidor no que se refere aos direitos dos usuários do sistema bancário.

O Instituto de Direito do Consumidor e de Estudos Sociais Avançados — IDC tem lutado em defesa dos usuários dos serviços bancários como consumidores. À frente dessa luta está o procurador Guilherme Fernandes Neto, membro do Ministério Público do Distrito Federal, a quem saúdo efusivamente. Tem S.Exa. defendido a tese de que usuários de serviços bancários, clientes de bancos, são consumidores, estando, portanto, protegidos pelo Código de Defesa do Consumidor. Os banqueiros interpretam de forma diversa. Alegam que esses usuários devem obedecer às normas do Banco Central.

Ora, são coisas distintas. Cobrança de serviços bancários, taxas de juros e movimentação das contas são normatizadas, sim, pelo Banco Central, e assim deve ser. Os serviços bancários são, portanto, normatizados pelo Banco Central, e os direitos dos usuários desses serviços têm de estar protegidos pelo Código de Defesa do Consumidor. Esperamos que o Supremo Tribunal Federal também entenda dessa forma. Afinal, retirar da proteção do Código de Defesa do Consumidor os usuários de bancos é proteger ainda mais os banqueiros, é querer dar a eles salvaguarda ilegítima e ilegal.

Por isso estamos propondo ao nosso partido que também impetre ação direta de inconstitucionalidade no Supremo Tribunal Federal, afirmando o entendimento de que usuários de serviços bancários devem ser protegidos pelo Código de Defesa do Consumidor, cuja aprovação configurou grande conquista do consumidor brasileiro.

A partir daí, o cidadão ficou ciente dos seus direitos de consumidor, alguém que compra, paga e, portanto, tem direitos sobre o negócio realizado, desde a compra de um simples eletrodoméstico, uma roupa até um automóvel. Surgiu uma nova consciência nacional, a de que é possível defender os interesses daqueles que,



com o suor do seu trabalho, compram, pagam e, como consumidores, têm seus direitos.

O Código de Defesa do Consumidor tem sido elogiado porque possibilitou o aprimoramento das relações entre vendedor e comprador, entre empresário e consumidor, permitindo a responsabilização de comerciantes desonestos. Por outro lado, empresários sérios querem que, de fato, o Código de Defesa do Consumidor seja respeitado.

Podemos perceber avanços nessas relações, mas, infelizmente, elas não alcançam os banqueiros. E o que é pior, Sr. Presidente, eles, os banqueiros, compõem uma das classes mais privilegiadas deste País, protegida pelo Governo, pelo Judiciário e pela legislação, graças à influência econômica e política exercida pelo segmento. Agora, entretanto, essa categoria toma iniciativa que reputamos da maior gravidade: quer impedir aos usuários de bancos acesso ao Código de Defesa do Consumidor.

Saúdo, com muito orgulho, aqueles que lutam em defesa do Código e dos usuários de serviços bancários, aqueles que esperam do Supremo Tribunal Federal decisão clara e soberana, reafirmando que eles estão protegidos pelo Código de Defesa do Consumidor.

Espero que não só o Partido dos Trabalhadores, como também outros partidos — e apelo para seus Líderes nesse sentido — impetrem ações no Supremo Tribunal Federal para que se possa declarar constitucional e legal a proteção do Código de Defesa do Consumidor a usuários de serviços bancários. A partir daí e a qualquer momento, esses consumidores terão direito de recorrer à Justiça, ou seja, quando os bancos usurparem suas funções, extrapolarem suas competências e agredirem o direito do consumidor.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, anuncio a disposição do Partido dos Trabalhadores de estar ao lado dos consumidores no Supremo Tribunal Federal e de continuar defendendo, nesta Casa e em outros foros, o Código de Defesa do Consumidor. Espero que assim também procedam os outros partidos.

Muito obrigado.



Documento 35/51

028.4.51.O Sessão Ordinária - CD 08/03/2002-10:38

Publ.: DCD - 09/03/2002 - 7151 CARLOS BATATA-PSDB -PE

CÂMARA DOS DEPUTADOS GRANDE EXPEDIENTE GRANDE EXPEDIENTE
DISCURSO

Sumário

Contestação ao pronunciamento do Deputado Severino Cavalcanti sobre a instalação da empresa Chemone no Município de Goiana, Estado de Pernambuco.
Transcurso do Dia Internacional da Mulher - 8 de março.

O SR. CARLOS BATATA (PSDB-PE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, costumo vir a esta tribuna para debater temas nacionais, como a reforma tributária, a reforma política, tão urgente para o País, e a reforma do Poder Judiciário, necessária para que possamos implantar no Brasil uma correta e digna Justiça. Entretanto, o nobre colega Deputado Severino Cavalcanti, 1º Secretário desta Casa, quis polemizar em torno de um assunto que eu imaginava que devesse ficar restrito ao meu Estado, Pernambuco. Em face disso, cabe a nós nordestinos esclarecermos os fatos, pois a sociedade pernambucana precisa saber de que lado está cada Parlamentar no exercício de seu mandato, na defesa de Pernambuco, sobretudo do povo do agreste, do sertão e da Mata Norte. O discurso proferido pelo nobre Deputado Severino Cavalcanti, referente à empresa Chemone, traz uma série de informações infundadas, insinuações levianas e — por que não dizer? — mentirosas. Contra fatos não há subterfúgios. Ou o Deputado faltou com a verdade, ou repetiu uma grande quantidade de



mentiras sobre a empresa, o que é profundamente lamentável, em qualquer situação.

Os fatos são os seguintes: a empresa Chemone é uma indústria química, na verdade um laboratório técnico legalmente habilitado para produzir, atualmente, desinfetantes domissanitários, e, num futuro breve, produtos veterinários e defensivos agrícolas. É, porém, apenas um laboratório formulador; isto é, não sintetiza princípios ativos. Trabalha, portanto, com substâncias ativas produzidas por empresas fornecedoras desses produtos que já tenham monografias autorizadas e publicadas pelo Ministério da Saúde.

A empresa está habilitada legal e tecnicamente para desenvolver as seguintes atividades: fabricar, embalar, reembalar, fracionar, armazenar, distribuir, importar e exportar produtos domissanitários, conforme autorização do Ministério da Saúde nº 3.02.398-4, publicada no Diário Oficial em 27 de outubro de 2000. Essas informações são, portanto, do conhecimento de todos.

Eis a primeira prova de que se faltou com a verdade em pronunciamento nesta Casa.

Não há laudos técnicos decorrentes de estudos de impacto ambiental produzidos pela UFPE e pela Fundação Oswaldo Cruz, instituições sérias, corretas e decentes, até porque as instituições competentes para produzir esses tipos de laudos no Estado de Pernambuco são a CPRH, Companhia Pernambucana de Controle e Poluição e de Administração dos Recursos Hídricos, o IBAMA, a Unidade de Vigilância Regional do Ministério da Saúde e a Secretaria de Meio Ambiente da Prefeitura Municipal de Goiana. O que o Deputado Severino Cavalcanti chama de laudo é, na realidade, um relatório sensacionalista, de nível técnico questionável, desatualizado e elaborado sob encomenda, assinado por dois técnicos, sendo que nenhum deles sequer inspecionou a área.

O processo de licenciamento da Chemone teve início, junto à Prefeitura Municipal de Goiana, em documento datado de 9 de agosto de 1999; com essa autorização da Prefeitura, que não fez qualquer restrição aos objetivos industriais da empresa, foi elaborado um pedido de estudo junto à CPRH para avaliar a viabilidade ambiental das instalações da empresa naquele local, e a ele foi anexada a licença



expedida pela Prefeitura Municipal de Goiana. Para conceder as licenças ambientais e de instalação a CPRH fez uma série de exigências, e todas foram cumpridas, entre elas a realização de uma audiência pública com toda a sociedade de Goiana e os órgãos a ela ligados, para que efetivamente se provasse àquele povo que a indústria poderia ser instalada sem causar impacto ambiental ou dano à população.

Em 13 de julho de 2000, portanto, quase um ano depois, a CPRH forneceu à referida empresa a Licença de Operação de nº 1.313/00, e em 16 de agosto de 2000 a Prefeitura Municipal de Goiana expediu o alvará de licença, tendo ratificado esse mesmo alvará em 18 de dezembro de 2001.

Essa é a segunda prova, portanto, de que faltaram com a verdade em pronunciamento nesta Casa ao afirmarem que a empresa foi construída clandestinamente e escondeu seus objetivos industriais.

Não é verdade também, como afirmou em discurso o nobre colega, que o Governador de Pernambuco Jarbas Vasconcelos, tão logo tomou conhecimento da instalação da empresa, decidiu publicar no Diário Oficial de Pernambuco que os núcleos urbanos de Tejucoapapo e Goiana se tornariam Áreas de Proteção Ambiental. A área não é nem foi declarada de proteção ambiental; o que existe objetivamente é o Zoneamento Ecológico Costeiro (ZEEC) do litoral norte de Pernambuco, cujo objetivo é promover o desenvolvimento sustentável dessa parcela do território, que envolve os seguintes Municípios: Goiana, Itaquitanga, Itamaracá, Itapissuma, Igarassu, Arraioiaba, Abreu e Lima e Paulista.

Com base na implementação de programas de desenvolvimento econômico e social centrados em atividades que protejam e conservem os ecossistemas naturais essenciais à biodiversidade, especialmente os recursos hídricos, visando à melhora da qualidade de vida da população daquela área, os órgãos competentes entenderam que as atividades da empresa Chemone, por não produzirem nenhum tipo de poluição significativa nem gerarem qualquer tipo de efluente, sólido, líquido ou gasoso, enquadram-se perfeitamente no perfil da política ambiental implementada para essa área.

Eis, portanto, a terceira prova de que faltaram com a verdade nesta tribuna.



Os órgãos competentes, no caso a CPRH e o IBAMA, após a análise do projeto da Chemone, entenderam que as operações dessa empresa, uma vez que não gerariam efluentes de qualquer natureza, não provocariam impactos ambientais que justificassem a exigência da EIA/RIMA, instrumento que tem como pressuposto constitucional controlar qualquer tipo de ameaça de significativa degradação do meio ambiente, conforme reza a Constituição Federal no seu art. 225, § 1º, inciso IV. A exigência de EIA-RIMA só é feita quando houver evidências de que as atividades empresariais podem provocar alterações das características naturais da área onde a empresa será instalada, o que não é o caso da referida indústria.

O Deputado afirma em seu discurso que o local onde a empresa foi instalada é impróprio porque está sobre a área de recarga do Aquífero Beberibe, o que também não é verdade. Conforme estudo realizado pela CPRH, a reserva de água do Beberibe tem início a 30 quilômetros do local onde foi construída a referida indústria, no Município de Itapissuma.

Durante os poucos dias em que funcionou, a empresa produziu alguns produtos devidamente registrados no Ministério da Saúde. Um deles é o Ratol, um raticida domissanitário com uso permitido para aplicação por empresa desinsetizadora nas proximidades das residências. O produto contém, como não poderia deixar de ser, todas as advertências obrigatórias, de acordo com a legislação pertinente, como ocorre com a indústria do cigarro, que é obrigada a colocar no rótulo do produto a advertência de que ele causa mal ao ser humano.

É claro que todo produto deverá exibir alertas na sua rotulagem, como os transgênicos, cujo projeto votaremos na próxima semana. Isso está na lei que, acredito, o nobre colega conhece profundamente.

Comenta-se também que, após a publicação da medida cautelar que suspendeu a atividade da fábrica, a empresa tem desrespeitado a Justiça e trabalhado na calada da noite. Ora, qualquer indústria que funcionar sem licença terá de pagar, no caso em questão, 200 pisos salariais. É claro que os proprietários da indústria não seriam insanos de permitir o funcionamento sem a devida autorização. Nisso mais uma vez faltou-se com a verdade em discurso proferido neste plenário.



Afirmo que o discurso do nobre Deputado é leviano porque, além de todas as mentiras aqui citadas, o colega faz referências ao poder econômico. Ora, o poder econômico está justamente do lado de alguns granjeiros, que moram na Capital, onde têm empreendimentos, e vão àquele pequeno Município apenas para lazer. Enquanto o povo de Goiana, a população mais pobre, os que efetivamente moram na cidade querem a instalação da citada fábrica, aqueles quatro ou cinco riquinhos da Capital pernambucana querem, por força do poder econômico, influenciar, interferir, impedir o funcionamento da referida indústria.

A Indústria Chemone é uma pequena empresa de capital social de 50 mil reais. Se juntar todo o seu patrimônio, talvez ele não chegue a 300 mil reais, valor de um dos apartamentos desse granjeiro que mora na Capital e vem ao Município apenas para lazer.

O colega esquece que, quando da instalação da indústria, pessoas humildes e até de nível superior foram procurar emprego lá. É assim que se defende o nosso Estado? É assim que se defende a pequena e a microempresa?

Várias vezes já usei a tribuna para defender a pequena empresa. Sr. Presidente, o granjeiro que detém o poder econômico na região é o Presidente do SEBRAE. Ora, é uma incoerência presidir o SEBRAE, uma entidade que prega o crescimento da pequena empresa, da pequena indústria, e achar que, porque uma pequena empresa vai ser instalada, vai perder o lazer de que desfruta na sua piscina, na sua churrasqueira! Então, por isso a cidade e o Estado vão ficar impedidos de crescer?

A Indústria Chemone tem licença da CPRH, do Corpo de Bombeiros, do IBAMA, da Vigilância Sanitária e da Prefeitura Municipal. Ora, Sr. Presidente, o atual Prefeito da cidade é Promotor e ambientalista.

No ano passado, este Deputado que ocupa a tribuna, juntamente com o Ministro Pratini de Moraes, regulamentou a questão dos alimentos orgânicos. Ninguém mais do que nós defende o ambiente, defende alimentos que tenham qualidade e que possam ser consumidos pela sociedade. Nunca chegamos a dizer que há convivência do poder econômico, até porque o poder econômico está do outro lado, e não do lado da pequena empresa.



Nesta Casa, fomos desafiados para um debate, mas um debate que vai acontecer no momento do aparte, um debate de dois, quatro minutos. Comecei o meu discurso dizendo que este fórum não é o ideal, que o nobre colega cometeu um erro, pois o fórum ideal é Pernambuco, em uma audiência pública em que possamos debater efetivamente com os órgãos competentes, com os granjeiros, com a sociedade, com os órgãos técnicos, enfim, com a população organizada. Mas medo é uma palavra que não reza em meu catecismo. Aprendi a lição como nordestino. Aceito o desafio feito pelo nobre colega 1º Secretário para debater onde queira. Creio que este plenário, com a presença da TV Câmara, não é o fórum competente, mas, se assim entende o 1º Secretário, estou à disposição para podermos mostrar quem está com a verdade.

Na minha vida pública, fui Prefeito, Deputado Estadual e Deputado Federal. Sou um homem que pauta a vida trabalhando nas organizações sociais de base. Sou daqueles que efetivamente defendem a verdade e a sociedade, e não daqueles que vivem de factóides, de mídia, nem que seja por um minuto, ou que são contra por serem contra, só para gerar o contraponto da adversidade, da incorreção.

Neste momento, presto minha homenagem à mulher no dia que lhe é internacionalmente dedicado — sobretudo à mulher nordestina, apontada como a líder da família, aquela que, quando seu homem sai para a roça, fica em casa perguntando-se: "Será que vai chover? Será que tem semente?"; que, quando seu companheiro, vigilante ou taxista, sai para trabalhar, fica a se perguntar: "Será que ele volta para casa?"

Falo daquela mulher que se preocupa efetivamente com a sociedade e que tem ocupado seu espaço, como a Deputada Cristina Tavares Correia, de Pernambuco, que foi Parlamentar nesta Casa e simboliza no meu Estado a mulher guerreira. Presto, enfim, esta homenagem às mulheres do meu País, sobretudo às mulheres nordestinas, pela sua bravura.

Para encerrar, quero fazer uma referência aos pólos de desenvolvimento de responsabilidade do BNB, em nosso Estado, e aos agentes de desenvolvimento, que vão a cada local ouvir a comunidade para tentar efetivamente diminuir o nível de pobreza.



Com certeza, amanhã, na cidade de Pesqueira, a convite do nobre Vereador Altemir, liderança incontestada na região, haveremos de levar à população algo que às vezes é difícil obter: um pequeno crédito, de mil ou dois mil reais, para que se possa plantar milho, feijão, mandioca.

Sr. Presidente, jamais pensei em ser Deputado Federal e vir a esta tribuna para falar de questões locais. Infelizmente, muitas pessoas saem de um local, mas levam em suas cabeças o que há de mais conservador e ultrapassado. Diante do que foi aqui mencionado e do desafio feito, peço desculpas por ocupar a tribuna para tratar de uma questão local, mas, como homem público, sou obrigado a defender o que é correto e decente.

Era o que tinha a dizer.



Documento 36/51

028.4.51.O Sessão Ordinária - CD 08/03/2002-09:32

Publ.: DCD - 09/03/2002 - 7142 ASDRUBAL BENTES-PMDB -PA

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PEQUENO
EXPEDIENTE

DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher - 8 de março.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB-PA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nesta manhã de final de semana, numa sexta-feira de Casa vazia, poderia vir a esta tribuna para tratar de assuntos relevantes do nosso País, como segurança pública, um clamor nacional; poderia abordar a crise política que o País atravessa em virtude do rompimento do PFL, agremiação que, durante oito anos, fez parte da base aliada, e hoje dela desembarca; poderia tratar de problemas internacionais gravíssimos, como a guerra entre Israel e os palestinos; poderia, enfim, tratar de uma série de problemas, inclusive da minha região amazônica e do meu Estado, o Pará.

Mas hoje vou lembrar Camões: "Cesse tudo o que a antiga musa canta, que um poder mais alto se alevanta". Hoje se comemora o Dia Internacional da Mulher, e nós não poderíamos, em hipótese alguma, deixar de vir a esta tribuna para prestar nossa humilde, mas sincera homenagem àquela que é responsável pelo ser humano, a mulher, que guarda um ser no seu ventre durante nove meses, que o acaricia, ainda que internamente, e depois o acalenta; a mulher mãe, que sabe dar



carinho e amor, que sabe reprimir, mas, sobretudo, preparar o ser humano para a vida.

Quero homenagear a mulher operária, que, com o suor do rosto, ajuda o companheiro a manter a família. Rendo minha homenagem à mulher companheira, esposa, aquela que divide no lar os anseios, os sofrimentos, as alegrias e que, muitas vezes, colhe as migalhas para dar alimento a seus filhos, freqüentemente realizando a multiplicação dos pães.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, homenageio a mulher brasileira, a mulher intemorata, que está conquistando, dia a dia, seu espaço no cenário nacional.

Quero, principalmente, prestar uma homenagem que não se traduza apenas em palavras — que até o vento pode levar, embora sejam proferidas do coração e da profundidade da minha alma — , mas em fatos concretos, em atos, no dia-a-dia de nossas vidas.

Que haja mais respeito à mulher, que ela não seja violentada dentro da sua própria casa pelo seu companheiro, que, muitas vezes, não sabe dar-lhe valor. Que a mulher não seja violentada com atitudes arbitrárias de autoridades policiais. É hora de darmos um basta a esta violência contra a mulher, seja a mulher do campo, seja a mulher da cidade. É preciso que a tratemos com respeito, com amor, com carinho, e reconheçamos seu valor intelectual — ela está conquistando os grandes espaços na vida nacional. E que, sobretudo, saibamos que, sem a mulher, nada seríamos, nada somos e nada seremos.

Portanto, Sr. Presidente, meu respeito, carinho e amor, na pessoa da minha mãe, que já se foi, e da minha mulher e companheira, a todas as mulheres deste meu País.

Era o que tinha a dizer.



Documento 37/51

028.4.51.O Sessão Ordinária - CD 08/03/2002-09:36

Publ.: DCD - 16/03/2002 - 8479 FEU ROSA-PSDB -ES

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE COMO LÍDER
DISCURSO

Sumário

Necessidade de mobilização social contra a escalada da violência. Mortalidade e desnutrição infantil no País. Transcurso do Dia Internacional da Mulher - 8 de março.

O SR. FEU ROSA (PSDB-ES. Como Líder.) Sr. Presidente, antes de mais nada, quero solidarizar-me totalmente com o pronunciamento de V.Exa., principalmente quanto à lembrança dos nossos entes mais queridos já na eternidade — no meu caso, a minha mãe — e de todas as mulheres com as quais, desde o nosso nascimento, relacionamo-nos familiarmente.

Sabemos da luta do sexo feminino para se firmar. Não existe compreensão cultural da maioria da sociedade de colocar a mulher na posição que merece.

Nobre Deputado Asdrubal Bentes, solidarizo-me com V.Exa. com afeição, muito amor e carinho.

Sr. Presidente, desde que assumi meu primeiro mandato de Deputado Federal, tenho concentrado 70% de toda a minha atividade parlamentar em três temas: desnutrição infantil, combate à violência e participação da mulher na sociedade. Não existe, repito, a mínima possibilidade de desenvolvimento sustentado sem controle e limites. A violência tem de estar controlada em limites, algo em torno de



20 a 25 mortes por 100 mil habitantes, quantitativo aceito pelos órgãos da Organização das Nações Unidas. Se a violência não estiver sob controle — violência no trânsito, urbana, contra a mulher, contra a criança, assassinatos, etc. —, será impossível a estabilidade social que visa ao adequado desenvolvimento sustentado. Não é possível, não existe precedente mundial desde a instituição do Código de Hamurabi, quando se iniciou o levantamento desses dados.

Toda a Nação deve estar mobilizada para o combate à violência. A violência, sob patamares civilizados, é o início do processo de estabilidade social que vai criar condições para o investimento. Pequenos, médios, grandes empresários nacionais e internacionais só se sentirão estimulados a investir no Brasil quando não tiverem mais medo de seqüestro nem de violência contra a família, quando não precisarem manter guardas vigiando seus lares. Só para citar um dado: 50% de todos os crimes cometidos no Brasil vitimam pequenos e microempresários. A situação é desestimulante para novos investimentos.

Outro problema a que tenho me dedicado muito, Sr. Presidente, é a desnutrição infantil. Não há país desenvolvido que não tenha, ao menos, reduzido a índices civilizados a desnutrição e a mortalidade infantis.

Winston Churchill já dizia que não há melhor investimento do que colocar leite na boca das criancinhas, e é bom que acreditem que um país que não tem competência e organização para acabar com a desnutrição infantil não terá capacidade para mais nada.

É verdade que conseguimos diminuição razoável nos índices de mortalidade e de desnutrição infantis, mas é inaceitável que até hoje tenhamos mais de 50 milhões de brasileiros miseráveis. Se o pequenino que nasce hoje passa fome, que será dos adolescentes, dos adultos, dos idosos?

Last but not least, a participação da mulher na sociedade é o assunto do meu discurso de hoje.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, comemoramos hoje o Dia Internacional da Mulher. É sempre ocasião para debatermos o que o mundo e o nosso País vêm conseguindo em relação à condição da mulher na sociedade. É interessante notar que nos países menos desenvolvidos, apesar da crescente conscientização de



governantes sobre a necessidade de eliminar as desigualdades de gênero, os progressos nesse campo ainda caminham a passos vagarosíssimos, quando, pior, não ocorre o retrocesso.

No entanto, é uma luta que não se pode abandonar: mulheres e homens juntos, principalmente nos Parlamentos nacionais, devem ressoar os anseios do povo que representam. Nossa tarefa, portanto, é de extrema responsabilidade, não apenas para com as mulheres, mas para com todo o País, pois, afinal, aprimorar a situação da mulher entre nós não é um favor, uma concessão que a sociedade machista faz à parte dita mais fraca, mas apenas obrigação moral e ética de qualquer país que se queira desenvolvido.

Sr. Presidente, desde a época em que eu era Deputado Estadual, entre 1983 e 1987, envolvo-me com essa questão de gênero. O projeto que instituiu o Dia Estadual da Mulher no Espírito Santo, 8 de março, sancionado pelo Governador Gerson Camata, é de minha autoria.

Não existe sequer um país desenvolvido, de Primeiro Mundo, em que a participação da mulher não seja efetiva. Sua participação na sociedade brasileira é condição para o desenvolvimento econômico e social consistente que almejamos. A tendência, atualmente, é valorizar os aspectos sociais e não apenas os indicadores econômicos e financeiros ao se aquilatar o desenvolvimento de um país. É o chamado Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), adotado pela ONU na divulgação do ranking de países segundo o seu desenvolvimento. Sempre afirmei desta tribuna que não é possível um país se desenvolver sem a participação efetiva das mulheres em todas as atividades humanas, econômicas, sociais e, principalmente, políticas.

Citemos como exemplo universo de personalidades admiráveis, exemplares, representado por mulheres pioneiras, desbravadoras, valentes e empreendedoras, egressas dos mais diversos estratos sociais, econômicos, raciais e culturais, que viveram em épocas e locais diversos, síntese, enfim, da nacionalidade, pela ótica das realizações em favor do próximo: Irmã Dulce, Madre Teresa de Calcutá, Indira Gandhi, Anita Garibaldi e outras tantas de igual peso, a meu ver, arrolam-se entre elas. São nomes que dizem muito do sentimento, da índole, da verve de nossa



civilização e merecem ser conhecidos pelas gerações mais novas, assim como mais conhecidos por nós e reconhecidos por todos.

Nos países ditos de Primeiro Mundo, as desigualdades entre mulheres e homens são bem menores — quando não inexistentes — do que nos países em desenvolvimento. Por sinal, entre estes pode-se notar a relação direta entre progresso econômico e progresso das mulheres, ou seja, o bem-estar das mulheres, a maior participação delas na vida de um país leva necessariamente ao progresso no campo econômico.

Daí a importância de iniciativas, em qualquer nível, no sentido de promover a posição da mulher. Neste Legislativo detemos um poder inigualável para tanto. Tenho lutado para mudar esse quadro, contribuindo para isso com a apresentação de algumas propostas, tais como a Proposta de Emenda à Constituição nº 509, de 1997, que torna obrigatória a nomeação de mulheres para cargos de Ministro de Estado e seus correspondentes nos Estados, no Distrito Federal e Territórios, em percentual não inferior a 20% do quantitativo de cargos; e a Proposta de Emenda à Constituição nº 510, de 1997, que acrescenta parágrafo ao art. 92 da Constituição Federal, determinando que, no mínimo, um quinto dos lugares dos Tribunais Superiores seja provido por mulheres, para que se garanta participação feminina maior nessas Cortes.

Gostaria de referendar esta homenagem de forma especial à bancada feminina do Congresso Nacional, que de há muito vem imprimindo esforços, paralelamente aos trabalhos nesta Casa, para comemorar em grande estilo o Dia Internacional da Mulher, festejado em sessão solene realizada no dia 6 passado, presidida pela nobre Deputada Nair Xavier Lobo e pela Senadora Emília Fernandes.

Parablenzo todas as mulheres do Brasil, principalmente as de minha terra, as capixabas, pela passagem do dia 8 de março, dia de luta e de valorização destas que sempre estiveram ao nosso lado, embelezando a vida e tornando este mundo mais sensível — sem elas não haveria possibilidade de existir vida — , mais delicado e melhor. Não é possível nos desenvolvermos e atingirmos o patamar de País de Primeiro Mundo sem a efetiva participação das mulheres brasileiras em todos os ramos da atividade social.



Sr. Presidente, vou abordar ainda outro assunto. Não foram poucas as vezes em que V.Exas. me ouviram, desta tribuna, denunciar a grave injustiça cometida contra o meu Estado, Espírito Santo, na demarcação oceânica dos dois maiores campos petrolíferos nacionais: Roncador e Frade.

Demonstrei em diversas oportunidades que as áreas de Roncador e de Frade, efetivamente localizadas no Espírito Santo, são muito maiores do que as consideradas hoje capixabas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística — IBGE, pela Agência Nacional de Petróleo e pela PETROBRAS para efeito de repasse de royalties ao Estado.

Agora, felizmente, a injustiça começa a ser reparada. Estudo realizado pelo IBGE para a demarcação da linha divisória entre o Espírito Santo e o Rio de Janeiro aumentou a participação capixaba de 8,22% para 13,37% no Campo de Roncador, na bacia fluminense, ampliação que representará aumento de até 62% no repasse de royalties para o nosso Estado.

A plena justiça não foi, porém, estabelecida, uma vez que a Agência Nacional de Petróleo ainda considera Frade totalmente localizado em território fluminense, segundo recomendação feita pelo IBGE, com a adoção de critérios muito diferentes aos utilizados no restante do País.

É um absurdo, Sr. Presidente, nobres colegas, que isto aconteça no Brasil: a manipulação de dados pelo Poder Público para privilegiar um Estado da Federação em detrimento de outro. Está na hora de darmos um basta nessa situação, com o estabelecimento de critérios claros e inequívocos para a demarcação das divisas entre Estados e Municípios costeiros.

Foi com este objetivo que apresentei dois projetos de lei. O primeiro visa regulamentar a demarcação de divisas e o segundo fixa critérios para a compensação financeira pela exploração dos recursos naturais no mar territorial, em plataformas continentais ou em zonas econômicas exclusivas também para Estados e Municípios limítrofes.

Essa é antiga bandeira nossa, e não descansaremos enquanto o Espírito Santo estiver deixando de receber qualquer parcela dos royalties que lhe pertencem.



Faço votos de que essa primeira vitória sirva de estímulo e de inspiração a todo o povo capixaba, que, neste episódio, demonstrou ter admirável capacidade de articulação e, sobretudo, de luta, com muita garra e determinação, por seus legítimos direitos. Da minha parte, posso assegurar que continuarei trabalhando diuturnamente para que nosso Estado receba tudo o que lhe é devido.

Era o que eu tinha a dizer.

Obrigado.



Documento 38/51

028.4.51.O Sessão Ordinária - CD 08/03/2002-09:48

Publ.: DCD - 09/03/2002 - 7143 ROLAND LAVIGNE-PMDB -BA

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PEQUENO
EXPEDIENTE

DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher - 8 de março.

O SR. ROLAND LAVIGNE (PMDB-BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu não poderia, nesta data, deixar de vir à tribuna para homenagear o símbolo mater da Nação brasileira: a mulher, aquela que recebeu, por generosidade de Deus, na sua plenitude, o poder de dar-nos à luz.

Nós que defendemos o povo brasileiro temos de enaltecer o papel relevante que as mulheres brasileiras vêm desempenhando na sociedade nos últimos anos. A mulher, não por beneficência da lei, mas por seus méritos pessoais, tem conquistado na sociedade, nos setores público e privado, o espaço digno da sua competência, da sua dedicação e da sua lealdade.

Mas, Sr. Presidente, por mais elogiosos que sejam os discursos em homenagem à mulher nesta e na outra Casa do Congresso Nacional, não conseguimos dar à mulher o maior presente que ela merece: o fim da prostituição, de uma vez por todas. Ainda há mulheres que se prostituem por não terem oportunidade de encontrar emprego para garantir o sustento de sua família. E pior: ainda há mulheres que são espancadas em seus lares, e infelizmente nossas leis ainda não



punem exemplarmente os maridos e companheiros que praticam esse tipo de delito. A mulher, enfim, ainda é discriminada.

Nós, aqui no Congresso Nacional, temos de implantar leis que possibilitem à mulher ocupar sem tanto sacrifício seu espaço na sociedade, e na correta proporção, ou seja, 50%. Isso ainda não acontece. Se hoje as mulheres têm maior acesso à universidade é apenas graças à sua própria capacidade. O Congresso Nacional ainda precisa aprovar leis que consagrem o empenho da mulher brasileira, que se fortalece a cada dia.

Sr. Presidente, nesta data, em meu nome e em nome de todo o povo baiano, saúdo as mulheres brasileiras, as mulheres baianas, as nossas mulheres, minha mãe, minha esposa, minha filha, enfim, todas as amigas que contribuíram para que eu pudesse representá-las na Câmara dos Deputados.

Deixo meu abraço afetuoso a todas as mulheres brasileiras. Que elas continuem seu trabalho com o intuito de melhorar as condições sociais do nosso Brasil.



Documento 39/51

028.4.51.O Sessão Ordinária - CD 08/03/2002-11:22

Publ.: DCD - 09/03/2002 - 7157 EDINHO BEZ-PMDB -SC

CÂMARA DOS DEPUTADOS GRANDE EXPEDIENTE PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher - 8 março.

O SR. EDINHO BEZ (PMDB-SC. Pela ordem. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, meus colegas Parlamentares, em 8 de março de 1857, 129 operárias de uma fábrica têxtil de Nova York paralisaram o trabalho reivindicando salário igual ao dos homens, que exerciam as mesmas funções, e redução da jornada de trabalho, que, na época, chegava a 16 horas diárias.

Os patrões trancaram e incendiaram a fábrica, provocando a morte de todas as grevistas.

Em homenagem a elas, o I Congresso Internacional de Mulheres, realizado em 1910, na Dinamarca, instituiu o Dia Internacional da Mulher.

Ora, se existe um dia do ano específico para as mulheres, pode-se imaginar que todos os outros sejam "dias internacionais dos homens". Afinal, as mulheres são apelidadas de "belo sexo", "sexo frágil" ou "segundo sexo", apelidos que revelam sua condição de objeto fraco e secundário.

No entanto, Sras. e Srs. Deputados, é importante lembrar que a sociedade não é feita só pelos homens; a educação dada pela mãe, pelas irmãs e outras mulheres



aos meninos e meninas também é disseminadora do machismo, ou seja, da discriminação sexual.

As feministas trataram de combater o machismo com a mesma moeda, mas a "guerra dos sexos" por elas travada, ao ver os homens como inimigos, deixou de reparar no essencial: que o machismo é também negativo para os homens, da mesma forma que o racismo é prejudicial ao racista.

Ora, da mesma forma que o racista se priva do companheirismo de uma grande parte da humanidade que ele considera inferior, o machista priva-se da inteligência da mulher e até mesmo da amizade feminina. O machista típico não tem amigas; passa suas horas de folga rodeado de homens, tomando cerveja e falando de sua carência básica: a mulher. De certa forma, o machismo masculino, ao considerar as mulheres inferiores em inteligência, vontade ou autonomia, é uma espécie de homossexualismo.

Antes que os machistas se irriem, convém lembrar: da mesma forma que o machismo não é um problema exclusivamente feminino, não é, também, um problema só dos homens, mas da sociedade como um todo, que ainda tem muito a caminhar para oferecer oportunidades iguais aos dois sexos. Basta lembrar que, apesar de ser possível fazer topless numa praia do Rio de Janeiro, não é muito fácil uma mulher andar pelas ruas do centro daquela cidade de minissaia sem ser incomodada.

As mulheres ainda são vistas como objeto, senhoras e senhores, e tratadas como objeto, à disposição dos desejos, desmandos e desacatos masculinos.

Há, porém, este Dia Internacional da Mulher, oportunidade para fazermos um balanço dos avanços ocorridos durante o ano.

Hoje há mais mulheres na política, nas universidades, nos tribunais e na polícia do que havia há dez anos; essa tendência parece irreversível, e, por piores que sejam os indicadores sociais do futuro, é quase 100% certo que nossas netas sofrerão menos discriminação social do que nossas avós, pois nossas filhas já vivem num mundo menos discriminatório, em termos sexuais, do que foi esse mundo para suas mães, nossas companheiras.



Eis a mensagem: quanto menos machista for o mundo, melhor para as mulheres, evidentemente, mas também melhor para os homens, embora alguns representantes do sexo masculino ainda não tenham percebido isso.

Era o que tinha a dizer.



Documento 40/51

029.4.51.O Sessão Ordinária - CD 11/03/2002-14:24

Publ.: DCD - 12/03/2002 - 7227 NILTON CAPIXABA-PTB -RO

CÂMARA DOS DEPUTADOS GRANDE EXPEDIENTE GRANDE EXPEDIENTE
DISCURSO

Sumário

Crise do setor agropecuário rondoniense. Necessidade de concessão de estímulos governamentais à área rural. Transcurso do Dia Internacional da Mulher - 8 de março.

O SR. NILTON CAPIXABA (PTB-RO. Pronuncia o seguinte discurso.) Sr.Sras. e Srs. Deputados, o Estado de Rondônia viveu, no ano 2001, tempos difíceis para a agropecuária, principalmente para os pequenos produtores rurais. Os produtores de café colheram suas safras com a mais baixa cotação para o preço do produto nos últimos 30 anos. O travo amargo do preço baixo alcançou seu ponto mais baixo a partir da entrada da colheita e perdurou durante toda a safra.

Rondônia transformou-se, nos últimos 10 anos, em novo pólo da pecuária de leite. Uma euforia dominou o Estado e os produtores de leite e gerou dificuldades no segundo semestre de 2001. De um lado, o preço do leite alcançou 14 centavos de real por litro, valor considerado não-remunerativo, com ameaça de ser rebaixado até 9 centavos por litro; de outro, os laticultores diziam não poder pagar mais pelo produto. Do desencontro, a pecuária de leite atravessou grave crise, que perdurou até findar do ano.



A dificuldade culminou quando os laticultores fecharam suas portas e deixaram de receber o produto. Os pequenos produtores ficaram sem comercializar seu leite por uns 30 dias. Grandes prejuízos resultaram da radicalização de posições.

O Banco da Amazônia — BASA fez investimentos crescentes em Rondônia a partir de 1997, quando foram aplicados 12 milhões de reais. Em 1998, as aplicações subiram para 32 milhões; em 1999, subiram para 52 milhões de reais; em 2000, as aplicações do Banco da Amazônia totalizaram 106 milhões de reais e, em 2001, caíram para 40 milhões de reais. Essa forte diminuição nas aplicações resultou da política restritiva do uso dos recursos naturais e florestais da Amazônia, imposta pelo Ministério do Meio Ambiente com a aplicação da Medida Provisória nº 2.161, o Código Florestal.

Sr. Presidente, não pararam por aí as dificuldades vividas pelos produtores rurais de Rondônia. A crise mais grave resultou do diferencial entre os preços praticados na arroba de carne de boi gordo em Rondônia, de R\$ 38, e o valor da arroba em Mato Grosso, de R\$ 46. A diferença na cotação explicava-se pela classificação de Rondônia como área de nível médio de risco, sendo Mato Grosso área livre de aftosa, com vacinação.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, no início de 2002, o panorama da cafeicultura de Rondônia é, em tudo e por tudo, parecido com o quadro do ano 2001. No início da safra de 2002 — os cafezais já estão em adiantada granação e até o final de março serão iniciadas as colheitas — os preços continuam deprimidos: 25 reais por saca de café beneficiado.

Informações não-oficiais indicam que áreas de cafezais que foram arrancadas (15%), cortadas para plantio de capim (20%) e abandonadas na "quiçaça" (20%) somariam pouco mais da metade da área de plantio do Estado. A EMATER ainda não concluiu os levantamentos de campo que permitam melhor calcular os prejuízos.

O que resultará dessa tomada de posição dos plantadores de café é difícil de precisar. O Estado, através da Secretaria da Agricultura, Produção e Desenvolvimento Econômico e Social, e a EMATER, apoiadas pelos Bancos do



Brasil e da Amazônia, deverão investir forte na recomposição dos cafezais destruídos ou abandonados.

Além de Rondônia perder posição entre os Estados plantadores de café — Rondônia, em dezembro de 1999, tinha parque cafeeiro de 1 milhão 980 mil e 300 hectares — , porque sua área de plantio ficaria reduzida à metade, ou seja, 1 milhão de hectares, o que de pior resultou foi o brutal desemprego. Todas as cidades grandes, médias e pequenas estão abrigando multidão de deserdados, de pequenos agricultores empobrecidos.

A criação da Câmara Setorial do Café, presidida pelo empresário Marco Antonio Paulo Gomes, criou grande expectativa para o desenvolvimento da cafeicultura de Rondônia. Dentro das limitações que sofre, está trabalhado com seriedade e determinação. Somente no início de 2002, finalmente, estará legalizada e poderá receber repasse de recursos do Estado e de outras fontes que lhe permitam criar os mecanismos adequados.

Os países produtores de café deveriam centrar seus esforços em marketing para aumentar o índice de consumo per capita no mundo, ainda muito baixo, em torno de 18% da população mundial. A grande maioria dos cerca de 6 bilhões de habitantes do planeta não consome café e prefere beber os chamados soft drinks, o que inclui bebidas como chá, refrigerantes e sucos.

No caso do leite, Sr. Presidente, a situação melhorou sensivelmente em face de postura mais inteligente entre produtores e empresários das usinas de processamento. Ao invés de radicalização, as partes passaram a negociar, passaram a se entender. Em sucessivas reuniões da Câmara Setorial do Leite, realizadas no mês de fevereiro, com a presença de produtores e de donos de usinas, ficou acertado o preço de 0,16 centavos de real o litro de leite, com sinalização de uma próxima subida nos preços, para até 0,20 centavos de real o litro.

Incentivar o consumo interno do leite poderá ser uma boa política do Governo do Estado, através da Câmara Setorial do Leite. A produção total de leite é de 1,6 milhão de litros/dia, ou seja, 584 milhões de litros/ano. Cerca de 80% a 85% (aproximadamente 460 milhões de litros/ano) dessa produção é transformada em



queijo do tipo mussarela. O leite tipo longa vida é de cerca de 105 milhões de litros/ano que, somados a 12 milhões de litros de leite tipo "C", fecham a produção anual de Rondônia.

Na luta entre os ambientalistas, de um lado, tendo como oponentes os ruralistas (liderados pelo Deputado Moacir Micheletto), de outro, não há entendimento; eles não negociam. E os ambientalistas gozavam do apoio do Governo Federal. O certo é que com posições radicalizadas é impossível avançar.

Ao findar o ano 2001, Rondônia — e de modo particular o setor agropecuário — recebeu uma boa notícia. Depois de meses de angústia, de sustos e de ameaças concretas pelo engessamento da produção de Rondônia, o Estado poderia vir a sair da camisa-de-força que é a Medida Provisória nº 2.161.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, considerando que o ano 2002 é um ano de eleições, o desgaste das forças de sustentação da base política do Presidente Fernando Henrique Cardoso, com a ruptura do PFL e a nova proposta do Tribunal Superior Eleitoral, a chamada verticalização das alianças partidárias, o ano político começa muito tumultuado e dificilmente poderá vir a ser votado e aprovado o projeto de conversão em lei da Medida Provisória nº 2.161 (Código Florestal).

Dentro desse referencial, Sr. Presidente, não vejo como o meu Estado possa vir a ser melhor amparado por financiamentos que estimulem a retomada do crescimento e do bem-estar rural. Mas é preciso lutar sem esmorecer. Contamos com que sejam adotadas medidas de flexibilização da MP 2.161 pela Presidenta do Banco da Amazônia, Dra. Flora Valadares.

No caso da pecuária de corte, a situação continuará, ao longo de todo o ano 2002, até maio de 2003, como está. Não poderá haver modificação de cunho político da conceituação de nível médio de risco para Rondônia. Tal medida terá que resultar das provas sorológicas a serem feitas entre agosto e setembro de 2002.

No próximo dia 17 de março, com aproximadamente 15 mil inscritos, será realizado concurso público para o preenchimento dos cargos do quadro efetivo do IDARON — Agência de Defesa Sanitária Agrossilvopastoril do Estado de Rondônia.



É importante frisar que a função de fiscalização da sanidade animal pecuária não pode ser exercida por técnicos com relação de trabalho precária. A tarefa do pessoal técnico do IDARON é uma função típica de Estado, com atribuições e poderes, indo até o limite de poder de polícia: fiscalizar transporte de rebanhos, interditar áreas e até sacrificar animais.

Como o resultado do concurso público somente será conhecido no final do primeiro semestre, é totalmente impossível que sejam treinados e capacitados para a execução da coleta das provas sorológicas do rebanho rondoniense. Em maio de 2003, a Organização Internacional de Epizootias estará em condições de aprovar ou não os testes feitos no segundo semestre de 2002. É o resultado do extremo atraso na aprovação do quadro de pessoal do IDARON — concurso e contratação.

Concluo meu discurso, Sr. Presidente, lembrando o Dia Internacional da Mulher, 8 de março. Homenageio a mulher brasileira, particularmente a trabalhadora rural, renovando a proposta que fiz à CEPLAC, sediada em Porto Velho, por ocasião da 3ª Festa do Produtor Rural, em Ariquemes. Minha proposta é no sentido de que seja, com a brevidade possível, criado o curso de educadora do lar, a fim de dar à mulher do campo ensinamentos técnicos de higiene, alimentação e educação das crianças. Rondônia precisa dar oportunidade para que a mulher rural alcance níveis mais altos de qualificação e contribua para maior equidade social da agricultura familiar e para o desenvolvimento social e econômico do meio rural.

Muito obrigado.



Documento 41/51

031.4.51.O Sessão Ordinária - CD 12/03/2002-14:22

Publ.: DCD - 13/03/2002 - 7468 ANDRÉ BENASSI-PSDB -SP

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PEQUENO
EXPEDIENTE

DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher - 8 de março. Evolução da sociedade brasileira na valorização do papel da mulher. Homenagem à mulher jundiaense - Município de Jundiaí, Estado de São Paulo.

O SR. ANDRÉ BENASSI (PSDB-SP. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o transcurso do Dia Internacional da Mulher — 8 de março assume a cada ano um significado maior, à medida em que vão sendo plenamente atendidos os seus devidos direitos. Lamentavelmente, o Brasil teve uma formação histórica baseada em esdrúxula discriminação da mulher, subtraindo-lhe, por longo tempo, direitos básicos ao exercício da cidadania, bem como ao próprio convívio social.

Durante séculos, destinou-se à mulher um papel reconhecidamente secundário no contexto da sociedade brasileira, que a excluía dos processos de produção mais evoluídos e, sobretudo, de qualquer posto de direção, comando ou poder. A ela, na prática, a cultura vigente não deixava outra alternativa que não fossem os afazeres do lar e os cuidados com a prole.



Por isso, a condição de inferioridade que lhe era atribuída na ocupação de postos de trabalho e no valor das respectivas remunerações. Daí a submissão que lhe era também imposta, quase que invariavelmente, em relação ao homem, nas mais diferentes situações.

Felizmente, são outros os tempos neste início de século XXI. Mesmo sofrendo essa sistemática discriminação, a mulher jamais esmoreceu em sua luta pela igualdade, tanto em termos do Direito Civil quanto em relação às oportunidades no mercado de trabalho e no próprio relacionamento perante o grupo social e a comunidade que integra. Hoje, podemos afirmar que, mesmo ainda persistindo resquícios de tratamento discriminatório, não há mais dúvidas de que a sociedade brasileira evolui celeremente nessa questão de tamanha importância para a consolidação do princípio de justiça, um dos principais alicerces do regime democrático.

Nesse sentido, o Brasil começa a aproximar-se das nações mais desenvolvidas do mundo, graças ao notável avanço proporcionado por conquistas que fazem quebrar as inaceitáveis diferenças de tratamento social e legal em favor do homem sobre a mulher.

O Dia Internacional da Mulher, comemorado sexta-feira, 8 de março — aliás, houve uma sessão solene da Câmara dos Deputados dedicada ao tema — impõe a todos nós, Sr. Presidente, que aprofundemos nossos esforços e ações no sentido de garantir sejam vencidas outras espécies de discriminação ainda existentes contra a mulher, sobretudo, aquelas consubstanciadas nas diferentes formas de violência de que ela tem sido vítima.

Quero fazer uma homenagem toda especial à mulher jundiaense, por todos as suas notáveis demonstrações de participação, de luta e desprendimento, razões que contribuem para fazer da comunidade do meu Município um verdadeiro exemplo no exercício de convivência fraterna, de solidariedade, de busca da justiça social e, que, por isso, tornam Jundiaí um lugar com reconhecida qualidade de vida para os seus filhos e para aqueles que ali estão radicados.



Documento 42/51

031.4.51.O Sessão Ordinária - CD 12/03/2002-14:22

Publ.: DCD - 13/03/2002 - 7479 JOSÉ CARLOS COUTINHO-PFL -RJ

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PEQUENO
EXPEDIENTE

DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher - 8 de março. Ocupação de cargos públicos pela classe feminina.

O SR. JOSÉ CARLOS COUTINHO (PFL-RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, no último dia 08 de março do corrente ano, comemoramos o Dia Internacional da Mulher. Diante de várias conquistas duramente alcançadas, um tabu vem caindo década a década.

Houve tempo em que funções públicas só tinham a forma masculina. A palavra cargo, dizia-se, estaria subentendida. Aí, não dava outra: só os machões tinham vez.

A Lei nº 2.749/56 obrigou a flexão de gênero. Mas, infelizmente, não pegou. No final dos anos 70, os tempos eram outros, os costumes haviam virado de "pernas pro ar". Em 1979, a primeira Senadora — Eunice Michilles — foi eleita. Em 1987, foi a vez do Itamaraty — Thereza Quintella ascendeu na carreira diplomática.

Hoje os tempos são outros. Juízas, Ministras, desembargadoras ocupam gabinetes na Justiça. Mulheres estão em lideranças empresariais. Vereadoras, Prefeitas, Deputadas, Governadora e Senadoras transitam na política. No Brasil



há 76 Senadores. Só 5 são mulheres; 479 Deputados Federais, e apenas 34 mulheres.

Uma simples pergunta: será que elas fogem da política? Parece que sim. Antes, falava-se em discriminação. Os partidos políticos não lhes dariam vez. Veio a Lei das Cotas. Nada de clube do bolinha ou da luluzinha. Na lista de postulantes de cada partido deve haver 30% de candidatos do sexo oposto. Surpresa! Sobram vagas. Faltam interessadas.

Por que a inapetência pelos palanques? Talvez acomodação e conformismo. Elas alegam problemas de vocação, dinheiro, apoio, família — sem esquecer o medo muito humano da mudança e o pânico de erigir vãos mais altos.

A Governadora do Maranhão, Roseana Sarney, deu sua contribuição. Mostrou que é possível chegar lá. Com competente marketing, a Governadora vendeu a imagem de candidata fora dos padrões convencionais. A explosão na pesquisa, em torno dos 25% do eleitorado, fez crescer os olhos sobre os negócios dos Murads. A razão: um candidato situacionista é bom. Dois é demais. A guerra não tem relação com gênero, mas com o ibope.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.



Documento 43/51

031.4.51.O Sessão Ordinária - CD 12/03/2002-16:44

Publ.: DCD - 13/03/2002 - 7512 WELLINGTON DIAS-PT -PI

CÂMARA DOS DEPUTADOS GRANDE EXPEDIENTE PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher - 8 de março. Apoio à PEC 251 de 2000, referente à garantia do direito de licença-maternidade às Parlamentares. Artigo "Os Beneficiários de Fernando Henrique - Nunca um governo fez tanto por tão poucos", de autoria do Deputado Ricardo Berzoini, publicado no jornal Folha de S.Paulo. Realização do Seminário Decidindo a Política de Extensão Rural para o Brasil, na Câmara dos Deputados.

O SR. WELLINGTON DIAS (PT-PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, na semana passada, participei da sessão especial que homenageou o Dia Internacional da Mulher. A sessão de homenagem contou com a presença de representantes de instituições e sindicatos como a Organização Internacional do Trabalho, CUT, CFEMEA e do Movimento Negro.

Quero trazer ao conhecimento dos demais Parlamentares que não tiveram a oportunidade de participar daquele momento importante debate que fizemos acerca da PEC nº 251/2000, que pretende alterar a redação do item II e § 1º do art. 56 da Constituição Federal, visando garantir à mulher Parlamentar o direito à licença-maternidade e convocação do respectivo suplente.



Devo destacar que mantivemos entendimentos sobre essa proposta com os presentes à sessão e conseguimos pautar nas prioridades do movimento de mulheres apoio a essa proposta, que conta com o apoio da maioria dos Parlamentares desta Casa, dos diversos partidos, e aguarda a indicação de membros do PSDB, do PFL e do PTB para a constituição de Comissão Especial. O movimento de mulheres trabalhará exatamente nesse sentido, solicitando aos Parlamentares atenção especial à matéria e urgência na sua tramitação. A proposta encontra-se atualmente na Comissão de Constituição e Justiça aguardando parecer do Relator, Deputado Coriolano Sales.

Devo registrar também que após entendimentos durante aquela sessão a Deputada Zulaiê Cobra assumiu o compromisso de trabalhar as condições pelo PSDB. A Deputada Celcita Pinheiro também se comprometeu a trabalhar nesse sentido, com relação à indicação do PFL. Apelo à Liderança do PTB para que faça a indicação dos seus membros. A idéia é que possamos viabilizar a instalação dessa Comissão na próxima semana, para que tenhamos tempo de aprovar a emenda constitucional ainda neste semestre.

Sras. e Srs. Deputados, a Constituição de 1988, no Capítulo II — Dos Direitos Sociais, trata da proteção à maternidade, dentre outros direitos; no art. 7º, inciso XVIII, assegura à mulher brasileira licença à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário, com a duração de cento e vinte dias. No entanto, às mulheres Parlamentares esse direito vem sendo assegurado através de posicionamentos dos Presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, no caso de Parlamentar Federal. E nas diversas Câmaras Municipais e Assembléias Legislativas vem ocorrendo exatamente o contrário. Às mulheres Parlamentares esse direito vem sendo negado. Elas são abnegadas desse direito constitucional ou então obrigadas a utilizar de atestado médico para garantir sua licença-maternidade.

Importante ressaltar, Sras. e Srs. Deputados, que a maternidade não é uma doença. Sem a convocação do suplente, há prejuízos para diversos partidos, que, mesmo contando com um ou mais representantes no Legislativo, muitas vezes ficam prejudicados. Os partidos que contam com apenas um Parlamentar ficam



sem a sua representação por longos 120 dias, que é o prazo do afastamento da Parlamentar gestante, ou, ainda, nos seus posicionamentos e votações, com sua bancada incompleta, como é o caso dos partidos que contam com mais de um representante.

Com a proposta pretendemos reparar esse erro, essa falha na interpretação da nossa Carta Magna, para que não parem dúvidas em qualquer Legislativo, assegurando como direito não só a licença-maternidade a todas as mulheres Parlamentares, como também o direito à convocação do suplente, considerando o longo prazo de afastamento.

Quero, nesta oportunidade, parabenizar todas as mulheres pelas conquistas políticas que vêm sendo alcançadas e dizer que contam com meu apoio no Parlamento brasileiro, na luta pela preservação dos seus direitos e contra a discriminação. Também às mulheres Parlamentares nossa homenagem e reconhecimento pelo trabalho e contribuição no Parlamento, na luta por direitos iguais e plena cidadania. Do mesmo modo, nossa homenagem às mulheres que ao longo dos anos vêm conquistando espaços cada vez maiores dentro do cenário social de nosso País. E, para o Piauí, nossa homenagem especial às mulheres que trabalham na construção partidária do nosso Partido dos Trabalhadores, como Regina Sousa, que, além de contribuir na Direção Regional do PT do Piauí, coordena os trabalhos do nosso mandato.

Quero ainda manifestar nosso apoio às mulheres trabalhadoras rurais, que comemoraram o Dia Internacional da Mulher cobrando ações dos Governos que vão desde os direitos da mulher até questões mais abrangentes como o não-pagamento da dívida externa.

Passo a abordar outro assunto, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Não poderíamos, sob pena de grave omissão, deixar de registrar nossa perplexidade com os lucros exorbitantes que os principais bancos privados brasileiros exibem em seus balanços para o exercício de 2001.

Os cinco maiores lucros dos bancos privados em operação no País, de acordo com os balanços divulgados pela imprensa, acumularam um montante recorde de R\$ 7.612 milhões. Estes bancos são o Itaú, com lucro de R\$ 2.389 milhões;



BRDESCO, R\$ 2.170 milhões, Santander/BANESPA, lucro de R\$ 1.297 milhões, UNIBANCO, com R\$ 972 milhões e, finalmente, o Real/ABN AMRO, com um lucro de R\$ 784 milhões. O que estarrece a Nação, Sr. Presidente, é que enquanto o imposto sobre os salários cresceu 54%, o imposto sobre a lucratividade dos bancos cresceu apenas 12%. De acordo com matéria do jornal Folha de S.Paulo de 9 de março de 2002, a arrecadação da Receita Federal cresceu 42,73% acima da inflação entre 1994 e 2001; porém, a participação dos recursos arrecadados dos bancos caiu ao longo do tempo. Era de 10,38%, em 1994, e no ano passado não passou de 7,67%, ou seja, vem diminuindo a participação dos bancos no conjunto dos impostos arrecadados, enquanto seus lucros atingem cifras astronômicas.

Não bastasse a farra com os lucros exorbitantes dos bancos, que vêm pagando cada vez menos impostos, o mesmo jornal aponta pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada — IPEA, órgão do Governo Federal, que diagnosticou queda do rendimento do trabalhador nos anos do Plano Real da ordem de 8,9%. O economista Lauro Ramos, do IPEA, foi claro: "Não é ser alarmista. A situação é um pouco pior do que a mídia revela".

Definitivamente, estamos no pior dos mundos: a taxa de desemprego sobe a renda dos trabalhadores vem diminuindo e os lucros dos bancos nunca foram tão elevados e obscenos como nos últimos anos. É inacreditável que um banco com um lucro de US\$ 1 bilhão faça parte de um setor da economia que esteja pagando cada vez menos impostos ao País.

Nosso colega de bancada, Deputado Ricardo Berzoini, em recente artigo divulgado à categoria bancária e à sociedade, demonstra de forma cabal a estreita e promíscua relação do Governo FHC com os banqueiros e a perversa equação de mais lucros, menos impostos para os privilegiados, menos empregos, queda de renda e mais sofrimento para a população brasileira. Por concordarmos integralmente com o teor e pela relevância e lucidez de sua análise, gostaríamos de registrar a íntegra de seu texto nos Anais desta Casa, cujo título leva o sugestivo nome de "Os Beneficiários de Fernando Henrique — Nunca um governo fez tanto por tão poucos".



A Folha de S. Paulo de 6 de março de 2002, em seu caderno Dinheiro, divulga o lucro recorde do Banco Itaú, mais de US\$ 1 bilhão, ou R\$ 2,389 bilhões na moeda nacional. Aproveita para registrar que os 31 bancos que já apresentaram balanço de 2001 lucraram R\$ 11,1 bilhões, 110,8% a mais que em 2000 (ano que já foi de ótimos resultados). O Bradesco, que é o maior banco privado do país, seguido de perto pelo Itaú, teve um lucro fabuloso, pouco menor que o do Itaú: R\$ 2,170 bilhão. O Banespa, recém privatizado, teve um resultado expressivo: R\$ 1,297 bilhão, o que o coloca na posição de melhor rentabilidade (lucro líquido em relação ao patrimônio líquido) das Américas: 36,4%. A rentabilidade do Itaú foi de 31,5% e a do Bradesco de 22,2%.

Consultando a própria Folha podemos alinhar algumas outras notícias:

Mercado de trabalho encolhe e piora no país (IBGE mostra que, de 91 a 2000, desemprego cresceu, renda caiu e aumentou tempo de procura por vaga) - caderno Dinheiro, 13 de janeiro de 2002.

Indústria perde 570 mil vagas no Plano Real (Estado tem hoje 1,58 milhão de trabalhadores, contra 2,15 milhões no final de 94; há sete meses o setor só demite - caderno Dinheiro, 16 de janeiro de 2002.

Desemprego sobe e salário cai, diz o IBGE (Taxa foi de 6,9% em outubro, a maior do ano; rendimento médio em setembro caiu 5,3% em relação a 2000) - caderno Dinheiro, 24 de novembro de 2001.

Bancos ampliam lucro com dívida pública (Descontada a inflação, o aumento de receitas com títulos públicos foi de 56,5% desde o início do Plano Real) -- caderno Dinheiro, 27 de janeiro de 2002.

Cliente reclama, mas banco não é punido (Reclamações seguem, mas a principal longas filas não pode ser resolvida por código criado no ano passado) - caderno Dinheiro, 17 de janeiro de 2002. Poderíamos citar mais outras dezenas de publicações com indicadores da realidade econômica do país, o que certamente ocuparia todo o espaço deste artigo. Em suma, os dados econômicos e as notícias demonstram o essencial: um país governado pelos interesses financeiros, que



vêm impondo ao povo um sofrimento absolutamente desnecessário, com o crescimento vertiginoso da pobreza e da desigualdade, tendo como conseqüência a violência. O desemprego, que atinge apenas na Grande São Paulo mais de 1,6 milhões de pessoas, decorre de uma política econômica estúpida, cujo único objetivo é assegurar a estabilidade e as margens crescentes de ganhos dos principais conglomerados financeiros do país.

O Banco Central é a peça fundamental desse esquema. Entre suas funções básicas, deveria estar a busca de um sistema financeiro equilibrado, onde haja concorrência, no qual o próprio BC deveria agir com rigor contra os abusos e a cartelização, garantindo crédito com prazos e taxas razoáveis para o bom funcionamento de nossa economia. No entanto, se verificarmos os procedimentos do BC durante o governo FHC (1995-2002), as medidas sempre se caracterizam como de interesse dos grandes banqueiros, deixando à margem os interesses e direitos da sociedade. Poderíamos citar, por exemplo, a liberação de cobrança de tarifas, que rendeu R\$ 15,6 bilhões de reais (20,2% mais que em 2000) aos citados 31 bancos que já divulgaram balanços. Ou a liberação para fixação de horário de atendimento, cuja restrição causa ainda maiores transtornos aos que precisam utilizar os serviços das agências. Ou, ainda, a edição do Código de Defesa do Consumidor Bancário, marota manobra para tentar tirar os bancos do alcance dos instrumentos de defesa do consumidor, bem menos tolerantes que o Banco Central do Brasil, com os abusos dos banqueiros. Temos ainda a permissão para que os bancos contratem correspondentes bancários, empresas que os representem junto ao público, prejudicando a segurança de trabalhadores, clientes e usuários.

Mais curioso ainda foi o conjunto de medidas anunciadas para buscar conter os spreads bancários, que são no Brasil os mais elevados do planeta. A diferença entre o custo de captação e o de empréstimo, que costuma se situar em cerca de 2 a 4% ao ano nos países desenvolvidos, no Brasil chega a mais de 100% ao ano, em algumas modalidades de crédito. Depois de mais de dois anos de medidas inócuas, o Banco Central é obrigado a admitir sua incapacidade em equacionar



uma das mais graves distorções da economia brasileira, em relatório disponível na Internet (<http://www.bcb.gov.br/ftp/jurosread112001.pdf>).

Talvez, por conta disso, o presidente do Banco Central, Armínio Fraga, tenha "perdido as estribeiras" em Audiência Pública na Câmara dos Deputados, no ano 2000, quando perguntei porque não poderíamos ter spreads similares aos do Paraguai, Peru ou Venezuela, sem falar de países europeus ou norte-americanos. É irresponsável.

O povo brasileiro continua a pagar os juros mais altos do mundo, e não apenas pela elevada taxa SELIC, mas também pela tolerância do Banco Central, que não cumpre seus objetivos básicos, por exemplo, não obriga os bancos ao disposto na lei 4380/64, que determina a aplicação de 65% dos recursos captados em caderneta de poupança em empréstimos habitacionais com juros de, no máximo, 10% ao ano. Além disso, ao manter uma taxa SELIC muito mais alta que a necessária, o governo permitiu que os bancos elevassem em 171,5% os ganhos com a dívida pública, durante a era FHC (fonte: ABM Consulting).

Por isso, a divulgação dos resultados dos bancos em 2001, mais que revelar uma solidez e eficiência dos bancos brasileiros, vem apenas demonstrar a eficácia do governo FHC na defesa dos interesses do setor mais privilegiado do país, em detrimento do crescimento econômico e da geração de empregos. E demonstra de maneira cabal por que os banqueiros e o governo defendem a autonomia do Banco Central, mediante a PEC 53 (que altera o artigo 192 da Constituição Federal), de autoria do Senador José Serra, e posterior aprovação de projeto de lei complementar que já está pronto no Banco Central. O que pretendem com isso é manter o domínio do Banco Central em caso de uma derrota eleitoral, para perpetuar os obscenos lucros dos bancos e fazer do próximo governo refém dos interesses desse setor.

A política econômica brasileira vem se baseando apenas nessa louca ciranda. Entre fevereiro de 1999 e janeiro de 2002 acumulamos um superávit primário de mais R\$ 115 bilhões, e pagamos R\$ 253 bilhões em juros da dívida. Cortamos na própria carne (leia-se empregos, educação, saúde e infra-estrutura), aumentamos a dívida e enriquecemos os bancos.



Não foi por acaso que a esposa do Ministro Malan comemorou seu aniversário passado na casa do dono do Unibanco, banco mais beneficiado pelo PROER. Essa intimidade revela uma coincidência de interesses entre o governo e a Febraban, mas que são totalmente antagônicos aos do povo brasileiro.

Sr. Presidente, é por estas razões que o povo brasileiro, mais uma vez, será chamado em outubro próximo a escolher um novo modelo de desenvolvimento para o nosso Brasil. Chega de privilegiados, chega de lucros escorchantes à custa do sofrimento do povo, chega de saúde e educação de má qualidade, chega de falta de segurança e chega de taxar mais o trabalho do que o capital. Não é possível a perpetuação de tamanha exclusão e que faz do Brasil um dos países mais injustos do mundo.

Sr. Presidente, aproveito a oportunidade para registrar que visitei alguns Municípios do Estado do Piauí, mais precisamente os de Coivaras, Novo Santo Antônio, São João da Serra, Beneditinos e Alto Longá.

Sr. Presidente, gostaria de fazer um registro importante. Estamos realizando nesta Casa seminário nacional que trata da política de assistência e extensão rural para o Brasil.

Encontramos no Nordeste uma situação que se repete a cada ano: as pessoas são levadas a trabalhar na agricultura familiar, especialmente com a produção de arroz, milho, feijão, mandioca e algodão. Ocorre que naquela região existe a constante irregularidade das chuvas.

Fiz um levantamento com os pequenos agricultores, que têm na lembrança apenas dois anos, nos últimos dez anos, como período considerado de bom inverno naquela região.

No semi-árido, bom inverno significa pelo menos quatro meses consecutivos de chuva, aproximadamente 100 milímetros por mês, o que sustenta as principais culturas daquela área. Ora, em uma região assim, ou temos a introdução de uma nova cultura, voltada para a convivência com o semi-árido, ou dificilmente vamos sair daquela situação.

Este ano, a exemplo do que aconteceu no ano passado, estamos vivendo mais uma seca verde. Chove intensamente em um mês, como aconteceu em janeiro, e,



de repente, pára de chover, como em fevereiro. Mas mesmo retornando as chuvas, como agora em março, é impossível recuperar as plantações, especialmente de milho, feijão, muito pouco de arroz e de outras culturas.

Para que tenhamos a introdução de uma nova cultura é necessária a presença da extensão rural, de técnicos agrícolas, de engenheiros agrônomos, de veterinários. Fizemos o caminho contrário. No Governo Collor, em 1990, ocorreu o desmonte da área de assistência técnica e extensão rural no Brasil, com o fim da Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural. Atualmente, são raros os Estados que ainda sustentam alguma forma de política correta com a presença da extensão rural.

Ao mesmo tempo em que saudamos os idealizadores do seminário, pela oportunidade de sua realização, manifestamos nosso integral apoio a ele. Aprovamos a proposta de criação de um Conselho Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural, tendo em vista a necessidade de uma política voltada para a agricultura familiar e de financiamento da extensão rural.

Não é demais lembrar que o Brasil aplica aproximadamente 450 reais de recursos públicos por família de agricultores na área de assistência técnica. A cobrança feita refere-se à necessidade de mais 80 milhões de reais para o País, a fim de garantir as condições materiais de funcionamento. São necessários equipamentos e transporte para se garantir uma política dessa natureza.

Há poucos dias estive no Município de Jatobá. Lá, a comunidade de Montanha, de oitenta agricultores, organizou-se em cooperativa para produzir melancia com acompanhamento técnico.

Numa área de 300 hectares plantados, essas oitenta famílias estão tirando neste ano, em apenas uma safra, o equivalente a 800 mil reais, quantia que, deduzidas todas as despesas, significa, para cada uma delas, uma renda de aproximadamente R\$ 7.500,00, ou seja, aproximadamente três salários mínimos para cada família.

Esse é mais um exemplo que ressalta a importância da assistência técnica. Imaginem, então, como se poderá garantir o abastecimento das famílias brasileiras se dispusermos de melhores condições, como energia elétrica.



A agricultura familiar é a maior responsável pela produção do alimento básico do povo brasileiro. Por isso, congratulo-me com os organizadores do seminário e ressalto a importância de o País mudar completamente sua política em todas as regiões do Brasil.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.



Documento 44/51

031.4.51.O Sessão Ordinária - CD 12/03/2002-17:46

Publ.: DCD - 13/03/2002 - 7544 JOVAIR ARANTES-PSDB -GO
CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Instalação de governo itinerante em Municípios do Estado de Goiás. Transcurso do Dia Internacional da Mulher - 8 de março.

O SR. JOVAIR ARANTES (PSDB-GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) Sr. Presidente, registro o trabalho que o Governador Marconi Perillo vem fazendo em Goiás. S.Exa. está instalando governo itinerante em algumas cidades do interior, aproximando-o das comunidades. Quero manifestar-lhe meus agradecimentos por esse feito nos Municípios que represento.

S.Exa. já esteve nas cidades de Ceres, Itaporanga, Goianésia, Uruaçu, Niquelândia e, na próxima semana, vai estar no Município de Senador Canedo.

Portanto, gostaria de saudar essa iniciativa do Governador Marconi Perillo que aproxima muito da população o Governo do Estado de Goiás. Estamos felizes por essa ação governamental.

Aproveito o ensejo, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, para também referir-me ao Dia Internacional da Mulher, comemorado em todo os países no dia 8 de março.

É importante destacar o valoroso papel que a mulher brasileira vem desempenhando nos diversos meios sociais dos quais faz parte. Na



responsabilidade e no cuidado com a família, na atuação política em defesa de seus direitos, no combate à violência e às desigualdades salariais e sociais, na defesa de políticas públicas para toda a população brasileira, nas lutas pela defesa do meio ambiente e pela paz deste planeta, enfim, como pessoas que vêm contribuindo, através de suas reivindicações e organizações, para a formação de uma sociedade mais justa.

E uma das preocupações na luta das mulheres é, sem dúvida, a questão da miséria que aflige hoje mais de 6 bilhões de pessoas no planeta. Há consenso entre várias sociedades mundiais de que nenhuma política de paz será bem-sucedida, se não contar com o apoio das mulheres.

É fato concreto lembrarmos, por exemplo, que aquela mãe dedicada, que passou anos de sua vida cuidando do filho, alimentando-o, educando-o, conduzindo-o à escola, jamais desejará para esse filho a participação em um campo de batalha de onde poderá não voltar. As mães não desejam a morte dos filhos, elas querem e lutam pela paz mundial e pelo bem-estar de todos.

No entanto, das pessoas que vivem em estado de extrema pobreza no mundo 70% são mulheres.

No Brasil, a situação não é diferente. Em 1998, considerando a população acima de 10 anos de idade, os homens receberam 68,7% dos rendimentos em salário, enquanto as mulheres receberam somente 31,3%. Nesse mesmo ano, 45,5% das mulheres trabalhadoras brasileiras recebiam até um salário mínimo, enquanto 28,4% dos homens encontravam-se na mesma faixa de renda, ou seja, quando o rendimento é menor, quem mais os recebe são as mulheres.

No meio rural brasileiro, onde a situação é bem mais grave, as mulheres recebem em média 36% do valor do rendimento médio dos homens. Em 1998, 81% das trabalhadoras em atividades agrícolas não receberam nenhum rendimento por seu trabalho. Sabemos que atualmente centenas de mulheres são as responsáveis pelo sustento da família, e quando isso ocorre o patamar de renda está em torno de 50% a 60% da renda média de todos os chefes homens. Nas residências chefiadas por mulheres, com crianças, a renda cai para 40% do valor de todas as



outras residências. Uma melhoria de renda para essas mulheres irá ajudá-las a saírem da situação de pobreza absoluta.

A pobreza não enseja apenas uma questão de renda, mas sobretudo a privação de necessidades básicas, como o acesso à alimentação, à saúde, à água potável, à educação e aos meios para atender a essas necessidades. As políticas públicas (saúde, transporte, habitação, terra para plantar, entre outras), que transfiram renda e serviços à população feminina, devem ser irrestritamente apoiadas pela sociedade.

As mulheres são aquelas que mais se movimentam buscando serviços que assegurem qualidade de vida para toda a família, pois em geral ficam mais sensibilizadas com as carências não só afetivas, mas também e principalmente com as carências sociais dos filhos.

Compreendo que o atendimento das necessidades básicas de uma família seja fator positivo para a obtenção de uma vida digna, mantendo essa família longe do desemprego e da marginalidade.

Na medida em que apoiarmos os pleitos femininos, acredito que estaremos aumentando as possibilidades concretas de criarmos uma sociedade verdadeiramente cidadã, mais justa e voltada para a valorização dessa população.

Parabenizo, portanto, todas as mulheres brasileiras no seu dia e em todos os outros, fazendo votos de êxito pleno em todas as suas lutas.

Muito obrigado.



Documento 45/51

031.4.51.O Sessão Ordinária - CD 12/03/2002-13:36

Publ.: DCD - 13/03/2002 - 7455 EURÍPEDES MIRANDA-PDT -RO

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PEQUENO
EXPEDIENTE

DISCURSO

Sumário

Imposição de regras para uso da palavra. Transcurso do Dia Internacional da Mulher - 8 de março.

O SR. EURÍPEDES MIRANDA (Bloco/PDT-RO. Sem revisão do orador.) Sr. Presidente, primeiro, quero fazer uma queixa. Estava inscrito pela Liderança de meu partido na quinta-feira da semana passada e fui obrigado a deixar de pronunciar-me porque havia uma sessão solene. Os índios queriam arrebentar a porta.

Muitas vezes, Sr. Presidente, Parlamentares pedem a palavra pela ordem e falam dois ou três minutos. E aí, como ficamos? Ou colocamos regras rígidas ou evidentemente seremos flexíveis com todos os 513 Parlamentares, se não fica muito difícil a situação.

V.Exa. não presidia a sessão na quinta-feira, mas apresento essa queixa porque faço questão de vir todos os dias registrar meu nome, usando o critério mais justo da Casa.

Não pude prestar homenagem ao Dia da Internacional da Mulher na sexta-feira, 8 de março, então gostaria de fazê-lo neste momento.



Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o Dia Internacional da Mulher, celebrado anualmente em 8 de março, constitui evento da maior importância pelo que representa em relação à luta árdua e incessante pelo devido reconhecimento e valorização da situação da mulher na sociedade, para que possamos, enfim, alcançar um estágio efetivo de desenvolvimento e equilíbrio nas relações humanas e sociais.

O transcurso dessa data, portanto, enseja a reflexão e o levantamento das dificuldades e dos obstáculos mais persistentes que ainda impedem o pleno exercício dos direitos das mulheres.

É preciso, com efeito, buscar a completa igualdade de oportunidades entre os indivíduos, independentemente de raça, idade, cor, religião ou sexo.

As mulheres têm sido vítimas de discriminações, preconceitos inaceitáveis, graves injustiças, atos de violência e prejuízos irreparáveis. Impõe-se, então, uma nova visão, em atendimento a insistentes reivindicações, em nome da justiça, com a necessária sensibilidade acerca da série de problemas relacionados à condição da mulher.

Merece especial atenção, por exemplo, a violência contra a mulher, questão de relevante interesse público, demandando, para sua solução, o envolvimento e a ativa participação de toda a sociedade.

Sem dúvida, evoluiu muito a luta em defesa dos direitos femininos desde as primeiras manifestações em um movimento sociopolítico organizado, notadamente na França, na Inglaterra e nos Estados Unidos. O objetivo principal era ainda assegurar o respeito a direitos civis como o voto e o acesso ao ensino superior. Em 1920, as mulheres americanas, finalmente, alcançaram seu direito ao voto. No Reino Unido, o direito parcial de voto foi conquistado em 1919, mas só em 1928 as mulheres britânicas conseguiram acesso irrestrito às urnas e ao Parlamento. Quanto ao Brasil, somente no ano de 1932, por força de decreto-lei promulgado pelo então Presidente da República, Getúlio Vargas, concedeu-se às mulheres o direito de votar e de disputar cargos eletivos.

Nos últimos quarenta anos, porém, verificaram-se, tanto no Brasil, como nos demais países, os resultados mais expressivos da discussão das questões



concernentes à mulher, já, então, envolvendo temas como a sexualidade e a igualdade com os homens no mercado de trabalho. Com o progresso dos movimentos em defesa dos direitos da mulher, incorporaram-se aos direitos civis reivindicações como a interrupção voluntária da gravidez, a efetiva igualdade de salários e o acesso a postos de direção.

No caso brasileiro, as discriminações e violências ainda cometidas contra a mulher requerem maior atenção por parte das autoridades competentes. A propósito, ressalte-se a questão da assistência materno-infantil, o planejamento familiar, a necessidade da implementação de medidas destinadas a garantir igualdade de oportunidades no sistema de ensino e no acesso ao emprego e a urgente atualização da legislação ordinária, conforme os progressos já inscritos no texto constitucional.

Cabe reconhecer também a importância e a continuidade das iniciativas já adotadas por entidades do Poder Público e da iniciativa privada, a exemplo da notável ação de grupos autônomos e ONGs de mulheres, inclusive junto ao movimento negro de luta contra a discriminação racial e de gênero.

Por fim, mais que a merecida reverência às muitas mulheres que se sacrificaram, lutaram e cumpriram atuação relevante para a afirmação dos direitos femininos, ou às mulheres bem-sucedidas no exercício de funções de liderança em diversos campos de atividade, importa lembrar as mulheres anônimas, jovens ou idosas, que permanecem sob o peso de condições extremamente desfavoráveis, muitas vezes até sem emprego, e se empenham diariamente para obter o seu sustento, as mulheres que, em número crescente, respondem sozinhas pela chefia do lar, as mulheres que morrem de parto, as mulheres que continuam sendo vítimas da violência doméstica.

Não se pode perder de vista a necessidade de localizar, identificar e eliminar os obstáculos remanescentes e os demais problemas que ainda impedem a definitiva satisfação das legítimas reivindicações femininas.

Ao concluir o presente pronunciamento, cumpre, então, reiterar, juntamente ao tributo de respeito em relação ao papel desempenhado pela mulher na família, na sociedade e no mercado de trabalho, o compromisso de apoio à causa feminina e,



em particular, a solidariedade à bancada feminina no Congresso Nacional, com a perfeita consciência e a convicção de que devemos continuar lutando contra as graves desigualdades e discriminações que persistem no País, de que devemos continuar trabalhando juntos, unidos, em busca da completa igualdade de oportunidades entre os indivíduos, independentemente de raça, idade, cor, religião ou sexo.

Era o que tinha a dizer, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Themístocles Sampaio) Seu pronunciamento será recebido, mas V.Exa. pode inscrever-se nas Breves Comunicações.



Documento 46/51

034.4.51.O Sessão Ordinária - CD 13/03/2002-16:16

Publ.: DCD - 14/03/2002 - 7894 LÉO ALCÂNTARA-PSDB -CE

CÂMARA DOS DEPUTADOS GRANDE EXPEDIENTE PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher - 8 de março.

O SR. LÉO ALCÂNTARA (PSDB - CE. Pela ordem. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, no dia 8 de março comemorou-se o Dia Internacional da Mulher. A propósito, cabe uma indagação: por que ter um dia especial dedicado às mulheres? As conquistas registradas até agora não são suficientes? A mulher quer, realmente, um dia especial para lembrar que ainda há discriminações entre os gêneros?

Diariamente a imprensa veicula notícias das violências e atrocidades praticada em vários lugares do planeta contra a mulher. No Brasil, as mulheres têm conquistado espaços importantes, é sabido, mas a realidade está longe do ideal. As mulheres representam 30% dos "chefes de família" no País, mas ganham em média 65% do valor dos salários dos homens. Isso em São Paulo, onde a luta pela igualdade é mais evidente.

Quando o assunto é violência, a situação é estarrecedora: a cada quatro minutos, uma mulher é vítima de algum tipo de agressão, em distintas classes sociais. O índice de mulheres que morrem com problemas relacionados à gravidez é



semelhante ao dos países mais pobres da América Latina. A situação das mulheres negras no Brasil é ainda pior.

Mesmo assim, todo dia 8 de Março somos forçados a lembrar de um acontecimento trágico ocorrido há 145 anos, quando 129 tecelãs da fábrica de tecidos Cotton, em Nova Iorque, cruzaram os braços e paralisaram os trabalhos pelo direito a uma jornada de 10 horas, na primeira greve norte-americana conduzida unicamente por mulheres. Violentemente reprimidas pela polícia, as operárias, acuadas, refugiaram-se nas dependências da fábrica. No dia 8 de março de 1857, os patrões e a polícia trancaram as portas da fábrica e atearam fogo. Asfixiadas dentro de um local em chamas, as tecelãs morreram carbonizadas.

As comemorações do 8 de março estão mundialmente vinculadas às reivindicações femininas por melhores condições de trabalho, por uma vida mais digna e uma sociedade mais justa e igualitária. Essa luta é antiga e contou com a força de inúmeras mulheres que nos vários momentos da história da humanidade resistiram ao machismo e à discriminação.

Defendo a união da força de homens e mulheres. Precisamos respeitar-nos mutuamente, somar nossas diferenças e multiplicar nossas energias para a construção de um mundo novo onde reine a paz entre todos. A mulher não tem obrigação de ser ao mesmo tempo sensual e dura, sensível e inteligente, meiga e forte, feminina e batalhadora. Ela tem o direito de ser o que quiser, da forma que achar mais conveniente. Os homens sabem da força que a mulher tem. Do vigor para enfrentar os problemas de casa, do trabalho, da vida e ainda ajudar o homem a superar chateações que, mesmo pequenas, chegam a abalar o humor masculino. As mulheres têm de matar um leão a cada dia e colocam-se cada vez mais como nossas parceiras. De fato, mais do que merecem um dia que relembre sua luta, sua força, sua coragem.

Que possamos comemorar também, algum dia, a data da Igualdade entre todos os indivíduos, independentemente de gênero, cor e crença religiosa. E parabéns a todas as mulheres.

Era o que tinha a dizer. Muito obrigado.



Documento 47/51

034.4.51.O Sessão Ordinária - CD 13/03/2002-14:12

Publ.: DCD - 14/03/2002 - 7850 LUIZ BITTENCOURT-PMDB -GO

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PEQUENO
EXPEDIENTE

DISCURSO

Sumário

Manifesto da Maçonaria do Estado de Goiás, sobre a escalada da violência e da criminalidade e sobre o falecimento do empresário e advogado Jorge Daher Filho.
Transcurso do Dia Internacional da Mulher - 8 de março.

O SR. LUIZ BITTENCOURT (PMDB-GO. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, devo comunicar que, em manifesto divulgado pela imprensa do meu Estado, a Maçonaria goiana chama a atenção das autoridades para a onda de violência que está preocupando a população e inquietando toda a sociedade. Consciente dos princípios sobre os quais está assentada toda a filosofia que norteia a sua atividade, sempre inspirada nos mais alentados valores éticos e morais, basilares na conduta humana, tanto individual, como coletivamente, a instituição declara-se cada vez mais indignada com a falta de segurança do cidadão. E diz que, tanto nas vias públicas, quanto em seu próprio lar, a violência alastra-se cada vez mais nos centros urbanos e rurais, formando células de agitação, que, à margem da lei, permanecem impunes. Recentemente, a sociedade goiana e a Maçonaria, que é parte integrante dela, sofreram mais uma irreparável baixa. Como segmento organizado que é, que



prega a paz, a felicidade e a harmonia do ser humano, ela divide com os familiares do empresário e advogado Jorge Daher Filho a dor pelo prematuro falecimento desse prestimoso pai de família, cidadão, empresário e atuante membro da instituição. Ele foi vítima de um assalto às 9 horas da manhã, num posto de gasolina localizado no Setor Bueno, em Goiânia, quando aguardava a lavagem do seu veículo. O assassinato deu-se em plena manhã de domingo e causou muita consternação em toda a sociedade, visto tratar-se de homem de conceito elevado, portador de excelentes predicados morais o empresário de atuação intensa nas classes conservadoras.

O empresário e advogado Jorge Daher Filho era membro da Loja Maçônica Oswaldo Ribeiro Júnior e exerceu com brilhantismo todos os cargos que lhe foram confiados, inclusive no Alto Corpo da Grande Loja Maçônica do Estado de Goiás. Foi praticante de uma excelente cidadania, um prestante servidor da sua comunidade, homem afeito a generosas ações em favor dos menos favorecidos, dono de empresas que têm destacada atividade na economia e nas finanças públicas estaduais, além de advogado sempre interessado em defender as boas causas, no patrocínio dos interesses de pessoas humildes, carentes de recursos. Até o momento, as autoridade policiais não conseguiram chegar a pista alguma que identificasse o autor do crime, que escapou ao flagrante e está desaparecido. A Maçonaria goiana, como toda a sociedade, repudiou a forma como ocorreu esse lamentável fato, "que nos fez refletir sobre a situação de nosso País, onde os elevados índices de violência, entre outras coisas, como a impunidade, perduram há muitos anos". A instituição apelou pela imprensa aos responsáveis pela segurança da população, para que tomem consciência do grave problema e se engajem na luta contra a criminalidade, coibindo a ascendente onda de violência que se alastra em todos os recantos do território nacional.

O empresário Jorge Daher Filho era pessoa que gozava de muita estima entre os seus irmãos maçons e por todos quantos o conheciam, sobretudo e principalmente aqueles que, com ele, atuavam no comércio, na indústria e na iniciativa privada, não apenas por seu caráter de firmeza moral, como ainda por



sua integridade pessoal, portador dos melhores atributos de uma irrepreensível cidadania.

No manifesto publicado pela imprensa de Goiânia, a Maçonaria do meu Estado condenou ainda o sistema eleitoral, que se enfraquece a cada pleito, em razão de interesse visível de financiamento de interesses políticos, e afirmou que as CPIs que se instalaram nos Parlamentos descobrem fatos estarrecedores, que escandalizam a opinião pública, mas não se vêem resultados práticos na busca das corrigendas almejadas, e, não raras vezes, terminam por envolver os próprios inquisidores. Referiu-se também ao fato de "o cidadão inseguro tentar pelos próprios meios resguardar o que de mais precioso há: sua vida e a de seus entes queridos, embora agindo assim muitos tiveram a sua vida ceifada por marginais sem o menor escrúpulo".

Aqui fica, Sr. Presidente, nesta tarde, a palavra da Maçonaria goiana sobre o clima de insegurança e de violência que vive a população do meu Estado, principalmente a de Goiânia, minha cidade natal, onde se avoluma dia a dia o índice de homicídios e assaltos a mão armada em plena luz do dia.

Passo a abordar outro assunto, Sr. Presidente. A Câmara dos Deputados homenageou, no dia 8 deste mês, a mulher brasileira, que desempenha papel cada vez mais importante na sociedade e está assumindo gradativamente o comando de nossas famílias. Não estive presente à sessão comemorativa, eis que, em virtude de compromisso anteriormente assumido, participei de solenidade idêntica no meu Estado, onde a mulher também tem exercido enorme influência na condução dos negócios públicos, nas artes e nas letras.

Estudos do IBGE traçam o avanço da participação feminina no Brasil e ressaltam que duas conquistas marcaram a década de 90: ela fortaleceu sua participação no mercado de trabalho e aumentou a sua responsabilidade no trato da orientação familiar. Na maioria da população (86,2 milhões, de 169,8 milhões de habitantes), a mulher viu aumentar o seu poder aquisitivo, o nível de escolaridade e conseguiu reduzir a defasagem salarial que ainda existe em relação aos homens.

Na véspera do Dia Internacional da Mulher, o IBGE divulgou dois estudos com o balanço dos avanços e das dificuldades enfrentadas pelas brasileiras ao longo dos



anos 90. A renda média das trabalhadoras passou de R\$ 281,00 para R\$ 410,00, e as famílias comandadas por elas passaram de 18% do total para 24%. Essas chefes de família saltaram de 4,4 para 5,6 anos de estudos, mas uma dificuldade a ser vencida ainda é o analfabetismo, que está na casa dos 20%, sem embargo de uma mudança de comportamento.

A mulher atravessou as oscilações do mercado de trabalho nos dois principais períodos da década de 90 de maneira oposta à população masculina. Ganhou mais espaço com o aquecimento da economia e ainda elevou sua participação em plena crise, em 1997, 1998 e 1999. Os homens, por sua vez, perderam posição no mercado durante toda a década, mas mantiveram-se à frente da força de trabalho feminino em rendimentos. Mesmo tendo sido reduzida a defasagem, em 1999, para cada R\$ 100,00 pagos aos homens, as mulheres receberam R\$ 69,10.

Todavia, homens e mulheres caminham lado a lado no mercado de trabalho em um aspecto: nas perdas salariais que ocorrem de maneira mais pronunciada em momentos de crise. Em 1992, o rendimento médio no País era de R\$ 466,00 para os homens e de R\$ 281,00 para as mulheres, e, em 1996, o pico da década, os valores foram de R\$ 659,00 e R\$ 434,00. O rendimento geral caiu em 1997 (crise asiática) e 1998 (crise russa), e, em 1999 (desvalorização do real), os homens tinham rendimento médio de R\$ 593,00, e as mulheres de R\$ 410,00.

A coordenadora do Programa da Mulher na Saúde e Desenvolvimento, da Organização Pan-Americana de Saúde, Hilary Anderson, avalia que, na maior parte dos países da América, as mulheres continuam vivendo como cidadãos de segunda classe. "Elas têm menor acesso a recursos, bens e serviços essenciais para o nível de saúde adequado", afirma em documento produzido pela entidade. Para ela, entre os fatores que exercem impacto negativo sobre a saúde feminina, estão a controvérsia em torno dos direitos reprodutivos da mulher, seu papel sexual e o acesso a métodos contraceptivos. Contudo, a discriminação continua e pode ser notada nas principais etapas da vida, pois estudos das Nações Unidas mostram que, em muitos países, o estado nutricional das meninas é inferior ao dos meninos, aí incluindo-se o aleitamento materno. Nota-se também, em vários



países em desenvolvimento, que a taxa de mortalidade na infância é maior entre meninas.

No Dia Internacional da Mulher, um alerta da ONU chamou a atenção ao frisar o sofrimento vivido por esse grupo da população nos últimos conflitos armados no mundo. Segundo a ONU, 75% dos refugiados de guerra são mulheres e crianças, que estão entre a porção mais vulnerável da população em uma crise humanitária. Somente na guerra da Bósnia, no início dos anos 90, a ONU estima que 50 mil mulheres foram violentadas sexualmente. Em Ruanda, entre 250 mil e 500 mil mulheres e crianças sofreram abusos sexuais, e entre as que sobreviveram muitas estão contaminadas pelo vírus da AIDS. Outra consequência dos conflitos armados para as mulheres é a impossibilidade de estudar, o que agrava ainda mais as condições sociais desse grupo em algumas sociedades. O Afeganistão, por exemplo, tornou-se um exemplo e sinônimo das maiores repressões contra as mulheres. Nesse país, elas sobreviveram com dignidade em um dos mais repressivos regimes da história moderna, conforme afirmação do Alto Comissariado de Direitos Humanos da ONU, que está hoje visitando Cabul.

Recordo que, na segunda parte do texto-base da Campanha da Fraternidade, promovida pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, no ano 2000, está dito que, no contexto atual da sociedade, devido aos avanços que a mulher fez em vários setores, já quase ninguém se atreve a afirmar em teoria que a mulher é inferior ao homem, como ser humano. A prática, porém, distancia-se da teoria, no sentido de que ainda permanecem expressões e atitudes permeadas pelo preconceito em relação à mulher.

No desrespeito à dignidade humana da mulher, é preciso ressaltar o sofrimento da mulher negra, que, no Brasil contemporâneo, forma o maior contingente da população favelada, e das mal remuneradas domésticas e operárias urbanas ou camponesas. Também a mulher trabalhadora rural enfrenta no seu dia-a-dia algumas dificuldades a mais do que suas companheiras urbanas.

Associo-me às homenagens que foram tributadas à mulher nesta Câmara Federal no seu dia internacional. Louvo, principalmente, a mulher brasileira, lembrando as figuras de Damiana da Cunha, em Goiás, de Joana Angélica, na Bahia, de Anita



Garibaldi, no Rio Grande do Sul, de Cecília Meirelles, Auta de Souza, Gilka Machado, Júlia Lopes de Almeida e Cora Coralina, estas últimas luminárias das letras pátrias, consagradas por seu talento, sua erudição, sua conduta de vida, sua arte e sua lição de existência. Saudando a todas, saúdo a bancada feminina do Congresso Nacional, as mulheres que representam aqui, como eu, o Estado de Goiás, as que escreveram a história política do País na militância na vida pública, lutando por um Brasil melhor, mais justo, mais fraterno e mais feliz.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Muito obrigado.



Documento 48/51

034.4.51.O Sessão Ordinária - CD 13/03/2002-14:12

Publ.: DCD - 14/03/2002 - 7840 ANA CORSO-PT -RS

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PEQUENO
EXPEDIENTE

DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher - 8 de março. Eventos realizados em Municípios gaúchos ao ensejo da data.

A SRA. ANA CORSO (PT-RS. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o mês que simboliza a luta internacional da mulher pela conquista da igualdade de direitos na sociedade está sendo marcado por atividades dos movimentos organizados de mulheres em todo o país.

Neste final de semana, estive no Encontro das Mulheres Sapateiras, organizado por treze sindicatos de sapateiros da região de Novo Hamburgo, em Campo Bom. Ali, centenas de mulheres demonstraram sua união e solidariedade múltipla para vencer as batalhas da dupla jornada de trabalho, do preconceito, da discriminação salarial, do assédio e de todos os tipos de violência que acontecem no seu cotidiano.

Particpei também do Quarto Encontro Intermunicipal da Mulher, em Alto Feliz, Vale Real, Linha Nova e São Vedelino, no qual setecentas mulheres participaram das atividades organizadas pela Ascar/Emater. Contamos com a participação do



Clube de Mães de Alto Feliz e da Vereadora Maria Liliana, que muito tem feito pela organização das mulheres na região.

Participamos também da sanção da lei que cria o Comitê Municipal de Estudo e Combate à Mortalidade Materna, em Caxias do Sul, e da caminhada das mulheres, que ocorre tradicionalmente todos os anos.

Ao ensejo deste mês de luta das mulheres, não nos podemos esquecer das indicações feitas pela CPI da Mortalidade Materna e dos projetos que eu e as demais integrantes da bancada feminina encaminhamos para a apreciação desta Casa.

Para melhor situarmos a dura realidade da morte evitável de mulheres, quero levantar aqui denúncia que me chegou às mãos, de vários casos de mortalidade materna ocorridos na Santa Casa de Misericórdia da cidade de Uruguaiana. Por mais de cinco anos, a Sra. Gisele Bastos vem buscando respostas sobre a morte de sua irmã Gilca Bastos Rodrigues, que faleceu em decorrência de hemorragia cinco horas após o parto. Há poucas semanas, na mesma instituição, Cláudia Prelume Monteiro, dois dias após o parto normal, sem episiotomia, teve fascíte necrosante e choque séptico, vindo a falecer no quinto dia pós-parto. Tanto Gisele como Paulo Ricardo, marido de Cláudia, buscam respostas que nunca chegam e fazem denúncias que não ecoam nos órgãos que deveriam chamar para si a investigação.

E os casos de mortalidade materna se repetem. Gisele, apenas uma cidadã comum, vem acompanhando a série interminável de mulheres que, ano após ano, entram naquela instituição saudáveis, para ter seus filhos, e saem dali para o cemitério, sem que sejam dadas a seus familiares explicações aceitáveis para os óbitos.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, não basta realizar CPIs. Precisamos que os projetos que encaminhamos, indicando soluções, não caiam na morosidade. É imprescindível que as políticas públicas saiam do papel, e que as verbas orçamentárias para políticas de saúde da mulher não sejam cortadas ou minimizadas. No entanto, as verbas destinadas a políticas sociais são cortadas para pagar os juros da dívida externa.



É vergonhoso que o Ministério da Saúde, durante a existência da CPI, há mais de dois anos, se tenha comprometido a fazer uma pesquisa sobre a mortalidade materna, e até hoje não temos notícias de a mesma ter saído do papel.

Editei uma modesta cartilha com as conclusões da CPI da Mortalidade Materna e alguns projetos de lei que elaborei com o intuito de diminuir esses índices absurdos, para enviar às cidades de meu Estado. Apelo às integrantes da Bancada feminina e à Direção desta Casa para que se faça ampla divulgação desse material, que foi fruto de muito trabalho realizado pela CPI e que deve se espalhar por todo o País, não ficando restrito apenas ao Estado do Rio Grande do Sul.

Quero aqui ressaltar a luta das mulheres brasileiras, em sua maioria anônimas, como Gisele Bastos, de Uruguaiana; Ana Paula, de Feliz; Isabel Faccine e a magnífica doceira Dulce Bergman, de Alto Feliz; Sandra, do Sindicato dos Sapateiros de Campo Bom; Rosane, da CUT nacional; Anita, da Coordenadoria da Mulher do Estado do Rio Grande do Sul; Rosa Ergui, de Canoas, avó do menino Iruan; Célia Santos, do departamento feminino do Bairro Cruzeiro; Tere Gollo, da Pastoral das Mulheres Marginalizadas de Caxias do Sul; Vera, do COMDIM; Vania Damin, da Coordenadoria das Mulheres de Caxias do Sul; Juçara Quadros, do CODENE; Janine, dos Voluntários da Fundação Nossa Senhora Aparecida de Caxias do Sul, que pleiteiam um espaço para cuidar de crianças neuropatas abandonadas; Mari, da União de Mulheres Caxienses; Tânia Menezes, da UAB; Gelsi Sorgato, da Fundação de Assistência Social; Roseunice Pacífico, da Secretaria de Educação; Silvana Pirolli, da Secretaria da Habitação; Sandra Christ, do Movimento de Trabalhadores Desempregados; Justina Onzi, Vice-Prefeita; Geni Pettefi, única mulher na Câmara de Vereadores; Prof^a Loraine Slomp Giron; Prof^a Maria Abel; Lourdes Mattioda, líder comunitária; Fabiola Papini, primeira Presidenta da UCES de Caxias. Por certo, há milhares de outras a que não me refiro, neste pronunciamento, mas mantenho na memória a contribuição que dão, no dia-a-dia, para a construção da história da mulher em nossa cidade e em nossa região.



Para encerrar, gostaria de enviar minha solidariedade às demais mulheres de todo o Estado do Rio Grande do Sul, que lutam de forma heróica. Infelizmente, por limitação de tempo, não tive a oportunidade de participar das atividades que organizaram em todos os municípios.

Muito obrigada.



Documento 49/51

034.4.51.O Sessão Ordinária - CD 13/03/2002-16:24

Publ.: DCD - 14/03/2002 - 7896 FIORAVANTE-PT -RS

CÂMARA DOS DEPUTADOS GRANDE EXPEDIENTE PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher - 8 de março. Reivindicações da Associação Nacional das Mulheres Trabalhadoras Rurais.

O SR. FIORAVANTE (PT-RS. Pela ordem. Pronuncia o seguinte discurso.) Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero parabenizar as mulheres pela comemoração do Dia Internacional da Mulher, em 8 de março, e reconhecer a garra e o empenho das mulheres trabalhadoras na conquista de seus direitos, além da sensibilidade e do instinto maternal que transformam sempre em melhores as situações mais difíceis. Ao mesmo tempo, quero assinalar que muitos direitos ainda são devidos às mulheres e a todo o povo brasileiro. Porém, as incansáveis continuam batalhando.

Na semana passada, entre os dias 6 e 8, 18 mil mulheres estiveram mobilizadas em acampamentos reivindicatórios em todo o Brasil, com eventos que registraram a participação de mais de 40 mil mulheres em 24 Estados. Em Brasília, 150 mulheres trabalhadoras rurais montaram o acampamento "Margarida Alves", na tentativa de estar mais próximas das decisões políticas que lhes interessam.

Na pauta de reivindicações, a demonstração de compreensão do mundo inerente às mulheres: ampla, democrática, consciente. Tratam desde a saúde ou a



documentação das mulheres trabalhadores até a política internacional, quando falam da dívida externa, da transgenia ou da ALCA.

Por isso, Sr. Presidente, passo a ler na íntegra a pauta de reivindicações da Associação Nacional das Mulheres Trabalhadoras Rurais — ANMTR, que foi também apresentada a esta Casa.

As reivindicações das mulheres trabalhadoras rurais do Brasil diante da conjuntura atual vão no sentido de viabilizar as seguintes medidas e providências imediatas do Governo Federal.

1. Pela Soberania Nacional

- Pelo fim dos acordos regionais de comércio e da OMC (Organização Mundial do Comércio), pois estão destruindo nossa agricultura de subsistência, nossa cultura e ambiente natural;

- Suspensão do pagamento da dívida interna e externa e pela aprovação de projeto que determina a realização do Plebiscito Nacional sobre a Dívida Externa.

- Por um Brasil fora da ALCA (Área de Livre Comércio das Américas) e pela aprovação imediata do Projeto de Decreto Legislativo nº 071/01, do Senado Federal, que determina realização de um plebiscito sobre a suspensão das negociações para o ingresso do Brasil na ALCA.

2. Transgênicos.

a) Revogar a Medida Provisória nº 2.191/01, que dá amplos poderes para a comissão do Governo (CTNBio) e constituir comissão da sociedade para controlar a pesquisa.

b) Incentivar a pesquisa pública voltada para o pequeno agricultor e a segurança alimentar, proibindo a pesquisa no Brasil por parte de empresas multinacionais e valorizando a EMBRAPA .

c) Estabelecer moratória por tempo indeterminado do plantio, consumo e comercialização de produtos transgênicos.

d) Retirada dos supermercados de todos os produtos que contenham transgênicos, por se tratar de produtos ilegais;

e) Criar programas de conversão do modelo agrícola que garantam e incentivem a produção agroecológica.



f) Pela não-aprovação do projeto substitutivo do Deputado Confúcio Moura, na Comissão Especial de Transgênicos da Câmara dos Deputados, que libera o plantio e a comercialização de produtos transgênicos no Brasil, atendendo aos interesses das multinacionais;

3. Saúde.

Garantir o pleno funcionamento do SUS, com controle social para efetivar e fortalecer a rede de saúde pública, facilitando o acesso humanitário e de qualidade a toda a população, viabilizando:

a) acesso fácil e próximo aos serviços e ações de atenção integral à saúde a todos(as) que necessitam;

b) atenção integral à saúde da mulher (pré-natal, prevenção, controle e combate ao câncer de mama, cérvico-uterino e outros), e atendimento integral às mulheres em todas as fases da vida;

c) políticas que garantam a qualidade da água e alimentos e eliminem o uso de agrotóxicos e transgênicos que são prejudiciais à vida, à saúde e ao meio ambiente;

d) garantir atendimento pelo SUS à mulheres vítimas de violência sexual, conforme norma técnica, e estabelecer imediatamente rotinas e fluxos de notificação obrigatória (epidemiológica e policial) para os problemas detectados nos serviços de saúde de violência contra as mulheres e as crianças;

e) aumentar recursos destinados aos Estados e Municípios, repassando fundo a fundo, a fim de qualificar o atendimento à saúde pelo SUS, com efetivo controle social ;

f) liberação de recursos para as organizações populares que atuam com as mulheres e famílias rurais para desenvolver ações educativas na área da promoção, prevenção e proteção à saúde da mulher e família rural, prevenção de DST/AIDS, capacitação de Conselheiras fortalecendo o controle social do SUS.

g) no cartão de usuário do SUS seja garantido a inclusão da categoria de trabalhador e trabalhadora rural/agricultora, reconhecida na Constituição Federal de 1988.

4. Previdência e Trabalho.



Por uma previdência pública e universal e pela manutenção dos direitos previdenciários das trabalhadoras e trabalhadores rurais garantidos na Constituição Federal de 1988. Do que decorrem duas medidas:

- a) Revogar o Decreto nº 3.048, de 6 de maio de 1999, que regulamenta a Previdência Social e de todas as portarias e ordens de serviços que impedem e/ou dificultam a concessão dos direitos;
- b) Garantir efetivamente o acesso das mulheres trabalhadoras rurais aos direitos previdenciários como: salário-maternidade, aposentadoria, auxílio doença etc;
- c) Inclusão da categoria trabalhadora rural/agricultora na CBO (Classificação Brasileira de Ocupações), já que esta profissão foi reconhecida na Constituição Federal em 1988 e tem peculiaridades relativa a agricultura familiar.
- d) Pela retirada do projeto de lei apresentado pela CONTAG à Comissão de Legislação Participativa da Câmara dos Deputados, porque impõe a contribuição individual dos trabalhadores e trabalhadoras rurais, contrariando o que determina a Constituição Federal.

5. Educação.

Garantir escola pública, universal e gratuita, em todos os níveis, com política voltada à realidade rural (do campo e no campo), não sexista e que privilegie a participação dos sujeitos no processo de aprendizagem, viabilizando.

- a) O cumprimento da Lei nº 9.424/97 que prevê o custo/aluno diferenciado para o ensino fundamental rural;
- b) Recursos e política de alfabetização a educação de jovens e adultos no campo, prioritariamente para atender s trabalhadoras rurais.

6. Documentação

Garantir acesso das mulheres aos seus documentos pessoais e profissionais e incluir o nome da mulher nos documentos (Título da Terra, Bloco de produtor(a) Rural, cadastro do INCRA, Cartão SUS...)

7. Direitos Humanos e da Mulher.

Garantir que os direitos humanos sejam assegurados a todos os cidadãos e cidadãs, implementando políticas e ações.



- a) Criar políticas específicas que venham a garantir, efetivamente, os direitos fundamentais das mulheres e implementar o Programa Nacional dos Direitos Humanos no que diz respeito à questão da mulher;
- b) Garantia de recursos e estruturas de apoio às mulheres vítimas de violência;
- c) Pela libertação imediata dos seis presos políticos do MST em São Paulo e dos 25 presos políticos do MST, Movimento dos Sem-Teto e Movimento de Ocupação de Ananindéua, no Pará;
- d) Pela imediata aprovação do projeto que tramita no Senado Federal que transfere para a Justiça Federal o julgamento de crimes cometidos contra os direitos humanos;
- e) pela anulação do julgamento dos assassinos de Margarida Maria Alves, ocorrido em 2001, pela imediata convocação de um novo júri e pela punição dos assassinos.

8. Agricultura.

Implantar no País uma efetiva, ampla e massiva reforma agrária integral e democrática que recupere a segurança alimentar, a produção sustentável com garantias de igualdade, priorizando a desapropriação de todos os latifúndios.

- a) Pela imediata aprovação da PEC que estabelece o limite máximo para o tamanho da propriedade rural no Brasil, que tramita na Câmara dos Deputados;
- b) Garantir uma política de renda para os pequenos agricultores(as), através do Seguro de Renda que proteja a produção das intempéries e dos efeitos das políticas da OMC - preços, garantia de comercialização, entre outros.
- c) Pela constituição de uma linha de crédito especial para habitação rural na Caixa Econômica Federal, com recursos do FGTS, com subsídio direto do Tesouro Federal, prazo de 15 anos, carência de 1 ano, pagamento conforme período de apuração de renda, juro zero e rebate de 30% sobre o valor de cada prestação.
- d) Revogar a Portaria do leite n.º 56/00, que exclui mais de 80% dos pequenos produtores de leite, e pela garantia de preços justos;
- e) Pela votação imediata da Medida Provisória nº 24, incluindo os financiamentos tendo como fonte FAT e Fundos Constitucionais, diferenciando as condições por categoria de produtor.



f) Pela imediata aprovação do PL nº 6.058/02, que determina o cancelamento das dívidas dos(as) pequenos(as) produtores(as) rurais do Sul do País atingidos pela Seca e a concessão de um crédito manutenção para as famílias atingidas.

9. Questão Indígena.

a) Pela demarcação e garantia das Terras/Territórios Indígenas que, apesar da Constituição de 1988 estabelecer um prazo de cinco anos , passados treze anos das 756 áreas, 505 permanecem com processos inconclusos e as outras 175 permanecem sem nenhuma providência;

b) Pela aprovação do novo Estatuto dos Povos Indígenas, contemplando as propostas formuladas pelo Movimento indígena e aprovada em Assembléia Geral dos Povos Indígenas, em abril de 2001."

Sr. Presidente, solicito a V.Exa. o registro e a divulgação nos órgãos de comunicação desta Casa deste pronunciamento, no qual registro a mobilização nacional da ANMTR.



Documento 50/51

043.4.51.O Sessão Ordinária - CD 20/03/2002-14:10

Publ.: DCD - 21/03/2002 - 9418 EUNÍCIO OLIVEIRA-PMDB -CE

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PEQUENO
EXPEDIENTE

DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher - 8 de março.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (PMDB-CE. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o Dia Internacional da Mulher, celebrado sexta-feira, 8 de março corrente, foi marcado por comemorações e protestos não só no Brasil, mas também nos demais países de todos os continentes.

Em Brasília, cenário das grandes decisões nacionais, muitas delas de caráter profundamente polêmico, o Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, recebeu um grupo de vinte mulheres, em sua maioria artistas consagrados, com as quais almoçou no Palácio do Planalto.

Participaram do encontro atrizes como Tônia Carreiro, Maitê Proença, Rosamaria Murtinho, Isabel Filardis e a bailarina Ana Botafogo. Após o almoço, elas compareceram a ato promovido pelo Ministro da Saúde, no Teatro dos Bancários, em Brasília. Ana Botafogo dançou na abertura do evento e a poetisa Elisa Lucinda deu um show de interpretação ao recitar poesias sob aplausos calorosos.



O ato festivo foi bem aproveitado para o anuncio de nova campanha de prevenção do câncer de colo do útero, pelo Ministério da Saúde, na segunda quinzena do corrente mês.

Na oportunidade, o Ministro Barjas Negri revelou que, no ano de 1997, oito mil mulheres descobriram que estavam com câncer, durante campanha semelhante, promovida a nível nacional, enfatizando, então, não só a necessidade, como também a conveniência de sucessivas campanhas de prevenção em todo o País, notadamente nos Municípios mais pobres e carentes de recursos assistenciais.

Em São Paulo, uma passeata tomou conta da Avenida Paulista, centro financeiro da Capital do Estado mais poderoso do País, quando mais de mil mulheres pediram o cumprimento, pelas empresas empregadoras, dos seus direitos e conquistas trabalhistas.

Em outras cidades de diferentes países, as comemorações pelo Dia Internacional da Mulher incluíram ações das mais comuns às mais criativas e inusitadas.

Na Grécia, o Ministério da Defesa anunciou ter planos para recrutar mulheres para as forças armadas do País, onde os homens são maioria absoluta.

Já na Noruega, o Governo comprometeu-se, oficialmente, em pressionar as empresas a garantir pelo menos 40% de suas vagas no mercado de trabalho para as mulheres.

Em Bangladesh, mais de uma centena de mulheres vítimas de violência de seus parceiros foram para as ruas, simulando rostos desfigurados por ácido.

Em Taiwan, as comemorações foram, porém, festivas, com o anúncio, pelo Governo, de mais dias de descanso para as mulheres no trabalho, uma reivindicação de muitos anos, sempre ignorada pelos empregadores. A medida é parte de um amplo plano de igualdade de direitos para ambos os sexos.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, no Brasil, além dos atos a que me referi anteriormente, vale registrar a divulgação, pelo IBGE, de estudos que revelam a evolução da condição da mulher brasileira na última década.

Os dados anunciados evidenciam que aconteceu verdadeiro salto, em nossa sociedade, na participação das mulheres, em praticamente todas as áreas de



atividade. Houve, principalmente, substancial aumento de responsabilidade feminina em relação ao sustento e a condição de vida das famílias.

A porcentagem de domicílios chefiados por mulheres cresceu de 18,1% para 24%. A de crianças, de zero a 6 anos, nesses domicílios, passou de 10,5% para 17,8%. Segundo levantamento do IBGE, do total das 86.223.155 brasileiras, 12,9% são chefes de família, o que corresponde a 24,9% dos domicílios do País. Em 1991, as mulheres chefiavam apenas 18,1% das famílias. A pesquisa revela, ainda, que a maior parte dessas mulheres reside em áreas urbanas e se concentram nas Capitais. E um terço delas tem mais de 60 anos, sendo a maioria constituída de viúvas. Entre os jovens de 15 a 19 anos, responsáveis pelo sustento familiar, 27,4% são do sexo feminino, o que se pode concluir que nesse grupo a maioria é formada por mães solteiras. A pesquisa mostrou também que 17,9% das mulheres nessa situação moram sozinhas, com predominância de situações semelhantes no Sul e Sudeste do País.

A pesquisa do IBGE demonstra ainda que, apesar de alguns avanços e conquistas, as mulheres responsáveis pela subsistência familiar recebem menos que os homens, que estão na mesma condição.

O Nordeste tem a maior proporção de mulheres responsáveis pelo sustento familiar, com 25,9% dos domicílios. Nessa situação há, porém, um dado animador a considerar: a escolaridade feminina no País, principalmente no Nordeste, vem aumentando gradualmente. Na década de 90, o percentual de meninas fora da escola diminuiu de 12,4% para 3,9%. Um dos fatores que contribuiu para essa evolução foi o interesse dos pais em dar aos filhos mais instrução, diferentemente do que ocorria no passado.

Mas é preciso reconhecer também que, apesar dos avanços e conquistas do movimento feminista em âmbito internacional, as mudanças visando eliminar as injustificáveis diferenças de tratamento, em função do sexo, ainda deixam a desejar. Disso, o exemplo mais frisante são as disparidades de remuneração, que persistem, contra os trabalhadores masculino e feminino.

A participação maior da mulher no mercado de trabalho, como em todas as vertentes do mundo econômico, empresarial, científico, cultural, social e político



não foi, porém, suficiente para assegurar a paridade de remuneração masculina-feminina.

O fato é mais contrastante se considerarmos que, no Brasil, as mulheres de nível superior equivalem aos homens. Nos Estados Unidos, são de 45,7%; na França, 38,3%; no Japão, 37,6%; na República Federal da Alemanha, 34%, e, na Inglaterra, 31,7%, considerando-se apenas os países mais desenvolvidos.

Deve-se ter em vista, no caso brasileiro, que, apesar de os textos de nossas sucessivas Constituições sempre terem procurado assegurar a igualdade de direitos entre homens e mulheres, como proibir todas as formas de discriminação sexual, nem sempre a legislação ordinária acompanhou de perto as conquistas constitucionais.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, vale lembrar que o Brasil foi o primeiro país latino do mundo a conceder a cidadania à mulher e a assumir a liderança do movimento internacional pela criação de uma comissão de estatuto da mulher na Organização das Nações Unidas — ONU.

Foi também significativa a participação brasileira na elaboração da Declaração sobre a Discriminação Contra a Mulher, aprovada pela Resolução nº 2.263 da 22ª Assembléia da ONU, em 7 de novembro de 1967.

Deve-se registrar ainda que já há muitos anos antes a líder feminista Bertha Lutz, representante do Brasil na histórica Conferência de São Francisco, em 1945, logo após o término da Segunda Guerra Mundial, destacava-se por sua participação marcante na elaboração da Carta da ONU, conseguindo inserir no art. 8º da Carta os princípios fundamentais da igualdade de direitos entre homens e mulheres, o que lhe valeu o consagrador título de "Cidadã Universal".

Mulher obstinada, de formação científica, zoóloga, bióloga e advogada de renome internacional, Bertha Lutz integrou, ao lado de Eleanor Roosevelt, uma das principais comissões da ONU, a dos Direitos Fundamentais.

Por sua marcante atuação nos trabalhos da ONU, a representante brasileira recebeu homenagens consagradoras. Foi condecorada pelo Rei Alberto I, da Bélgica, com a maior comenda desse País; pelo Presidente Hindenburg, da



Alemanha, com a outorga da Ordem da Cruz Vermelha e, pelo rei Jorge VI, com o "King Medal", por relevantes serviços prestados à causa da liberdade e da paz.

Segunda mulher brasileira a ser eleita Deputada Federal, nos idos dos anos 30, do século XX, Bertha Lutz marcou sua presença no Congresso Nacional com proposições pela igualdade dos direitos constitucionais sem discriminação de sexo, sendo seu maior destaque a aprovação do Estatuto da Mulher.

Outras também fizeram história. Dentre elas, Carlota Pereira de Queiroz, que lutou, com obstinação, pelo direito da mulher de votar e ser votada, tornando-se a primeira mulher brasileira a exercer o mandato parlamentar no País, eleita em 1932; Clara Camurai e Maria de Souza, protagonistas da restauração de Pernambuco; Barbara Heliodora, a heroína da Conjuração Mineira; Anita Garibaldi, a valente combatente da Guerra dos Farrapos; Ana Neri, a destacada enfermeira das tropas brasileiras na Guerra do Paraguai; Catarina Paraguassu, heroína dos direitos indígenas, e Barbara de Alencar, a cearense indomável, primeira presa política do Brasil.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ao registrar nos Anais da Câmara dos Deputados a importância do Dia Internacional da Mulher, entendo que há razões de sobra para emprestar a essa efeméride o maior realce, tendo em vista a contribuição excepcional que a mulher vem dando à construção de uma nova ordem social mais justa e mais ética.

Reconhecer os méritos da mulher por sua luta por uma completa emancipação não significa, porém, admitir que as grandes e definitivas mudanças para a construção de uma nova ordem social e econômica tenham sido alcançadas em sua plenitude.

Há muito ainda por fazer. Continuam desafiadores os problemas que afligem a mulher em todos os países, sobretudo nas regiões mais pobres. Urge, assim, assegurar melhores condições assistenciais às sacrificadas mulheres do meio rural; às mulheres marginalizadas das áreas urbanas; às mulheres das zonas conturbadas por conflitos diversos; às mulheres de idade avançada; às detentas; às negras; às desempregadas, às enfermas.



Não será esta uma cruzada fácil. Requer conjugação de vontades. É preciso, antes de mais nada, que exista verdadeira vontade política para promover as grandes reformas estruturais e para que, através delas, seja estabelecida uma nova ordem social e econômica, com mais justiça social, melhor distribuição de renda e eliminação de discriminações a qualquer título.

Nessa cruzada, muito valiosa será a contribuição da mulher, que já demonstrou, de forma inquestionável, estar à altura das responsabilidades assumidas, com a conquista dos direitos políticos e constitucionais.

A presença da mulher nos mais diversos e importantes setores de atividades do País é saudada, hoje, em todos os lugares do território nacional, como fundamental para uma vida com mais dignidade, segurança e prosperidade, em amplitude nacional.

Para atingir esses objetivos, a Nação está certa de que contará com o patriotismo, a devoção e a sensibilidade de suas mulheres. Elas serão muito importantes nessa cruzada, por ocuparem, nos dias atuais, posições destacadas em todos os setores de atividade e por estarem presentes nos altos escalões do Poder Executivo, do Judiciário, do Legislativo, nas empresas públicas e privadas, nas universidades, na mídia e nos hospitais. Em todos esses setores têm sido exemplares em competência e eficiência.

Merecido, portanto, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o destaque que teve, em âmbito universal, o Dia Internacional da Mulher, a quem saúdo com o maior prazer.



Documento 51/51

054.4.51.O Sessão Ordinária - CD 03/04/2002-14:02

Publ.: DCD - 04/04/2002 - 13045 ARY KARA-PTB -SP

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PEQUENO
EXPEDIENTE

DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher - 8 de março.

O SR. ARY KARA (PTB-SP. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, no mês de março comemora-se, com muita justiça, o Dia Internacional da Mulher. Assim, parabenizamos todas as mulheres brasileiras, pelo muito que representam de luta, dignidade e dedicação em prol de uma sociedade mais solidária.

São inúmeros os exemplos de destacadas mulheres que, com seu trabalho e exemplo de vida, modificaram, e para melhor, o curso da história. Poderíamos nesta oportunidade lembrar os heróicos acontecimentos ocorridos no ano de 1857, quando centenas de operárias norte-americanas morreram queimadas por policiais em uma fábrica têxtil de Nova Iorque, pelo fato de estarem reivindicando a redução da jornada de trabalho e o direito à licença-maternidade.

Se hoje esses direitos sociais estão consagrados e fazem parte das relações trabalhistas, devemos essa conquista à coragem daquele grupo de valorosas mulheres. E foi exatamente em homenagem àquelas vítimas que, no ano de 1911,



foi instituída a comemoração, no dia de 8 de março, do Dia Internacional da Mulher.

De lá para cá, Sras. e Srs. Deputados, as mulheres tiveram inúmeras outras conquistas em todas as áreas sociais, aliando tais avanços com suas prerrogativas de mãe, irmã, amiga e confidente. Destacamos ainda a luta da mulher na sociedade, alcançando cada vez mais a igualdade de direitos. Mulheres que se dedicam às causas públicas, cotidianamente, reivindicando, defendendo as camadas populares.

Assim, queremos reafirmar neste momento a nossa disposição de continuar apoiando no Congresso Nacional todas as lutas e as causas das mulheres brasileiras, mulheres que se vêm destacando em todos os setores da sociedade, lutando intransigentemente pela valorização do ser humano e contra as desigualdades sociais, pelo respeito às liberdades individuais e pela valorização da família, a célula mater da sociedade.

Só viveremos em uma sociedade realmente mais justa e mais solidária quando homens e mulheres tiverem oportunidades iguais em todos os setores, destacadamente nas atividades educacionais e profissionais, sem quaisquer discriminações ou favorecimentos, por sexo, religião, nacionalidade. Essa é a nossa crença e a nossa esperança, que manifestamos da tribuna da Câmara Federal, ao parabenizarmos todas as mulheres brasileiras pelo transcurso do Dia Internacional da Mulher, comemorado em 8 de março.

